



Semanário

Director:
António Dias Lourenço

Ano 59 - Série VII - N.º 826
26 de Outubro de 1989
Preço: 60\$00

Propriedade do Partido Comunista Português

Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX

Tel. 76 97 22/25 - Telex 18390

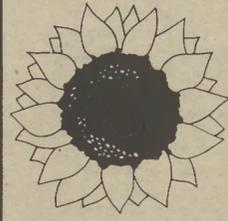
Composição e impressão - Heska Portuguesa

Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2. - 1000 Lisboa

CDU - Coligação Democrática Unitária

Um amplo espaço de entendimento

**Listas entregues,
o trabalho de esclarecimento
continua**



Págs. 1, 2 e 3/Semana

URSS

NA HORA DA MUDANÇA

vista por

**Carlos Carvalhas
e Octávio Teixeira**

Págs. 6, 7, 8 e 9/Em Foco

Património

público

em leilão

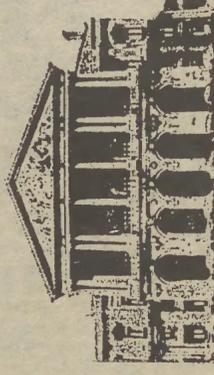
- **Plenário da CGTP**
- **greve na CP**
- **professores em greve**

Centrais/Semana

Escandalosos aumentos dos titulares de cargos políticos

**Nota do Executivo
da Comissão Política**

Pág. 4/Semana



A moção de censura ao governo cinco razões para uma oposição frontal

Págs. 9/10/Semana



Encontro nacional da Juventude CDU sobre as eleições autárquicas

**Domingo das 10.30 às 19
no Pavilhão da Académica da Amadora
Intervenção de encerramento
por Alvaro Cunhal**

BARREIRO

**a diferença
entre ter e não ter**

Em Foco /
Págs. 1, 2 e 3

Nova fase na batalha autárquica

Com a entrega oficial das listas de candidatos às eleições autárquicas de Dezembro entrou numa nova fase a batalha que nos últimos meses ocupa o centro da vida política portuguesa.

A dimensão do processo eleitoral ligado ao Poder Local do Portugal de Abril — e que, só por si, constitui um índice revelador do seu carácter amplamente democrático, que tanto incomoda a direita — obriga a que o aprofundamento do significado desta primeira fase, a que o mero apuramento e balanço das candidaturas apresentadas requeira um mínimo de tempo. Para o seu próximo número, o «Avante!» prepara um dossier com os dados e traços essenciais das candidaturas apresentadas no início desta semana.

Algumas conclusões são, contudo, desde já possíveis, bem como algumas reflexões sobre o momento político em geral.

**

Sendo uma evidência que as autárquicas ocupam naturalmente o centro das atenções e dos esforços da vida política, é importante sublinhar que a realidade política do país não se esgota nelas e que um vasto conjunto de problemas requer a atenção e a intervenção dos democratas. E entre estes avoluma-se a resposta à acção do Governo PSD-Cavaco Silva.

A Comissão Política do CC do PCP divulgou, no final da sua reunião da passada segunda-feira, uma nota em que se formula o enérgico protesto contra o recente aumento dos titulares dos cargos políticos, conseguido pelos governantes PSD através de uma cadeia de artifícios, em si própria tão reveladora do abastardamento ético e político da direita quanto o próprio aumento, superior a 50%, dos actuais vencimentos!

Que o Primeiro-Ministro passe a arrecadar um milhar de contos por mês, que se pretenda transformar o exercício de funções de interesse colectivo em sinecuras regidamente remuneradas ao mesmo tempo que se impõem tectos salariais e se pretende impedir o debate na Assembleia da República da proposta do PCP para o aumento de pensões e reformas, é o retrato de corpo inteiro de uma política de classe, de uma política de espoliação, de uma política para tornar os ricos mais ricos e os pobres mais pobres.

Com acolhimento junto de numerosos sectores e manifesto apoio da opinião pública, os deputados comunistas tomaram já a iniciativa de protestar e tentar corrigir esta medida de um executivo que se assume como o principal agente da degradação dos princípios de honestidade e clareza de gestão da coisa pública, que se revela como o eixo em torno do qual a corrupção se transforma num cancro da sociedade portuguesa.

Comprar com ouro o que se não obtém por convicção é prática velha de todas as tiranias e de todas as corrupções, tão desqualificada ética e politicamente quanto reveladora da proximidade do fim e da agonia dos que transformam política em negócio. O PSD de Cavaco Silva, à evidência, não foge a tal retrato.

**

Mas não só nestas traficâncias a acção do Governo assume contornos inquietantes. Ainda a

proximidade das eleições autárquicas leva a dois tipos de actuações igualmente graves: por um lado, apressa-se a consumação de medidas legislativas e de gestão que concretizem os planos de desmantelamento do Portugal de Abril; por outro, desenha-se um vasto leque de medidas eleitoralistas que se pretende atenuem a manifestação nas urnas do descontentamento que ninguém nega constituir hoje um traço dominante do pensar dos portugueses quanto à política governamental.

Em recente nota da Comissão Política do CC chamava-se a atenção para a gravidade do anunciado projecto legislativo do Governo visando autorizar a privatização de empresas do SEE até 100%, em claro benefício do capital privado, nacional e estrangeiro.

No debate parlamentar da moção de censura proposta pelo PS, o deputado comunista Octávio Teixeira sublinhou uma vez mais o carácter profundamente gravoso dos interesses nacionais que assume a política de privatizações que agora se pretende levar até às últimas consequências.

«O Governo, afirmou aquele deputado, prepara-se para, através da destruição do SEE, eliminar a única possibilidade objectiva que o País tem para manter nas suas mãos centros de decisão fundamentais da sua economia, prepara-se para abrir as portas à estrangeirização da economia portuguesa e à sua transformação em mero apêndice regional de economias mais ricas».

Octávio Teixeira denunciou igualmente a escandalosa medida de, para as negociatas das privatizações, o Governo se preparar para aceitar em pagamento os títulos de indemnização dos monopolistas do fascismo, assim lhes devolvendo na prática as alavancas do poder económico que o 25 de Abril lhes havia retirado. E, ainda como diria Octávio Teixeira, «lesando por acréscimo o erário público em muitas dezenas de milhares de contos ao propor-se aceitar, pelo valor de 1000, títulos de indemnizações que hoje estão cotados a menos de 400. Escândalo financeiro que visa privilegiar apenas 8,5% dos 268 000 indemnizados iniciais, já que só estes têm ainda títulos de indemnização por amortizar.»

**

O corropio televisivo de ministros e secretários de Estado constitui claro índice das preocupações eleitoralistas que estão hoje igualmente no eixo das preocupações governativas.

Medidas demagógicas relacionadas com pensões e reformas, anúncios de benesses fiscais para 1990 e um característico furor «inaugurativo» não são porém suficientes para modificar ou sequer ocultar a realidade de degradação da situação social, que se traduz num processo constante de protesto organizado que afecta as mais diversas camadas da população.

As reivindicações salariais de trabalhadores de vários sectores juntam-se os protestos dos agricultores afectados pela descoordenada adesão europeia, o protesto dos professores face à contínua degradação de um ensino apontado como a

«prioridade das prioridades» oficiais, o avolumar de preocupações de vários agentes económicos sobre o agravamento da situação de sectores determinantes da economia (como é muito especialmente o caso da têxtil e do calçado).

A desastrosa acção diplomática do Governo (de que a passividade quanto à questão de Timor Leste é apenas um exemplo) igualmente contribui para o desprestígio de um executivo que, como o PCP previra, se tem revelado incapaz de resolver os problemas essenciais do País — antes os tem agravado.

**

É neste quadro que se irão disputar as eleições autárquicas de Dezembro. E os traços que o definem, lado a lado com o que já se conhece do panorama da concorrência das diversas forças políticas, torna unânime, nos vários quadrantes políticos, a ideia de que o Governo sofrerá um sério revés político.

É desde já possível assinalar que o processo de constituição das listas se caracterizou no campo da direita por uma conflituosidade e um avolumar de dificuldades só por si indiciador das dificuldades políticas do PSD em todas as regiões do País.

Longe de um clima de euforia e de confiança que a hegemonia governativa faria prever, a realidade das hostes do partido do Governo foi a de uma incapacidade evidente para congregar as várias famílias conservadoras (os conflitos com o CDS são aqui particularmente reveladores) e de uma dramática dificuldade de assegurar a pacificação nas suas próprias hostes.

Em estimulante contraste, no campo democrático assistiu-se a um processo de entendimento, a um esforço de conjugação de esforços com traços manifestamente novos e de inegável significado e consequências, não apenas em termos imediatos como também com vistas ao futuro.

Tem sido sublinhado o entendimento entre comunistas e socialistas que conduziu à candidatura «Por Lisboa», mas, sem em nada diminuir a importância da unidade conseguida para as eleições no município da capital, é indispensável sublinhar que ela constitui uma parte de um muito mais vasto movimento unitário em que os comunistas desempenham papel fulcral.

Além do acordo com o PS em Lisboa, a Coligação Democrática Unitária estabeleceu listas conjuntas com o PRD para os importantes municípios de Setúbal e Covilhã e celebrou com o mesmo partido importantes e significativos acordos distritais em Setúbal e Beja.

Nas listas da CDU em todo o País, na base de acordos de características e âmbitos diversos, integram-se militantes do PRD, da UDP, do PSR e também, em alguns casos, do PS, tornando ainda mais vasto o leque unitário de uma coligação que, com os Verdes, a Intervenção Democrática e um grande número de independentes, constituía já a mais ampla realidade unitária da vida política portuguesa.

Contrariando as previsões quanto ao «isolamento» e à «crise», o PCP uma vez mais se confirmou não apenas como uma força indispensável ao Portugal democrático, mas como um ele-

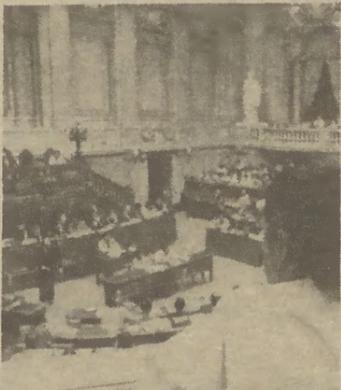
Resumo

18 Quarta-feira

O Presidente da República, Mário Soares revela que se encontrou ontem com o líder da UNITA na capital francesa onde está numa visita oficial ■ Os principais candidatos da coligação «Por Lisboa» divulgam um documento denominado «Programa de Emergência», constituído por 50 acções a serem concretizadas durante o primeiro ano do mandato ■ O PCP acusa o Governo de prejudicar o interesse nacional ao aprovar a lei-quadro que visa a privatização total das empresas públicas ■ O novo secretário-geral do Partido Socialista Unificado da Alemanha, Egon Krenz, é eleito pelo Comité Central, em substituição de Erich Honnecker ■ 15 mil sindicalistas manifestam-se em Bruxelas junto das instalações da Comissão das Comunidades, reivindicando a aprovação da Carta dos Direitos Sociais até final do ano ■ Os ministros dos Negócios Estrangeiros angolano e sul-africano encontram-se em Maputo para uma troca de impressões sobre o processo de paz em Angola e a independência na Namíbia.

19 Quinta-feira

O deputado do PSD e membro da Comissão Parlamentar de Agricultura da Assembleia da República, Luís Capoulas, é acusado de ter participado em actos fraudulentos de demarcação de uma reserva ■ Cerca de 150 trabalhadores da empresa EFI, no Porto assistem ao levantamento de máquinas do seu local de trabalho, na sequência do seu desmantelamento ■ O PRD apoia as listas da CDU em todos os concelhos do distrito de Beja, nos termos de um acordo hoje assinado por dirigentes das duas formações ■ Cavaco Silva, numa intervenção na Assembleia da



República, cita quarenta vezes o PCP e gasta metade do seu discurso a falar da coligação entre o PS e o PCP ■ Os trabalhadores da «Renault Portuguesa» fazem greve em defesa dos seus postos de trabalho ■ Egon Krenz inicia as suas funções de secretário-geral do Partido Socialista Unificado da Alemanha ■ Viktor Afanassiev é substituído no cargo de chefe de redacção do jornal soviético «Pravda» por Ivan Frolov ■ O roman-

cista espanhol Camilho José Cela é galardoado com o Prémio Nobel.

20 Sexta-feira

A bancada do PSD impede a aprovação da moção de censura apresentada pelo Partido Socialista e apoiada pelos restantes grupos parlamentares e deputados independentes ■ O tribunal de Monsanto absolve os cinco arguidos do «caso GAL» relativo à autoria de «seis crimes de terrorismo e homicídio tentado» ■ O plenário de sindicatos da CGTP decide convocar para 16 de Novembro um dia de luta a nível nacional ■ O primeiro-ministro turco não obtém a maioria de dois terços necessária para ganhar a Presidência da República, na primeira volta efectuada no parlamento em Ancara ■ Os partidos comunistas marroquino, argelino e tunisino realizam em Rabat a sua primeira reunião comum ■ A Grã-Bretanha fica isolada nas suas posições relativamente às sanções que não deseja ver aplicadas contra a África do Sul ■ O ex-presidente dos EUA, Ronald Reagan inicia uma visita de nove dias ao Japão, onde será recebido pelo primeiro-ministro, Toshiki Kaifu ■ A fundação Conrad Adenauer promove um debate na Póvoa do Varzim sobre a CEE e a União Política Europeia ■ O presidente soviético Mikhail Gorbatchov recebe o enviado especial do Papa, arcebispo Angelo Sodano, com quem discute a sua próxima visita ao Vaticano.

21 Sábado

O candidato da CDU à presidência da Câmara Municipal do Porto, Oliveira Dias, denuncia que o Município vai encerrar o ano com mais de 5,5 milhões de contos de saldo positivo, face a tantas carências prementes da cidade ■ O secretário-geral da NATO, Manfred Wörner, chega ao Algarve para participar numa reunião ministerial do Grupo de Planeamento Nuclear da Aliança ■ Cimeira da Commonwealth aprova uma declaração sobre a defesa do ambiente ■ Pelo menos 111 pessoas perdem a vida na queda de um avião da companhia hondurenha, Sasha, ocorrida perto de Tegucigalpa ■ O secretário da Defesa norte-americano, Dick Cheney, inicia uma visita a vários países europeus, incluindo Portugal.

22 Domingo

O Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública contesta os aumentos dos cargos políticos, que considera escandalosos ■ José Casanova afirma no Cacém «que as nossas possibilidades de concretizar uma vitória de esquerda em Lisboa são muito grandes» ■ João Alberto Jardim declara em entrevista à Antena 1

que «o prof. Freitas do Amaral perdeu a cabeça» ■ Decorre no Seixal um encontro da CDU com diversos empresários do Distrito de Setúbal ■ A Comissão Política Concelhia do PSD na Maia demite-se em bloco ■ Os deputados libaneses chegam a acordo sobre um documento de entendimento nacional que servirá de base ao restabelecimento da Paz ■ O jornal sul-africano «Sunday Times» afirma que o governo de Pretória poderá estar disposto a negociar com o ANC mesmo que este não abandone a luta armada ■ Hendrick Vaal Neto, ex-dirigente da ex-FNLA, desloca-se a Luanda com o respectivo visto das autoridades angolanas.

23 Segunda-feira

O PCP contesta a decisão de Cavaco Silva que viabiliza um aumento de 56 por cento dos vencimentos dos titulares dos cargos políticos ■ A coligação «Por Lisboa» entrega no Palácio da Justiça as suas listas de candidatos para as eleições autárquicas ■ O PSD qualifica de inconstitucional o projecto de o aumento das reformas e pensões apresentado pelo PCP. A JCP inicia a sua campanha autónoma em Lisboa sob o tema «Dar cor à Cidade» ■ Freitas do Amaral acusa o PSD de utilizar uma «estratégia de corrupção política» para as eleições autárquicas ■ Cimeira hispano-francesa debate a carta social e a harmonização fiscal ■ A taxa de desemprego feminino é duas vezes superior à masculina, segundo afirma o secretário de Estado do Emprego e Formação Profissional ■ A África do Sul continua a fornecer apoio logístico à UNITA segundo revela um relatório divulgado durante os trabalhos da conferência da Commonwealth Matyas Szuros chefe de Estado interino húngaro, proclama a República da Hungria, nova designação que abole o qualificativo «Popular» ■ O General Michel Aoun declara uma guerra, por enquanto política, contra os deputados do campo cristão que aprovaram um documento de entendimento nacional ■ Anatoli Ribakov apresenta em Portugal a sua famosa obra «Os Filhos da Rua Arbat».

24 Terça-feira

Com aparatosa cobertura da Comunicação Social, é simulado o sequestro de um avião de passageiros na Portela. Com «mortos», «feridos», assaltos e incêndios ■ Forte adesão à greve na CP, estimada em 95 por cento ■ A Câmara de Loures mostra à imprensa as obras de limpeza do rio Trancão ■ PCP entrega na AR projecto de lei visando moralizar o sistema remuneratório dos titulares de cargos políticos ■ O novo secretário-geral do PSUA, Egon Krenz, é eleito chefe de Estado e presidente do Conselho Nacional de Defesa da RDA.

mento vital de uma alternativa democrática à actual política e ao actual Governo.

**

Concretizada esta fase de constituição das listas — tarefa que mobilizou com êxito as organizações, quadros e militantes do Partido nos últimos meses — há que avançar com decisão nos próximos passos da batalha autárquica.

A elaboração de programas, o delinear da campanha, o contacto com as populações, o apuramento e divulgação das gestões autárquicas que agora terminam são outros tantos aspectos que desde já devem merecer a melhor atenção de todo o Partido.

Como é natural, o processo de constituição das listas nem sempre foi simples. Equilíbrios políticos, correspondência a necessidades objectivas de gestão, ponderação de realidades locais — políticas e humanas — próprias de cada região, de cada concelho, de cada freguesia, exigiram negociações, contactos, acordos por vezes morosos e complexos.

Seria ilusório pensar que, num trabalho envolvendo uma vastidão imensa de problemas e realidades e muitas dezenas de milhares de pessoas, os resultados finais e a constituição das listas contemplem em absoluto todas as sensibilidades, todas as vertentes, em todos os locais. Mas o que interessa sublinhar é que, apresentada que está a lista, é em torno dela que urge congregar esforços com vista ao resultado que comumente a todos interessa: a derrota da direita e o assegurar uma gestão autárquica democrática ao serviço das populações.

Quando se perfilam já as exigências da nova etapa, constituiria um erro prolongar o debate que antecedeu a constituição das listas, já sem quaisquer resultados práticos e em manifesto prejuízo do desenvolvimento do trabalho.

Trabalho que, por outro lado, deverá ter em conta valores e experiências adquiridos pela CDU, nomeadamente no carácter e dimensão de massas da campanha eleitoral que se irá desenvolver.

O carácter frequentemente técnico e especializado da gestão autárquica e a crescente complexidade dos problemas defrontados pelo Poder Local não devem traduzir-se numa tendência para retirar ao processo político autárquico a sua amplitude democrática, o seu rico património de participação popular e de massas.

A campanha eleitoral da CDU tem de traduzir em si a realidade de ligação às populações, de constante diálogo que, lado a lado com o trabalho, a honestidade e a competência, caracteriza a acção dos eleitos da CDU.

Uma dinâmica e vasta campanha eleitoral de massas é possível e necessária desde já. Possível pelo determinante empenhamento dos militantes comunistas, pela experiência e dinâmica da CDU, pela reforçada amplitude unitária adquirida nas presentes eleições. E necessária para assegurar que as próximas eleições autárquicas se traduzam não apenas numa vitória das populações e do Poder Local democrático, mas também num passo para uma alternativa democrática para o actual Governo e para a actual política.

Avante!
Proletários de todos os países UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português. Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 - Lisboa
CODEX. Tel. 76 83 45.

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 Lisboa
CODEX
Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO:
Av. Santos Dumont, 57-3.º
- 1000 Lisboa

DISTRIBUIÇÃO:
CDL, Central Distribuidora Livreira,
SARL, Serviços Centrais: Av.
Santos Dumont, 57 - 2.º -
1000 Lisboa
Tel. 73 22 75/76 11 31/73 48 17

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 - 1200 Lisboa
Tel. 32 19 16

ASSINATURAS:
Av. Santos Dumont, 57-4.º, Esq.º
- 1000 Lisboa. Tel. 76 64 02

EXPEDIÇÃO:
R. João de Deus, 24 - Venda Nova
2700 Amadora. Tel. 90 00 44

ALTERAÇÕES DE ÚLTIMA HORA
Tel. 90 00 44

Delegação do Norte
Centro Distribuidor do Porto:
R. Miguel Bombarda, 578 -
4000 Porto
Tel. 69 39 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra:
Terreiro da Erva, 6 - 3000 Coimbra
Tel. 28394

PUBLICIDADE CENTRAL:
Alameda St.º António dos Capuchos,
6-B - 1100 Lisboa. Tel.
77 69 36/77 67 50
Porto - Rua do Almada, 18-2.º,
Esq.º
- 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Composto e impresso na Heska Portuguesa - R. Elias Garcia, 27
Venda Nova - 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/88

SINTRA

Desta vez é para ganhar

«Sintra é um exemplo claro do conteúdo e dos objectivos da intervenção da CDU nas autarquias» — afirmou o camarada José Casanova, membro da Comissão Política do CC do PCP, no Encontro da CDU do concelho de Sintra, realizado no passado domingo no salão dos Bombeiros Voluntários do Cacém. E ganhar Sintra está ao alcance da CDU, como se afirmou no encontro.

Falando no encerramento do Encontro, o camarada José Casanova salientou a dimensão do trabalho dos quatro vereadores da CDU na Câmara Municipal de Sintra. Os resultados desse tra-

balho estão à vista, em áreas como mercados, zonas verdes, ensino, desporto, recuperação de clandestinos, como por exemplo Casal de Cambra e Penha Longa. Os resultados estão também à vista na área da habitação, pelouro da responsabilidade de Lino Paulo, cabeça-de-lista CDU nas próximas eleições; entre 1986 e 1989 o movimento cooperativo construiu 1320 fogos, e mais 1520 estão projectados, isto quando até 1986 não havia um único fogo projectado em fase de construção. E estão também à vista, como sublinhou José Casanova, na «acção iniciada neste mandato, também por Lino Paulo, de recuperação do Centro

Histórico de Sintra».

Tal demonstra que Sintra precisa de uma câmara CDU e, acrescentou o camarada, «temos razões para estar confiantes de que será nesse sentido que a população de Sintra se vai pronunciar» com o seu voto, nas eleições de 17 de Dezembro.

José Casanova referiu-se na sua intervenção à influência positiva dos resultados das próximas eleições autárquicas na vida nacional, confiante em que delas sairá um reforço da CDU e a derrota da direita. Esta perspectiva leva a que a direita esteja a dar mostras de estar «apavorada». Prova disso foi o discurso de Cavaco Silva na Assembleia da República, na discussão da moção de censura, um discurso que constitui «uma provocação de baixo nível, apoiada em duas mãos cheias de calúnias, deturpações, mentiras e insultos», afirmou José Casanova, que acrescentou que o primeiro-ministro «vive atormen-



Cerca de duas centenas de activistas participaram no Encontro concelho da CDU, no Cacém

tado» com a perspectiva real da derrota do seu partido nas eleições autárquicas em Lisboa.

Trabalho, honestidade, competência, experiência

No Encontro da CDU do concelho de Sintra perante mais de duas centenas de activistas da coligação foram apresentadas as listas de candidatos à Câmara e à Assembleia Municipal, encabeçadas respectivamente por Lino Paulo e Álvaro Rana, e foram também apresentados os cabeças-de-lista às 14 Assembleias de Freguesia, tendo sido salientado o facto de a CDU-Coligação Democrática Unitária concorrer em to-

dos os órgãos de poder local do concelho, com o objectivo de reforçar a votação nas freguesias não CDU, conquistar novas freguesias CDU, e ganhar a Câmara Municipal. Estes objectivos, foi salientado no Encontro, estão ao alcance da CDU, que nas últimas eleições autárquicas ficou a escassos 700 votos da vitória em Sintra. Lino Paulo, actual vereador e cabeça-de-lista para a Câmara Municipal de Sintra, ao apresentar o programa da CDU para o município, sublinhou que a coligação «conhece profundamente os problemas do concelho», e desenvolveu um trabalho que é reconhecido pelos mais variados sectores, da igreja, e mesmo por sectores de direita.

Na sua intervenção Lino Paulo considerou que Sintra «está à beira da ruptura, mercê da especulação imobiliária, dos compadrios e da corrupção». Situações que exigem medidas imediatas, «para que seja agradável viver no concelho de Sintra».

Lino Paulo salientou que o programa da CDU, assente na ideia-força de que o progresso de Sintra é possível, resulta de um «vasto trabalho» feito com a participação de um variado leque de pessoas, e frisou que tem tido a preocupação de trabalhar com todos os que querem melhorar a qualidade de vida das populações, independentemente das suas opções.

Tal vai manter-se no futuro, «numa câmara CDU, que a população de Sintra merece».



Lino Paulo, cabeça-de-lista da CDU para a Câmara de Sintra



O trabalho avança e é a melhor garantia de um bom resultado da CDU nas eleições autárquicas. Em encontros concelhios (na foto de cima, o que se realizou na Cooperativa Sacavense, Loures), em contactos de rua com as populações, em reuniões de trabalho mais específicas (como os jovens de Vila Franca de Xira, na foto de baixo), em múltiplas iniciativas de preparação das listas e, agora, de divulgação de nomes e projectos, constroem-se as vitórias de 17 de Dezembro



Dinâmica de vitória por todo o País

Múltiplas iniciativas da CDU – Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV) realizadas no fim-de-semana evidenciam por todo o País uma crescente dinâmica de vitória. Para domingo, dia 29, o realce vai para o encontro nacional da Juventude CDU, que certamente virá dar mais um impulso ao bom andamento da pré-campanha eleitoral (ver Agenda).

«Foi graças às vitórias da CDU» — sublinhou Luís Sá, da Comissão Política do CC do PCP no encontro concelho da coligação, em Loures, no domingo — «que foram derrotados os que pretendiam transformar a periferia de Lisboa numa grande selva de cimento armado, num paraíso para especuladores, num verdadeiro armazém para homens, mulheres e jovens.»

Severiano Falcão — actual presidente da Câmara e primeiro candidato da CDU, que em Loures integra nas suas listas elementos da UDP e do MDP e conta ainda com o apoio expresso do PSR — refutou acusações do candidato do PSD no concelho,

Pacheco Pereira: «Como não têm mais nada para se apresentarem perante a população, naturalmente que o caminho que lhes resta é o da mentira e da calúnia» — disse aquele autarca e membro do CC do PCP.

Em Elvas, num encontro de candidatos da coligação com a comunicação social, foi salientado que existem condições objectivas para reforçar as posições da CDU, podendo mesmo discutir ali a presidência da Câmara. Nesta iniciativa Diamantino José Dias, do Comité Central e do secretariado da direcção regional do Alentejo do PCP, informou que no distrito de Portalegre são independentes

um terço dos candidatos a presidentes de câmara pela coligação PCP-PEV e reafirmou as possibilidades da CDU, não só manter as actuais 24 maiorias, como conseguir mais quatro ou cinco.

Em Nisa realizou-se também no sábado um encontro concelho de candidatos e activistas da CDU que contou com a participação de cerca de 80 pessoas e onde interveio José Soeiro, da Comissão Política do CC do PCP. Neste concelho as listas da CDU integram independentes e elementos do PRD. É objectivo da coligação aumentar a votação para a Câmara (onde o PCP e seus aliados já detêm a maioria absoluta) e conquistar maior número de freguesias (têm 5 em 10).

Nas páginas seguintes damos mais notícias da dinâmica de vitória que cresce um pouco por todo o País em torno das candidaturas da CDU.

Os maus da fita

Hoje e amanhã os professores do ensino primário, básico e secundário estão em greve.

O que significa que por todo o país milhares de crianças e jovens vão ficar sem aulas, motivo bastante para preocupação dos pais, quer os que pensam a longo prazo em termos de aproveitamento escolar, quer os que de imediato ficam a braços com o momentoso problema de não saber o que fazer com o «tempo livre» extraordinário dos filhos.

Pela generalidade da imprensa os jovens são, de resto, apresentados como as «vítimas» de um conflito que nem por afectar tanta gente motiva os esclarecimentos que seria de desejar.

Os professores estão em greve porque não aceitaram a proposta do Governo, que por seu turno não aceitou a proposta dos sindicatos e pronto. Raro é que as explicações passem disto.

Ou seja, exceptuando uma frase avulso, uma ou outra declaração do tipo «os professores foram iludidos», ou «a luta vai afectar todo o ano lectivo», das razões que levam os professores a rejeitar as propostas do Governo nada se diz.

Pelo contrário, o destaque vai para os milhões vírgula qualquer coisa com que a Secretaria de Estado da Modernização Administrativa pretende calar as reivindicações dos professores, e, naturalmente, para as «vítimas» do conflito que na sua inconsciência rejubilam com as férias extras.

Os maus da fita são, naturalmente, os professores. Que os políticos se aumentem a si próprios, mercê de um sistema mais do que discutível, qualquer coisa como 56 por cento, não é relevante;

Que um qualquer ministro resida em Lisboa mas tenha oficialmente residência noutra parte do país e receba por isso «ajudas de custo» da ordem de três salários mínimos, não abala o Governo; Que milhões de contos do Fundo Social Europeu destinados a cursos de formação desaparecem nos bolsos de particulares, é quase natural;

O que é escandaloso, isso sim, é que os professores dos dias de hoje não estejam pelos ajustes de exercer a profissão de ensinar e educar as gerações de futuros adultos por dez réis de mel coado.

O que é incompreensível, é que os professores não estejam imbuídos do mais puro espírito missionário.

O que não faz sentido é que um professor não aceite pacificamente ser colocado em Vila Real de Trás-os-Montes quando mora ao lado da escola de Vila do Bispo, sem para isso receber outra compensação do que a alegria de servir o país.

O que não se percebe é que professores fiquem descontentes ao ser-lhes atribuída a vírgula e verem voar os milhões da Secretaria de Estado da Reforma Administrativa para caminhos que lhes estão vedados.

O que não faz sentido é que os professores não entendam a justeza de um critério que penaliza quem tem a veleidade de escolher o ensino, em vez de muito sensatamente, com as mesmas credenciais, ir trabalhar para a iniciativa privada.

O que é um verdadeiro absurdo é que os professores se indignem com um sistema de ensino onde as verbas disponíveis para a aquisição de bens duradouros, por exemplo, não cheguem para comprar um dicionário, quando um pouco de imaginação dava para adquirir o mesmo para aí até à letra J o que sempre é melhor do que nada.

O que é insólito, afinal, é que os professores não se fiquem pelo altruísmo de servir o país durante uma vida inteira a troco de pouco mais do que nada ou de coisa nenhuma.

São, como se vê, os maus da fita.

Um problema. Um pormenor de somenos que o Governo bem tenta resolver.

O busílis da questão é que são necessários. Sem eles não há ensino.

Nos entretantos, há greves.

Poder Local

Renovação e audácia pelo Porto

«O Porto necessita de um projecto renovador e audacioso que enfrente com energia e dinamismo um presente marcado ainda por problemas básicos não resolvidos — como a habitação e a recuperação urbana, o pesadelo do trânsito, o saneamento, a poluição — mas que seja simultaneamente capaz de fazer participar a população, de afirmar os direitos democráticos da cidade e da região e de relaná-la como grande pólo político, social, cultural, e do desenvolvimento, em Portugal e na Europa, neste limiar do século XXI».

A afirmação foi feita por António Macedo Varela, mandatário político da CDU na cidade do Porto, quando, em conferência de imprensa realizada no passado sábado, apresentava as listas da CDU candidatas à Câmara e Assembleia Municipal do Porto.

«O candidato a Presidente da Câmara do Porto apresentado pela CDU, o engenheiro Luiz Oliveira Dias, é uma figura que dispensa apresentações, tão indiscutível é o facto de ele constituir — mesmo para os que se situam em quadrantes políticos e ideológicos muito distantes dos partidos que integram a CDU — o homem que reúne melhores condições para assumir a direcção do município», sublinhou Macedo Varela. Um destaque especial deu ainda à presença em segundo lugar na lista da Câmara do nome prestigiado do Dr. Emílio Peres, conhecido médico e professor de Nutricionismo.

Integra, quer a lista da Câmara, quer a da Assembleia Municipal do Porto, um conjunto de elementos qualificados e em condições de assumir, quer no órgão executivo quer no órgão deliberativo, a

responsabilidade pelas principais áreas de intervenção municipal, a cuja acção futura a CDU pretende atribuir um carácter interligado e de trabalho de equipa.

Integram ainda a lista da CDU para a Câmara do Porto Lusitano Correia, Helena Medina, Ricardo Figueiredo, Vieira Mendes, Ângelo de Sousa, Morais Cabral, Manuel Pizarro, Mário David Soares, Carlos Madureira e Albano Lemos Pires, entre outros.

O valioso e prestigiado conjunto de intelectuais que integram a lista entre os quais se destacam cinco professores do ensino superior, três engenheiros, quatro professores, dois arquitectos, três outros licenciados e um jornalista; o carácter politicamente aberto da candidatura, um total de sete independentes, incluindo membros do PRD, PSR e uma activista do

movimento ecológico proposta pelos «Verdes»; a participação de quadros com experiência autárquica e cujo trabalho é bem conhecido na cidade; o importante e prestigiado conjunto de sindicalistas, dos professores, função pública, têxteis, escritórios, bancários e seguros; a excepcional presença de mulheres, que ocupam mais de 30% dos lugares; a significativa presença e o destaque dos três jovens que integram a candidatura; a idade média de 40 anos dos candidatos à Câmara do Porto, foram justamente salientados como aspectos caracterizadores da lista.

Quanto à candidatura à Assembleia Municipal, é encabeçada pelo Dr. Raul de Castro «figura íntegra de democrata e homem do Porto,

com muitas provas dadas à cidade». Destaque também para a presença das candidaturas prestigiosas de dois grandes vultos da ciência e da cultura nacionais que dispõem apresentações — os professores Óscar Lopes e Armando de Castro. Uma lista que integra diversas sensibilidades políticas para além das componentes da CDU — Do PRD, do PSR e outros independentes, que têm uma alargada e prestigiada presença dos meios da cultura, da investigação científica, dos quadros de vários sectores profissionais, em que estão representadas diversas áreas de grande significado na vida do Porto, desde quadros destacados do movimento operário e popular a candidatos com intervenção no movimento de mulheres e à juventude.



Candidatos da CDU com a imprensa do Porto

Mudar Gaia para viver melhor

Sob o lema «Mudar o presente, construir o futuro, desenvolver para viver melhor», a CDU surge em Gaia como «a única alternativa à acção das sucessivas câmaras, de presidência ora do PS ora do PSD, que não só não foram capazes de resolver os problemas, como agravaram muitos deles», comprometendo-se os seus candidatos a transformá-la «num município moderno e desenvolvido, onde seja agradável viver, do qual os gaienses se orgulhem, onde as pessoas e a natureza encontrem o equilíbrio».

Foi, pela voz de Ilda Fi-

gueiredo, candidata a presidente da Câmara de Gaia, a confirmação e aprofundamento destes princípios, no passado sábado, em encontro concelhio da CDU, com a participação de mais de uma centena de candidatos e activistas, que deu balanço das listas, do andamento da pré-campanha e sua dinamização, para além de dar a conhecer à população a sua candidatura.

Presidido pelo dr. Ferreira Alves, prestigiado médico, mandatário da candidatura na cidade de Gaia, que considerou que as listas da CDU re-

flectem bem o forte espírito de unidade dos democratas que caracteriza a coligação, o encontro contou com valiosas intervenções. Da confiança num importante reforço das posições da CDU falou Alberto Andrade, independente, cabeça de lista à Assembleia Municipal. Sobre questões do ensino e da cultura, foram as intervenções de José Paulo Serralheiro, professor, e Jaime Azinheira, pintor. Da juventude e da sua reivindicação de um sector próprio na Câmara, foi Ricardo Vieira, um jovem, que falou.

Maurício Ferraz deu balanço das listas no concelho:

40% dos candidatos são independentes de diferentes sensibilidades ou pertencem a outras correntes partidárias, como o PRD, MDP, socialistas e ecologistas.

Na altura, Constantino Silva, candidato na freguesia de Pedroso e à Assembleia Municipal, militante do PRD, referiu o desacordo do núcleo do PRD de Pedroso em integrar-se nas listas do PS, por considerar que «a alternativa mais válida é a CDU, pois só ela pode mudar a nossa cidade e o nosso concelho».



Ilda Figueiredo, primeiro nome da Coligação Democrática Unitária para a Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, esteve com os restantes cabeças de lista da CDU na área do Grande Porto, a semana passada, numa conferência de imprensa conjunta em que foram avançadas propostas para resolver os problemas do ambiente na região

Mulheres em força

A CDU apresentou quatrocentas e dezoito listas e um total de seis mil trezentos e um candidatos a todos os órgãos autárquicos do distrito do Porto, um primeiro objectivo a que a Coligação se propôs e que foi integralmente preenchido.

Em três importantes concelhos da área metropolitana do Porto, são mulheres que encabeçam as listas para as respectivas câmaras municipais: em Gaia, Ilda Figueiredo; em Matosinhos, Olívia Ferreira; em Valongo, Eduarda Ferreira. Também em Lousada é uma mulher, a professora Maria Armada Monteiro, que encabeça a lista para a Assembleia Municipal. A presença de mulheres nas listas da CDU é, aliás bastante significativa, sendo de referir que na cidade do Porto são 30% na lista para a Câmara, havendo pelo menos um caso conhecido — o da freguesia do Bonfim, cuja lista é encabeçada pela pintora Isabel Cabral — em que ultrapassa os 50%.

Poder Local

CDU = Coligação Democrática Unitária

Um amplo espaço de entendimento

As listas e os programas da Coligação Democrática Unitária para as próximas eleições autárquicas são, no desenvolvimento das tradições da antiga APU, um amplo espaço de encontro e entendimento de democratas de várias tendências, unidos pela vontade de resolver os problemas das populações com trabalho, competência, dedicação e honestidade.

Isto é confirmado pela divulgação dos nomes e dos projectos da CDU — que decorre já desde antes de terminado o prazo (23 de Outubro) para a entrega formal das listas e de que o «Avante!» tem dado notícia. Neste fim-de-semana foram dadas a conhecer mais novidades.

Algarve

No distrito de Faro «há mesmo vários casos de listas compostas por cerca de 90 por cento de candidatos sem

qualquer filiação partidária» — revelou a coordenadora algarvia da CDU na sexta-feira.

Numa conferência de imprensa sobre os principais traços das listas da coligação — que decorreu num hotel de Faro e na qual estiveram Carlos Luís Figueira, suplente da Comissão Política do CC do PCP e responsável da direcção regional do Partido, José Ribeirinho, do Conselho Nacional do PEV, e Luís Catarino, presidente do Conselho Nacional da Intervenção Democrática — foi sublinhado «o facto novo de as listas da CDU integrarem um número significativo de candida-

tos membros do Partido Ecológico «Os Verdes» ou de gente independente proposta por este partido», continuando simultaneamente com «um elevado número de candidatos sem qualquer filiação partidária».

No Algarve a CDU concorre com listas próprias a todos os órgãos autárquicos, à excepção da freguesia de Barrão de S. Miguel, onde, como em anteriores eleições, as forças da CDU apoiam uma lista da cidadãos que, por sua vez, apoia a candidatura da CDU para a Câmara e Assembleia municipais (V. Bispo).

Com o MDP (Vila Real de Santo António), o PRD (Aljezur) e a UDP (Silves e Vila do Bispo) foram celebrados acordos que — afirma a coordenadora da CDU — não só reforçam a intervenção na defesa das actuais maiorias, como alarga a possibilidade de ganhar Vila Real e Aljezur.

Destacando o papel importante que as coordenadoras concelhias vão ter na concre-

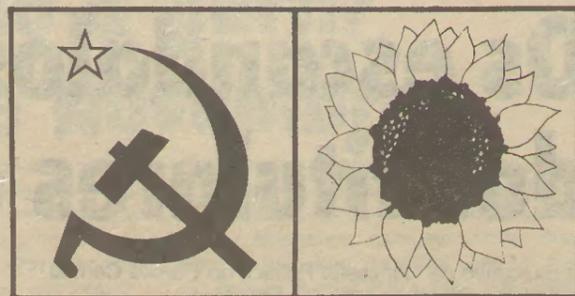
tização da campanha eleitoral, aponta-se na nota algumas grandes linhas das candidaturas CDU no Algarve, nomeadamente a implementação da região administrativa e o progresso «assente na valorização de todos os recursos naturais».

Portalegre

No distrito de Portalegre são independentes mais de 80 por cento dos candidatos (e um terço dos cabeças de listas para câmaras).

Em Mourão é agora candidato pela CDU, em terceiro lugar na lista da Câmara, um destacado vereador eleito em 1985 pela coligação PS/PSD.

Em Nisa, no encontro de sábado com a comunicação social — a que fazemos referência noutra local —, Vences Cordeiro (vereador há 7 anos pelo PS, agora 2.º candidato na lista da CDU para a CM) e Arménio Morais (dirigente do PRD que encabeça a lista da CDU para a AM) revelaram que chegaram a



O novo símbolo da CDU (PCP-PEV) é comum a listas de ampla unidade em várias autarquias

ser convidados para integrar as listas do PS e do PSD.

Vila Franca

Em Vila Franca de Xira dos 49 candidatos jovens aos órgãos autárquicos do concelho são independentes 22 — foi revelado no encontro que realizaram no domingo à tarde na Casa da Juventude vilafranquense. O total é completado com 24 jovens comunistas, 2 do PRD e 1 da UDP.

Setúbal

Odete Santos, candidata a presidente da Câmara, o major Marques Júnior, que encabeça a lista para a Assembleia Municipal, o pintor Álvaro Perdigão, mandatário da coligação PCP-PRD, e outros candidatos presentes na apresentação pública das lis-

tas «Desenvolver Setúbal» demonstraram grande optimismo em relação aos resultados no concelho, nomeadamente quanto à possibilidade de obter a maioria absoluta na Câmara Municipal.

Recordamos que a coligação «Desenvolver Setúbal» resultou de um acordo entre o PCP, o PEV e o PRD, e concorre a todos os órgãos autárquicos do concelho.

Vila Real

No distrito de Vila Real a CDU informou que concorre a todos os órgãos municipais e divulgou a lista dos seus primeiros candidatos.

Mais de metade dos nomes são independentes. Além de membros do PCP e do Partido Ecológico «Os Verdes», a CDU integra também, em Vila Real, candidatos independentes indicados pelo PSR, resultados de um acordo com este partido.



Na Casa do Alentejo estiveram, pelo PCP, António Vitória, Luís Sá e António Murteira; pelo PRD — António Feu, José Gaspar e Teresa Malveira

BEJA

Acordo CDU-PRD para o distrito

O acordo eleitoral para o distrito de Beja entre a Comissão Coordenadora Distrital de Beja da CDU e a Comissão Directiva Distrital de Beja do PRD foi assinado em Lisboa, na Casa do Alentejo, na passada quinta-feira, com a presença de dirigentes regionais e de Luís Sá, da Comissão Política do PCP, e António Feu, membro da Comissão Directiva e da Comissão Técnica Eleitoral dos renovadores.

O acordo, que estabelece o apoio do PRD às listas da CDU em todo o distrito de Beja, e a inclusão de candidatos renovadores em listas da coligação, foi considerado por Luís Sá como «mais um passo no caminho da construção da larga unidade democrática possível nas próximas eleições autárquicas», sendo no caso de Beja, onde a CDU detém maioria absolu-

ta em 11 das 14 câmaras, uma forma que o «PCP procurou» para «alargar a abertura democrática e a convergência de participação das forças democráticas em situações de minoria».

Por seu lado, António Feu fez questão em sublinhar a «lisura de processos» evidenciada em todo o processo negociado que permitiu vários acordos em numerosas autarquias entre a CDU e o PRD, afirmando que este acordo para todo o distrito de Beja «demonstra um esforço apreciável dos dirigentes das três forças subscritoras (PCP, PEV e PRD), e possibilita a futura participação do PRD na gestão autárquica, a qual tem sido desenvolvida pela CDU de forma globalmente positiva, satisfazendo os anseios da população no Baixo Alentejo».

CDU vai mais além

Os candidatos da CDU, incontestavelmente conhecidos, de uma forma geral, pela sua gestão de competência, honestidade, trabalho e dedicação nos órgãos autárquicos para onde são eleitos, vão mais além, avançando projectos de desenvolvimento para grandes áreas.

Área Metropolitana de Lisboa

Pela primeira vez em conjunto, candidatos do PCP na coligação «Por Lisboa» e os cabeças de lista da CDU aos

restantes 15 municípios da Área Metropolitana promovem na próxima segunda-feira uma visita a vários pontos na margem Norte e na margem Sul.

Para esta iniciativa está convidada a comunicação social. As direcções distritais de Lisboa e Setúbal da Coligação Democrática Unitária propõem-se na ocasião dar a conhecer as suas principais propostas para os problemas que afectam a Área Metropolitana de Lisboa, nomeadamente «a nível de acessibilidades, ambiente, habitação e desenvolvimento económico» — informou o gabinete de imprensa da CDU de Lisboa.

Do programa faz parte ainda a apresentação do livro

«Área Metropolitana de Lisboa — Década de 90».

Desenvolvimento integrado de Setúbal

Os 13 cabeças de lista da CDU para as câmaras de Setúbal participaram no domingo, dia 22, num encontro com empresários do distrito, que teve como tema central o PIDDS (Plano Integrado de Desenvolvimento do Distrito de Setúbal).

O almoço-convívio realizou-se num hotel do Seixal e reuniu cerca de 150 pessoas, das quais 130 empresários. A abrir, falaram Maria Emília

Sousa, presidente da CM de Almada, e Eufrazio Filipe, presidente da CM do Seixal e da Associação de Municípios do Distrito de Setúbal.

As autarquias que actualmente têm maioria CDU, como é do conhecimento geral, têm desenvolvido várias acções de incentivo à actividade empresarial, encontrando-se a funcionar nos municípios e na Associação gabinetes específicos que fornecem as informações necessárias.

A dinâmica de desenvolvimento em Setúbal — como disse Eufrazio Filipe — contradiz toda a campanha organizada pelo Governo para denegrir a actuação da CDU junto dos empresários.

Que fazer com esta direita? «Por Lisboa» é a alternativa

O CDS anda numa dura (e suja) guerra de palavras com o homem que na Câmara de Lisboa serviu durante dez anos e que agora vê os seus poderes reduzidos para travar, pelo menos neste fim de mandato, as «mudanças» que pretendia na cidade. Basílio Horta risca o nome da lista para a Assembleia Municipal. A televisão vê-se forçada a recusar o anúncio de um livro de Rebelo de Sousa já com três anos, mas que, se passasse, vinha mesmo a calhar para ganhar tempo de antena...

Com tantas amarguras na sua candidatura, que talvez lhe provoquem mais calafrios que o mergulho no Tejo, Marcelo resolveu pregar para os animaizinhos do Jardim Zoológico. Não se sabe é o que eles lhe responderam...

Com um tal espectáculo na capital (e ecos noutros pontos), compreende-se que os lisboetas vão, a pouco e pouco, decidindo o que fazer com esta direita no dia 17 de Dezembro.

A coligação PS-PCP-MDP-PEV, por seu lado, conti-

nua a afirmar-se como a única alternativa a esta gestão. Para responder aos problemas mais graves da capital, os candidatos «Por Lisboa» avançam um programa de 50 acções de emergência, a implementar durante 1990 em áreas como o trânsito, a habitação, a animação cultural, o ambiente e a protecção civil.

No dia seguinte às inundações na baixa lisboeta, Jorge Sampaio, Rui Godinho e outros candidatos encontraram-se no local com técnicos do Metropolitano e com comerciantes. Durante o fim-de-semana foram realizadas várias acções de promoção da coligação em várias freguesias, privilegiando os contactos directos com as populações. Para ontem, no Castelo de São Jorge, estava marcada uma conferência de José Saramago, candidato à presidência da AM, sobre o significado histórico-cultural de Lisboa, assinalando a passagem do 25 de Outubro.

A JCP divulgou na segunda-feira as suas propostas e iniciativas autónomas e deu início à sua campanha «Dar cor à cidade», de apoio à coligação «Por Lisboa».

PCP

«Verdadeira afronta à grande maioria dos trabalhadores»

Os escandalosos aumentos dos titulares de cargos políticos

O Executivo da Comissão Política do Comité Central reunido no dia 23 de Outubro deu uma especial atenção, entre as matérias apreciadas, ao escandaloso aumento, de mais de 56%, dos vencimentos dos titulares dos cargos políticos promovido pelo Governo PSD de Cavaco Silva.

1. Os anunciados aumentos constituem uma verdadeira afronta à grande maioria dos trabalhadores portugueses e de modo ainda mais chocante à situação dos reformados e pensionistas do nosso País.

Por iniciativa do Governo Cavaco Silva a remuneração mensal do Presidente da República (vencimento, mais despesas de representação) passa a ultrapassar os 1200 contos, a do Primeiro-Ministro atinge os 1000 contos, a dos Ministros ultrapassa os 850 contos e a dos Deputados vai além dos 450 contos. Entretanto, não se pode esquecer que cerca de 68% dos pensionistas recebe mensalmente uma pensão de valor igual ou inferior à mínima do regime geral — 14600\$00 — que mais de 500 mil reformados do sector agrícola tem uma reforma, de 10700\$00, en-

quanto cerca de 300 mil pensionistas recebe apenas 8700\$00 mensais.

Mesmo em relação aos trabalhadores no activo o Governo prossegue e intensifica a política de mão-de-obra barata, de baixos salários e de fixação de tectos salariais abaixo da taxa de inflação. Recorde-se que 30% dos trabalhadores portugueses recebe abaixo do salário mínimo nacional e que a generalidade dos trabalhadores da Função Pública apesar da sua luta e determinação não obtiveram mais que 12% de aumento, a vigorar até finais de 1990.

2. O Executivo da Comissão Política esclarece que este afrontoso aumento resulta da decisão e de um acto concreto do Governo Cavaco Silva — a Portaria n.º 904/A/89 de 16 de Outubro, assinada con-

• Nota do Executivo da Comissão Política do PCP

jointamente pelo Primeiro-Ministro, Aníbal Cavaco Silva e pelo Ministro das Finanças, Miguel Cadilhe.

Ao fixarem por esta Portaria o vencimento do Director-Geral da Administração Pública em 290 contos, o que corresponde a um aumento de 56,3%, o Primeiro-Ministro e o Ministro das Finanças sabiam que estavam a conceder a si próprios e a todos os titulares de cargos políticos, um aumento da mesma percentagem. Isto acontece porque por lei da Assembleia da República aprovada pela maioria do PSD (em 1988) o vencimento do Presidente da República aumenta automaticamente sempre que aumenta o vencimento do Director-Geral e na mesma percentagem. Acontece também que por outra lei da Assembleia da República aprovada pelo «bloco central» PS-PSD, em 1985, os vencimentos dos titulares de cargos políticos (Pri-

meiro-Ministro, Ministros, Deputados e Presidentes das Câmaras de Lisboa e Porto) aumentam automaticamente quando aumenta o vencimento do Presidente da República e na mesma percentagem.

Em face disto, constituem manifestações de chocante hipocrisia as tentativas governamentais para fugir à responsabilidade do desencadeamento dos aumentos.

3. O PCP, pela sua parte, manifesta a mais completa oposição aos novos vencimentos dos titulares dos cargos políticos que o Governo PSD de Cavaco Silva quer fixar com a sua Portaria de 16 de Outubro.

O PCP assume esta atitude com a mesma coerência com que se tem oposto a todas as leis da Assembleia da República que conduziram a grandes aumentos dos titulares dos cargos políticos, incluindo às que estabeleceram a indexação ao vencimento do Director-Geral da Adminis-

tração Pública. Em relação aos actuais aumentos, é também necessário recordar que o PCP denunciou oportunamente os seus preparativos no discurso do seu Secretário-Geral na Festa do «Avante!».

4. O PCP vai apresentar com toda a urgência na Assembleia da República um Projecto de Lei com o objectivo de revogar o aumento de 56% que o Governo quer conceder aos titulares de cargos políticos, incluindo normas que não permitam que o Presidente da República, o Primeiro-Ministro, os Ministros e os Deputados tenham um aumento superior aos 12% que foram estabelecidos para a generalidade dos trabalhadores da Função Pública.

O PCP declara desde já que considera a sua iniciativa aberta à opinião e à subscrição dos partidos e deputados da oposição na Assembleia da República.

5. O Executivo da Comis-

são Política considera oportuno esclarecer em face dos vencimentos muito altos que têm sido fixados para os titulares dos cargos políticos que os Deputados comunistas e outros eleitos do PCP continuam a auferir remunerações de acordo com o princípio de não serem beneficiados nem prejudicados em relação às suas anteriores remunerações.

6. O Executivo da Comissão Política também apreciou de novo o desastroso processo de privatizações que está a ser conduzido pelo Governo, chamando a atenção para a Nota do Gabinete de Imprensa, de 18 de Outubro, e reservando para a próxima reunião do Comité Central uma nova tomada de posição de fundo sobre os graves desenvolvimentos ultimamente verificados.

Lisboa, 23 de Outubro de 1989

O Executivo da Comissão Política do CC do PCP

Nacional

Pioneiros Festa na Aula Magna

• Domingo, 15 h.

«Amanhã é o sonho de hoje» — é assim que os Pioneiros de Portugal apresentam a festa que cuidadosamente estão a preparar para o próximo domingo, na Aula Magna da Reitoria da Universidade de Lisboa, a partir das 15 horas.

Comemorando o 30.º aniversário da Declaração Universal dos Direitos da Criança, os Pioneiros convidam professores e alunos, crianças e adultos, para uma festa que promete boa animação, convívio e amizade.

O programa vai incluir ilusionismo com Bénarim e Rebolinha, dança com o Grupo de Mira Sintra, os Palhaços Elisabeths, os parabéns a Charlot com filmes, Vitorino e as «canções de encantar» e ainda um apresentador-surpresa — «um grande ami-

go dos miúdos», diz a organização.

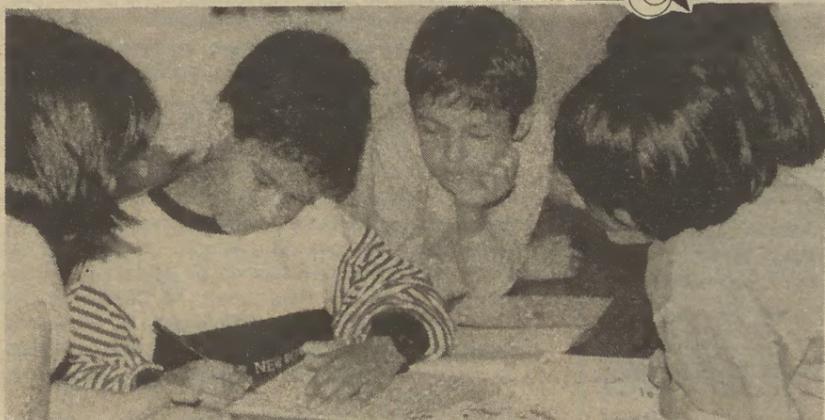
«Por tudo isto contamos com vocês. Para que todas as crianças cresçam felizes com os seus Direitos», sublinham os Pioneiros de Portugal.

A entrada na festa é livre para as crianças e custa 300 escudos para os adultos. Contactos pelo telefone 726 15 75. «Amanhã é o sonho de hoje» conta com o patrocínio de diversas entidades, nomeadamente sindicatos, uniões e federações sindicais, empresas e autarquias.

É com imensa alegria que vos convidamos a estar presente na nossa festa "O Amanhã é o Sonho de Hoje"



Pioneiros de Portugal



Crianças em convívio, comemorando em Lisboa, na Sociedade Portuguesa de Autores, o 1 de Junho, Dia Mundial da Criança, uma data sempre assinalada com entusiasmo e espírito criativo pelos Pioneiros de Portugal

Encontro do PCP com trabalhadores do Porto de Leixões

Realiza-se no próximo dia 4 de Novembro, a partir das 15 horas, no Salão de Turismo da Câmara de Matosinhos, um Encontro do PCP com trabalhadores do Porto de Leixões.

O plano de reestruturação em curso e as suas implicações no presente e no futuro dos trabalhadores, quer da APDL-Administração dos

Portos do Douro e Leixões, quer dos portuários, serão tema para o debate neste encontro, cuja preparação é da responsabilidade do Sector de Empresas da Organização Regional do Porto (ORP) do PCP.

O Porto de Leixões é um grande pólo de desenvolvimento económico no Norte do país, um importante servi-

ço de interesse social. Pretendendo responsabilizar os trabalhadores pela má situação financeira do porto, na base da ideia propalada na comunicação social de que «o porto é muito caro», o Governo e a APDL pretendem uma reestruturação que atinge profundamente os direitos adquiridos pelos trabalhadores e coloca novos entraves à contratação colectiva, que, em geral, aponta para a precarização e a insegurança no emprego

O afastamento de cerca de 500 trabalhadores portuários e de centenas de trabalhadores da APDL, as pré-reformas e o recurso a indemnização são algumas medidas que se desenham. Estas algumas das questões da situação complexa que se vive no porto de Leixões e que irão ser aprofundadas no próximo dia 4 de Novembro.



Uma conta «especial»

9956/210/0128198 Podia ser um número de telefone dos compridos. Daqueles que se ligam para o estrangeiro. Mas não.

Trata-se, apenas, do número da conta bancária da campanha de fundos em curso a nível nacional para dar resposta ao (pesado) encargo dos terrenos da Festa do «Avante!».

A conta está aberta no Banco Nacional Ultramarino, na Av. de Berna em Lisboa.

Vamos dar uma ajuda!

PCP



Tal como já tinha sido sublinhado no encontro nacional do PCP realizado na «Voz do Operário» em 5 de Novembro de 1988, o conjunto de preocupantes questões sobre a caça no nosso país torna necessário o reforço do movimento associativo dos caçadores e a alteração da actual Lei da caça, acentua o gabinete de Imprensa do PCP em posição tomada publicamente no passado dia 19

Há que alterar a actual Lei

Isto interessa aos caçadores (e não só)

Na abertura de mais uma época de caça (22 de Outubro), sem que o Governo tenha correspondido aos pedidos e sugestões formulados pela maioria dos caçadores no sentido de se alterar a actual Lei da Caça, o PCP não pode deixar de alertar os caçadores e a opinião pública em geral para os seguintes aspectos:

1. Em 15 de Agosto estavam constituídas 124 zonas de Regime Cinegético Especial, sendo 82 zonas de caça associativa (com uma área global de 66 000 ha) e 42 zonas de caça turística (com uma área de 79 000 ha).

2. As áreas abrangidas por zonas de caça turística têm crescido mais rapidamente do que as de caça associativa e já ocupam uma maior superfície. Simultaneamente os preços de caçadas em zonas de caça turística, que têm sido publicitados pelas empresas concessionárias, tornam claro que poucos caçadores as poderão frequentar.

3. A generalidade das associações de caçadores tem deparado com obstáculos intransponíveis para constituir zonas de caça associativa, ou por não conseguirem o acordo dos proprietários dos terrenos,

ou por terem dificuldade em suportar os custos da criação e manutenção de uma zona de caça.

4. Uma boa parte das zonas de caça associativa está concessionada a pseudo-asso-

Reforçar o movimento associativo

Este conjunto de graves e preocupantes questões sobre a caça em Portugal demonstra uma vez mais — conforme já tinha sido definido no Encontro Nacional sobre a Caça que o PCP promoveu em 5 de Novembro de 1988 — que se torna necessário o reforço do movimento associativo dos caçadores e a alteração da actual Lei da Caça, nomeadamente no sentido de:

- Criar condições para que todos os caçadores livremente associados possam usufruir de zonas de caça associativa;

ciações de caçadores, quase sempre formadas pelos proprietários dos terrenos, seus familiares e amigos.

5. Até agora não foram criadas quaisquer zonas de caça nacionais ou sociais e também não foram constituídos os Conselhos Cinegéticos Regionais, havendo fortes indícios de que a sua constituição esteja a ser boicotada pela Direcção-Geral das Florestas, que assim escapa à necessidade de os consultar.

- Criar limites à expansão das zonas de caça turística para que a maioria dos recursos cinegéticos não fique apenas ao alcance de uma minoria de caçadores;

- Assegurar que os Conselhos Cinegéticos desempenhem as funções que a Lei lhes atribui, isto é, de conjugação de interesses de caçadores, agricultores, autarquias e organismos de protecção da Natureza;

- Aumentar a participação dos caçadores e das suas organizações em todas as questões relativas à caça.



Uma representação da CONFECOOP (Confederação Cooperativa Portuguesa) foi recebida no passado dia 20 na Soeiro Pereira Gomes, por uma delegação do Partido Comunista Português, informa o gabinete de Imprensa do PCP. Álvaro Cunhal, secretário-geral do Partido e Francisco Lopes, do Secretariado do Comité Central, integravam a delegação do PCP. Da parte da CONFECOOP estiveram presentes no encontro Lemos Maia, presidente, António Pombinho, vice-presidente, e Ana Teresa, secretária-geral. A representação da CONFECOOP expôs as principais questões que, no momento actual, preocupam o movimento cooperativo português.

«Correr por Lisboa» inscrição a partir de 1 de Novembro

Como salientámos na nossa última edição, está marcada para 8 de Dezembro próximo (feriado nacional) uma prova de atletismo aberta a todos os interessados, promovida pela Coligação «Por Lisboa». Segundo o seu regulamento, esta corrida, com cerca de 13 km, a percorrer entre o Estádio Pina Manique e a Praça do Município, «visará a divulgação de uma prática desportiva saudável entre a população». As inscrições (grátis) vão funcionar já a partir de 1 de Novembro.

Pelo correio, serão aceites inscrições até 4 de Dezembro; pessoalmente até dia 5. A correspondência deve ser endereçada a: «Correr por Lisboa», Av. António Augusto de Aguiar, n.º 134 - 1000 Lisboa. Telefones: 53 21 45, 53 22 99, 53 23 72, 53 27 21.

Recordemos os escalões da prova: juvenis (masc/fem), nascidos em 1973/74; juniores (masc/fem), nascidos em 1971/72; seniores (masc); senhoras; veteranos I (40/44 no dia da prova); veteranos II (45/49); veteranos III (50/54); veteranos IV (mais de 55); veteranas (mais de 35 no dia da prova).

Recentemente a Coligação «Por Lisboa» realizou na sua sede, na António Augusto de Aguiar, um animado convívio entre desportistas. Elementos da lista candidata às eleições de Dezembro, incluindo Jorge Sampaio, estiveram presentes nesta

iniciativa, que reuniu «velhas glórias», dirigentes e personalidades, atletas e treinadores: Manuel Faria; Tomás Paquete; Armando Aldegalega; Georgete Duarte; Aniceto Simões; Júlio Rendeiro; Joaquim Silva; Manuel Sérgio; Paula Brito; Francisco Sobral; Vasco Lourenço; Rego Mendes — vereador e candidato; Miranda Calha; Cavaleiro Madeira; Manuel Arons de Carvalho; Mário Machado; Melo de Carvalho; Francisco da Graça Gordo — enfermeiro; Luís Caldas — árbitro internacional e olímpico de luta greco-romana; Fernando Freitas — pres. da Academia Olímpica; Mário Paiva — pres. Ass. Atletismo de Lisboa; Francisco Alves; Carlos Cardoso; Miguel Nobre Ferreira — Comité Olímpico; José Constantino — Fed. Halterofilia; José Manuel Duarte; Vítor Marques; Rui Bandeira — Fed. Basquetebol; Diamantino Marques; Orlando Silva; João Campos; Cidónio Caetano; Cipriano Lucas; Rita Borralho; Umbelina Nunes; Lucrécia Jardim; Luís Santos — mestre de xadrez; Janete Maiyel; Hernâni — internacional de andebol; Óscar Santos; António Vermelhudo; Paulo Santos; Armando Espadinha; Vítor Mano; António Vieira de Almeida — internacional de rãguebi; Rui Silva; Jorge Adelino; Fonseca e Costa; José Curado; João Paulo Bessa; Manuel Costa — selecção nacional de rãguebi; Monge da Silva; António Campos; Manuel Bernardo; Raul Patrício — rãguebi.

RESERVE ESTA DATA



CORRER POR LISBOA



89

8 DEZ

Direcção Regional de SETÚBAL Esclarecimento do gabinete de Imprensa

Solicitado a comentar a possível integração de Rogério Cordeiro em listas do MDP/CDE no concelho do Montijo, concorrente às próximas eleições autárquicas, o gabinete de imprensa da DORS do PCP, considera oportuno o seguinte esclarecimento, divulgado aos jornalistas no passado dia 19:

1. Rogério Cordeiro foi eleito vereador da Câmara do Montijo em 1985 nas listas APU. Foi suspenso da actividade normal do Partido em 13 de Junho de 1988, por motivos de falta de honestidade política e moral.

Efectivamente, procurou retirar benefícios de ordem pessoal, no exercício do cargo público para que foi eleito, contrariando princípios elementares que devem nortear os comunistas.

2. Tal suspensão foi na altura do conhecimento público.

3. Rogério Cordeiro foi em Setembro passado informado pela Comissão Concelhia do Montijo de que não voltaria a ser proposto para integrar as listas CDU, por carecer de confiança política dos organismos e dos militantes do PCP no concelho.

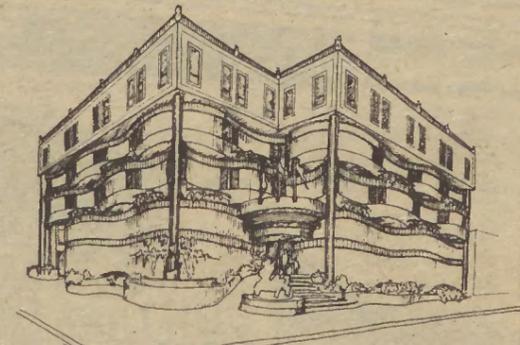
4. Aos factores que o desabonam desde há muito tempo, junta-se agora a sua falta de

frontalidade, por não ter informado o PCP da sua opção.

5. O gabinete de Imprensa

da Direcção Regional de Setúbal considera que, certamente, a Comissão Concelhia do Montijo do PCP assumirá obviamente as suas responsabilidades perante novo desenvolvimento da situação de Rogério Cordeiro e decidirá em conformidade.

Novo CT: telhas à vista



O fim-de-semana de 4 e 5 de Novembro vai ser de festa e convívio na capital do Sado. E o motivo não é para menos: vai ser assinalado o início da colocação do telhado no novíssimo Centro de Trabalho da Direcção Regional de Setúbal (DORS) do PCP. A reportagem do Avante! vai estar presente.

SEE em leilão de multimilionários

Espoliar o País é o alvo do Governo

As organizações sindicais e representativas das empresas reunidas em Lisboa, como noticiámos na semana passada, para debate e tomada de medidas sobre a privatização do sector empresarial do Estado (SEE), destacaram como «imperativo nacional» todas as acções que impeçam «o leilão do património empresarial do Estado, anunciado pelo Governo», agora a 100 por cento. Contra a lei-quadro das privatizações manifestou-se também o PCP através de uma nota do seu gabinete de Imprensa vinda a público em 18 do corrente.

Depois de referir as condições criadas ao Governo pela revisão constitucional no sentido de avançar para «a reconstituição do poder do grande capital», a nota do PCP sublinha que, se trata de «uma nova escalada numa ofensiva que visa atingir e prejudicar gravemente o interesse público».

Acrescenta a nota do Partido que essa escalada pretende «delapidar bens e património do Estado em benefício de interesses egoístas e sectores sociais minoritários, enfraquecer as possibilidades de defesa da economia na-

cional, face à concorrência de economias mais poderosas, e transferir para o grande capital nacional e estrangeiro alavancas fundamentais de controlo, direcção e decisão em esferas vitais e em sectores-chave da economia nacional».

Inovações particularmente escandalosas

A nota do PCR de 18 do corrente, que não deixa de recordar as «facilidades» que o PS ofereceu ao Governo

«em sede de revisão constitucional», aponta como «inovações particularmente escandalosas na presente proposta de lei-quadro a possibilidade de as privatizações se fazerem também por negócio particular e de os títulos de indemnização, de que são detentores os ex-monopolistas, poderem ser usados na compra de acções de empresas públicas».

Isso significa, acrescenta a nota, «oferecer às antigas famílias multimilionárias (que foram beneficiárias e cúmplices da ditadura fascista) a possibilidade de recuperarem, parcial ou integralmente, as suas posições anteriores nas empresas e na vida económica nacional».

Por seu turno, a CGTP-IN, federações e uniões sindicais e coordenadoras regionais e sectoriais das comissões de trabalhadores (CTs), que organizaram o plenário da semana passada em Lisboa sobre o SEE (sector empresarial do Estado) sublinharam

que se vier a concretizar-se o projecto do Governo nesse campo assistir-se-á a um autêntico esbulho da riqueza nacional, dado que «a reconversão das indemnizações a velhos grupos económicos» proporcionará acções de mais de 150 milhões de contos.

Ao mesmo tempo, segundo o plenário do SEE, o Governo prepara a aceleração da ofensiva contra os direitos dos trabalhadores nessas empresas públicas, nacionalizadas e participadas, «fazendo tábuas raso de algumas normas constitucionais» ainda constantes da Lei fundamental do nosso país.

Os promotores do plenário nacional de activistas do SEE, efectuado a semana passada em Lisboa, alertaram e responsabilizaram «as forças políticas e grupos parlamentares que, cedendo na revisão constitucional, proclamaram que era possível salvar os direitos dos trabalhadores

e os interesses nacionais».

Não é isso que se verifica. O plenário nacional do SEE sublinha que «a vida e os objectivos do Governo demonstram que foram justas as preocupações e críticas das organizações dos trabalhadores, exigindo-se assim uma alteração de posições e uma acção convergente das forças democráticas, conducentes à defesa dos direitos dos trabalhadores e dos interesses da economia e independência nacionais».

As organizações sindicais e representativas das CTs do SEE decidiram no plenário avançar com «uma acção de esclarecimento da opinião pública», com início amanhã para ontem, 24 do corrente, abrangendo todo o país.

Ao mesmo tempo são solicitadas audiências aos órgãos de soberania e grupos parlamentares.

Entre as iniciativas aprovadas no plenário destaque-se «o desafio feito ao Governo para um frente-a-frente na televisão», moderado pelo «Diário de Notícias» e o «Jornal de Notícias» do Porto.

A semana passada, os promotores do plenário nacional do SEE constatavam, entretanto, que a luta se desenvolvia nas empresas desse importante sector, bem como as «perspectivas da sua ampliação, como consequência lógica da ofensiva do Governo», que atinge também os direitos constitucionais dos trabalhadores.

CGTP marca dia de luta e envia mensagem à CES

A CGTP, que reuniu sexta-feira passada em Lisboa 112 organizações sindicais no seu Plenário Nacional, elegendo a respectiva Mesa, marcou um dia de luta para 16 de Novembro por «melhores salários, melhor protecção social e trabalho com direitos».

Além destes objectivos gerais, a CGTP que conduz uma campanha de sindicalização, acentuou as reivindicações específicas em empresas, sectores e regiões, e previu um crescendo de lutas, designadamente nos transportes (paralisações anunciadas para 8 e 9 de Novembro), no vestuário e noutros sectores de actividade.

Salários mínimos, pensões de reforma, diminuição da função social do Estado, reflectida no Orçamento para 1990 (despesas reduzidas de 34,2 por cento para 33,7 por cento, relativamente a este ano) e agravamento da carga fiscal foram objecto de debate e resolução por parte do plenário em que participaram 350 dirigentes sindicais.

Mensagem à CES

A CGTP-IN divulgava, entretanto, a mensagem que enviou à Confederação Europeia de Sindicatos. Assinada por Manuel Carvalho da Silva, coordenador da central, a mensagem é do seguinte teor:

«A Confederação Geral dos Trabalhadores Portugue-

ses — Intersindical Nacional, de Portugal, presente na concentração de trabalhadores na Esplanada do Cinquante-naire, em Bruxelas, saúda a Confederação Europeia de Sindicatos e todas as centrais sindicais participantes, os trabalhadores presentes na manifestação, bem como todos os trabalhadores dos países da Europa comunitária.

«Apoiamos os objectivos estabelecidos pela CES para a convocatória desta concentração que terá lugar no quadro da importante campanha de sensibilização dos trabalhadores europeus na semana de 16 a 20 de Outubro. A CGTP-IN apoia sem reservas esta e outras iniciativas da CES, nomeadamente as que

contem com a participação activa e directa dos trabalhadores e pela sua consagração na legislação comunitária.

«Sendo Portugal um dos países menos desenvolvidos da Comunidade, os trabalhadores portugueses estão indiscutivelmente entre os mais interessados na construção de uma Europa com maior coesão económica e social. A CGTP-IN desenvolverá esforços, tanto a nível nacional como europeu, procurando a convergência com todas as outras organizações sindicais europeias, para a concretização dos anseios e objectivos dos trabalhadores europeus numa Europa mais democrática porque mais social e mais solidária».

Costa Nery Repor o poder de compra

400 trabalhadores levam para casa pouco mais de 40 contos por mês

Deve terminar amanhã, com um plenário para decidir sobre futuras acções de luta, a semana de greves parciais que os 400 trabalhadores da empresa metalúrgica Costa Nery, de Torres Novas efectuam desde 23 do corrente. O Sindicato afirma que os salários pouco excedem, actualmente, os 40 contos por mês.

O Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e Metalomecânicas do Distrito de Santarém acrescenta que as paralisações, com uma adesão de 90 por cento, têm decorrido das 10 às 11 horas e das 15 às 16, desde a passada segunda-feira, e se prolongam até hoje.

Aumento intercalar

Os trabalhadores da Costa Nery e o Sindicato apresentam uma proposta de aumento intercalar de 5 mil escudos para o período de Setembro e Dezembro do ano corrente.

«Segundo a mesma fonte sindical, depois dessa paralisação espontânea, os trabalhadores recorreram novamente à greve de quatro horas diárias, pelo período de uma semana, responsabilizando a administração e «exigindo que a mesma responda de forma satisfatória à reivindicação pela qual estão dispostos a recorrer aos meios ao seu alcance».



Sumário sindical

RTP. A Radiotelevisão Portuguesa foi mais uma vez acusada pela CGTP de não ouvir nem transmitir a posição dos «representantes dos principais interessados que são os trabalhadores», neste caso o dos têxteis, durante um debate que a direcção de informação da RTP transmitiu em 17 do corrente no programa «Primeira Página». A central sindical, com sede em Lisboa, apresentou queixa ao Conselho de Comunicação Social e protestou, pública e veementemente, contra essa inqualificável atitude, extensível também ao debate do PEDIP para a indústria laneira, pois a CGTP-IN «não aceita deixar de ter voz activa em matéria tão importante para os trabalhadores e para o País».

Matadouros. Segundo o Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública da Zona Centro, com sede em Coimbra, comerciantes de carnes que não identifica interromperam recentemente na Figueira da Foz uma reunião que o mesmo Sindicato efectuava no refeitório do IROMA, matadouro dependente do Estado. Os talhantes insultaram e ameaçaram fisicamente os dirigentes sindicais, o que, de acordo com os sindicalistas, já vem sendo prática corrente nos matadouros. O Sindicato termina a sua nota sobre o assunto perguntando por que se demite o Estado das suas funções e permite que pessoas singulares se arvorem o direito de práticas antidemocráticas em serviços da sua responsabilidade», isto é, da responsabilidade estatal.

Defesa. As Federações sindicais da química e da metalúrgica adiaram para hoje os plenários nas empresas de defesa (INDEP e outras) pelo facto de a reunião que tinham mar-

cada para 19 do corrente nos Ministérios da Defesa e da Indústria ter sido suspensa e agendada uma outra para ontem com a Secretaria de Estado da Defesa. Os plenários nas empresas destinam-se a transmitir aos trabalhadores os resultados desta última reunião.

Patologistas. As associações patronais de radiologistas e patologistas não respeitam o direito de negociação colectiva, segundo afirma a Federação Sindical do Comércio (FEP-CES) que apresentou a sua proposta de revisão do contrato colectivo de trabalho (CCT) em Agosto e Setembro do ano corrente, sem que aquelas organizações do patronato fizessem qualquer contraproposta. Em 18 do corrente, a FEP-CES requereu a passagem da revisão do contrato à fase de conciliação. O CCT abrange milhares de trabalhadores.

«**VD.**» O boletim «Vencer Distâncias», órgão da FCT — Federação das Comunicações e Telecomunicações — apela no seu número de Outubro à «unidade na acção com todos os trabalhadores» com o objectivo de «derrotar os planos do Governo para o sector». Segundo a FCT, entre os perigosos objectivos dos governantes está o privilégio que pretendem aumentar em relação às multinacionais, em prejuízo do sector público («desmantelamento»), das garantias dos trabalhadores e do enriquecimento do seu poder reivindicativo.

«**O Metalúrgico.**» Saiu o número de Outubro deste órgão da Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal. A FSMMP salienta na primeira página a luta dos trabalhadores da Tomé Feteira, Estaleiros Navais de Viana do Castelo e Minas de Jales. Uma edição especial é dedicada a «dinamizar a acção reivindicativa».

Transportes. O Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários e Urbanos do Centro, com sede em Lisboa, inaugurou as suas novas instalações (próprias) na Avenida António José de Almeida, 22, nesta cidade.

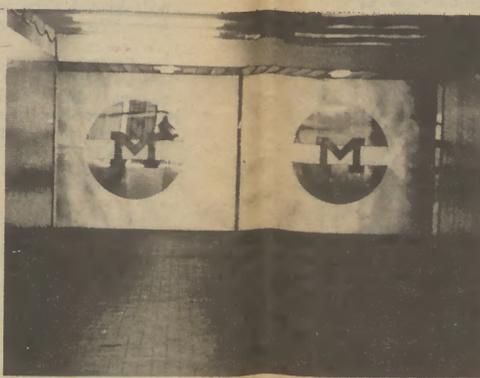
«**O Reforço.**» Este jornal da Federação dos Sindicatos das Indústrias de Cerâmica, Cimento e Vidro de Portugal dedica especial atenção, na sua edição de Setembro-Outubro, à dinâmica da contratação colectiva e insere, por outro lado, um artigo sobre o «Acordo CGTP-UGT» com o título «A necessidade faz o engenho». São salientados alguns pontos do acordo que «não dilui os conceitos sindicais», nascendo o mesmo da «capacidade de análise programática das necessidades dos trabalhadores».

CDS. Anunciada no nosso número da semana passada para 17 do corrente, a reunião entre os dirigentes da CGTP e do CDS, efectuada a pedido deste partido, só se efectuou no dia seguinte por, segundo a CGTP, o presidente do CDS não estar disponível naquele dia devido à reabertura dos trabalhos parlamentares. Reuniões ao mais alto nível tiveram lugar também ultimamente com secretário-geral do PS, Jorge Sampaio, e com a Juventude Operária Católica, esta última na sede da JOC em Lisboa.

Bandeja. Entre diversas iniciativas, uma delas no campo dos cursos de formação, a Federação sindical da hotelaria e turismo continua a dar atenção às tradicionais corridas de bandeja. O Sindicato do Centro, com sede em Lisboa, organizou em 5 do corrente a prova nacional, a terceira, dessa modalidade profissional-desportiva, em Aveiro, com a participação de dezenas de profissionais do sector.

Carris, Metro, RN Sindicatos preparam outras greves

As portas do Metro de Lisboa podem fechar-se outra vez. Anunciadas para 8 e 9 de Novembro próximo, as greves no sector dos transportes urbanos só poderão ser evitadas se o Governo e os gestores abandonarem as posições inflexíveis e ouvirem os sindicatos. Anunciada pela FSTRU logo depois da RN, Carris e Metro, que afectou seriamente Lisboa, a greve de 48 horas para a segunda semana de Novembro, foi confirmada no plenário nacional de sindicatos da CGTP-IN, efectuado a semana passada e no qual foi anunciada também uma jornada de luta para 16 do mesmo mês



Professores Reunião de última hora não fazia prever desconvocação da greve

Com uma greve decidida para amanhã e depois (48 horas) a Federação Nacional dos Professores (Fenprof) foi convocada para uma reunião na Secretaria de Estado da Modernização Administrativa.

O encontro na SEMA, marcado para anteontem, não deixava antever «neste momento» (23.10), nenhuma razão fundamentada que faça antever a desconvocação da greve da próxima quinta e sexta».

Congresso da USC

A União dos Sindicatos de Coimbra (USC), organização distrital intermédia da CGPT-IN, marcou o seu II Congresso, a efectuar naquela cidade nos dias 10 e 11 de Novembro próximo. Estarão presentes delegações estrangeiras.

A comissão executiva da USC, que endereçou convite às suas congéneres sediadas em cidades com as quais

Coimbra tem protocolos de gemação, confirmou já a presença no seu Congresso de CCOO (Comisiones Obreras) de Salamanca.

Foram convidadas também a CGT (França) de Poitiers e CCSS (URSS) de Iaroslav. O II Congresso da USC está anunciado para as instalações da Universidade de Coimbra.

Vestuário Condições incríveis determinam greve

Agrava-se o conflito no sector do vestuário e afins da região Norte. Está anunciada uma greve para amanhã. As propostas do patronato são classificadas pela Federação e pelos sindicatos como «o regresso ao século passado».

A ANIVEC (associação patronal) propõe aos trabalhadores o que designa por flexibilização do horário de trabalho. A semana laboral passada a ter 54 horas, atingindo o período diário de trabalho as 11 horas. Acabaria o descanso semanal ao sábado, o direito estabelecido por contra-

to de faltar sem desconto nas remunerações por motivo de consulta médica para o próprio ou os filhos, o pagamento das faltas por assistência familiar insubstituível, o pagamento de dois dias por nascimento de filho. O período de férias seguidas diminuiria de 30 para 15 dias.

Esses são apenas alguns exemplos mais relevantes das propostas patronais, que teriam como contrapartida um aumento salarial da ordem dos 12 por cento na tabela, um subsídio de alimentação (120 escudos por dia) e a possibilidade de reduzir progressivamente o horário de

trabalho até 1993, mas no máximo até 42,5 horas semanais.

A Federação sindical e os sindicatos declararam que essas propostas são inaceitáveis para qualquer organização sindical que exerça de facto as suas funções na defesa dos interesses dos trabalhadores.

Na opinião dos sindicatos, as propostas patronais constituem uma autêntica provocação.

As propostas da ANIVEC em nada se coadunam com o desenvolvimento económico e social, afirmam ainda as organizações sindicais.

Greve na CP Sindicatos acusam os gestores de irresponsabilidade

Depois de reafirmar a sua disponibilidade para o diálogo a fim de resolver o conflito na CP e evitar a greve anunciada para a próxima semana, a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Ferroviários Portugueses (FSTFP) recordava no passado dia 20 que já em 4 do mesmo mês solicitara ao conselho de gerência a reunião, o mesmo sucedendo com os órgãos de soberania e grupos parlamentares. Mas até aquela data, sexta-feira da semana passada, só tinha sido recebida pela Presidência da República e pelos grupos parlamentares do CDS e do PCP.

Anteontem, a mesma Federação, através do seu conselho nacional, voltava a acusar o Governo e o conselho

de gerência da CP de se furtarem ao diálogo. O mesmo, aliás, tem acontecido com os restantes conflitos no sector dos transportes rodoviários e urbanos, cujos trabalhadores se têm visto obrigados a recorrer à greve na falta prolongada de qualquer resposta às suas reivindicações.

Assim, à semelhança do que sucedeu muito recentemente com a Carris, o Metro e a Rodoviária Nacional, a CP entrou em greve às 22 horas de segunda-feira passada pela reposição do poder de compra perdido este ano, pela redução do horário de trabalho e da idade para a reforma, pela negociação do regulamento de carreiras, contra a extinção da Caixa

de Previdência e por uma nova gestão na CP.

Grande adesão e RTP

Anteontem às 9 horas da manhã, as greves parciais de duas horas por trabalhador em cada turno de trabalho registavam grande adesão. A Federação (FSTFP) acrescentava que a desorganização dos serviços provocada pelas paralisações já tinha levado àquele hora à supressão de comboios.

Dados ainda incompletos naquela altura registavam a supressão de 89 comboios de passageiros na zona Norte, 35 no Centro e 82 no Sul do País.

Acrescentava ainda a mesma Federação sindical que se tinham registado atra-

so na restante circulação de comboios e barcos, em alguns casos superiores a uma hora.

Anteontem, o conselho nacional da FSTFP, depois de uma declaração transmitida pelo Jornal da Tarde da RTP, que ouviu um porta-voz do conselho de gerência da CP, acusava o mesmo conselho de «irresponsabilidade».

A declaração do CG transmitida pela televisão referia que o CG já tinha iniciado negociações, mas apenas com os sindicatos que não tinham aderido às paralisações.

A Federação, que representa a maioria dos trabalhadores da CP, afirma que aquela declaração televisiva é «mais uma demonstração

de irresponsabilidade» do CG, porque se trata dos mesmos gestores que «têm vindo a fazer orelhas moucas aos inúmeros apelos ao diálogo» que os sindicatos e a FSTFP lhes têm dirigido nos últimos meses.

Concluía a FSTFP anteontem que «o recurso à greve parcial agora em curso foi decidido só depois de se terem esgotado todas as possibilidades de forçar o CG e o Governo a dialogar com os sindicatos e a tentar resolver o conflito à mesa das negociações. De qualquer forma, esta Federação reafirma toda a sua disponibilidade para se sentar à mesa das negociações, logo que para tal seja convocada», afirmava ainda a FSTFP.



Parlamento Europeu

Orçamento e mercado interno em debate em Estrasburgo

O segundo plenário deste mês do Parlamento Europeu, a decorrer em Estrasburgo, é essencialmente dedicado à análise em primeira leitura do Orçamento comunitário para 1990. A par do destino a dar aos mais de oito mil milhões de contos em jogo e da sua distribuição pelas diversas rubricas, os eurodeputados têm ainda oportunidade de colocar perguntas orais à Comissão e ao Conselho sobre o processo em curso para a concretização da União Económica e Monetária (UEM), debater as complexas questões ligadas à harmonização do IVA e de impostos sobre consumos específicos e ouvir um discurso de François Mitterrand na sua qualidade de presidente do Conselho Europeu.

À hora do encerramento da nossa edição parte dos temas referidos estavam em pleno debate; após a leitura do projecto de Orçamento na terça-feira e da apresentação das propostas de alteração, previa-se — a ser cumprida a ordem de trabalhos — que estas fossem votadas hoje, quinta-feira.

Entretanto, agendado para ontem estava a intervenção de Mitterrand, presumivelmente dedicada à preparação do terreno para a próxima cimeira do Conselho Europeu, marcada para Dezembro, em Estrasburgo, onde o grande tema será a União Económica e Monetária.

Questões a que voltaremos com mais pormenores numa próxima edição, mas que merecem desde já alguma reflexão.

Recordemos que na Cimeira de Madrid foi decidido incrementar a primeira fase do chamado plano Delors, isto é, reforçar a cooperação económica e monetária entre os Doze e providenciar para a entrada de todos os Esta-

dos membros para o mecanismo de câmbios do sistema. A segunda fase do plano prevê a transferência gradual de poderes em matéria de política monetária para os bancos centrais dos Doze; e finalmente a terceira fase deverá levar à transferência do poder de decisão sobre esta matéria para o Conselho de Ministros da Economia e a criação de um banco central europeu, com a substituição das moedas nacionais por uma divisa comum.

O plano está longe de ser pacífico, como é fácil de se perceber. No entanto, e para além das diferentes posições sobre a questão, avulsa desde já a preocupação de como se vai processar o controlo democrático sobre as decisões que vierem a ser tomadas e, por outro lado, como garantir que a «Europa dos cidadãos» vai de facto acompanhar a «Europa dos capitais».

Os comunistas portugueses no Parlamento Europeu e os seus congéneres do grupo Coligação de Esquerda estão

particularmente preocupados com os manifestos atrasos na implementação da «Europa dos cidadãos».

Em meados deste mês, o camarada Carlos Carvalhas, falando em nome da Coligação de Esquerda, fez notar que o quarto relatório sobre a aplicação do livro branco «mostra com clareza que há velocidades diferentes na sua concretização».

Por um lado, diz Carlos Carvalhas, registam-se «avanços significativos na liberalização de capitais, uma concessão generosa que não tem correspondência na livre circulação dos trabalhadores e nas medidas que dão corpo à Europa dos cidadãos».

Para aquele deputado, «esta dupla velocidade, financeira por um lado e social por outro», evidencia a necessidade de intervenção e do controlo democrático dos sindicatos sobre a aplicação dos fundos estruturais e sobre a necessidade de se proceder a uma efectiva avaliação dos efeitos da aplicação assimétrica do livro branco, «quer em relação à coesão económica, regional e social, quer em relação à política do ambiente».

Na opinião da Coligação de Esquerda, «é cada vez mais necessário que a consulta aos parceiros sociais e, nomeadamente às organizações dos trabalhadores, se deve efectivar de forma sistemática e com consequência, nomeadamente em relação às directivas mais importantes».

Que a dimensão social do

desenvolvimento continua a ser subalternizada, ninguém contesta. A prová-lo está «a acentuação das desigualdades, o desemprego, a generalização da precarização do emprego».

O que justifica as crescentes preocupações com o actual projecto da «Carta Social Europeia», onde, salienta-se, «não figuram os compromissos, nem as cláusulas necessárias para promover e garantir os direitos sociais dos trabalhadores».

Esta matéria foi tema de debate a semana passada em Atenas, numa reunião do grupo que referimos em separado.

A coesão económica

O quarto relatório da Comissão relativo à execução do Livro Branco sobre a conclusão do Mercado Interno, dedica naturalmente grande importância à questão da harmonização fiscal. Para a Coligação de Esquerda, esta não pode no entanto ser feita «à custa dos países com economias mais débeis, nem à custa do acréscimo de burocracias asfixiantes das pequenas e médias empresas, nem à custa do sector cooperativo», para o qual, assinala-se, a Comissão não elaborou nenhuma proposta.

Para o grupo, como disse Carlos Carvalhas, «a harmonização fiscal deve não só combater a evasão e os movimentos especulativos de capitais, como deve favorecer

os investimentos criadores de empregos estáveis».

Uma vez mais, aceite o princípio, fica em aberto a questão de como vai ser exercido o controlo democrático da sua aplicação.

Também no respeitante à política industrial, importa garantir que ela não ficará «à mercê dos dogmas do neoliberal».

Na sua exposição em nome da Coligação de Esquerda, Carlos Carvalhas insistiu «que as medidas relativas à coesão económica e à dimensão social do crescimento devem acompanhar e nalguns casos preceder a concretização do mercado único», o que é particularmente importante para as regiões com maior atraso de desenvolvimento.

Não basta a duplicação dos Fundos — disse Carvalhas. **Importa avançar no sentido da convergência real das economias exigindo-se para isso um esforço acrescido para reduzir os desequilíbrios estruturais das economias mais débeis.**

Pelo que os comunistas que integram a Coligação de Esquerda defendem a necessidade de «prosseguir com a reforma dos fundos estruturais — reconhecida de resto no Relatório Delors — e conceber novas fórmulas de financiamento ou de cofinanciamento menos pesadas para os orçamentos dos Estados-membros, de modo a diminuir a pressão sobre a dívida pública».

Como insistentemente tem sido defendido pela Coligação de Esquerda, **a concretização do princípio da coesão económica e social não pode ser perspectivada como mera compensação, como moeda de troca, às regiões menos desenvolvidas pela realização do Mercado Único.**

Pelo contrário, salienta-se, **a materialização da coesão económica e social é uma condição necessário à dinamização da economia europeia, a um desenvolvimento integrado e qualitativo, sobretudo no que se refere ao bem-estar, ao emprego e ao ambiente.**

Coligação de Esquerda reivindica Carta Social vinculativa e de progresso

A Coligação de Esquerda do Parlamento Europeu, em que se integram os deputados do PCP, não está disposta a assistir passivamente à construção do mercado interno assente no desemprego em massa, na destruição das conquistas sociais dos trabalhadores, no agravamento dos desequilíbrios existentes entre os países membros da Comunidade.

A Coligação de Esquerda está apostada, isso sim, em dar o seu melhor contributo para que os trabalhadores, os movimentos sindicais possam intervir e influenciar, quer a nível nacional quer comunitário, uma integração económica harmoniosa, baseada numa mais justa divisão internacional do trabalho e tendo como objectivo a construção de uma Europa mais democrática.

Estas duas das principais ideias chave que orientaram as jornadas de estudo sobre a Carta Europeia dos Direitos Sociais, realizadas a semana passada em Atenas pelo grupo Coligação de Esquerda.

Para além dos deputados do grupo, participaram nos trabalhos representantes da Comissão Europeia e de organizações sindicais de vários países, entre as quais a CGTP-IN.

As conclusões aprovadas no final dos debates traçam

as linhas que orientarão a intervenção dos deputados no Parlamento, visando melhorar consideravelmente o projecto da Carta, de acordo com as reclamações das organizações sindicais.

Os deputados do PCP, Carlos Carvalhas, Joaquim Miranda e Barros Moura, defenderam a necessidade de implementar um programa de efectivo combate ao desemprego na Comunidade e uma aproximação, gradual e progressiva mas real, dos direi-

tos sociais nivelados por cima, em todos os países da CEE.

Como afirmaram, sem dimensão social, sem o nivelamento por cima, o mercado único tenderá a acentuar as desigualdades e a perpetuar a existência de salários baixos nos países menos desenvolvidos, como Portugal. Não é por acaso, lembraram, que a maioria dos Governos dos Doze — incluindo o Governo de Cavaco Silva — e Comissários, como o social democrata Cardoso Cunha, se opõem a uma Carta vinculativa.

Para os deputados portugueses, a política social do Governo português está em correspondência com a sua política económica e financeira que não prepara o País para 1992. Ainda recentemente o Comissário Christofersen, na apresentação do relatório sobre a situação económica da Comunidade, sublinhava que Portugal ocupa um lugar cimeiro nos três mais graves desequilíbrios

comunitários: a inflação, o défice das balanças externas e o défice orçamental.

Situações como a portuguesa ilustram plenamente a necessidade de uma intervenção activa da Coligação de Esquerda no respeitante ao projecto de Carta, que deverá ser submetido a deliberação do Conselho de Ministros da CEE no final deste mês. O Parlamento Europeu deverá pronunciar-se sobre a matéria em Novembro, após o que será alvo de decisão do Conselho Europeu, em Dezembro.

De acordo com as conclusões do encontro de Atenas, para além de propostas e reivindicações específicas, é fundamentalmente que a Carta Social traduza um conjunto de disposições juridicamente vinculativas, que garantam aos trabalhadores dos Estados-membros a possibilidade real de fazer valer os seus direitos, designadamente através dos tribunais da própria Comunidade Económica Europeia.

Apelo no PE à participação dos trabalhadores

O deputado comunista Barros Moura apelou na segunda-feira a todos os grupos políticos do Parlamento Europeu para que se pronunciem a favor da «participação dos parceiros sociais no processo de tomada de decisão a nível nacional no que respeita à elaboração e à aplicação e acompanhamento das normas harmonizadas referentes aos equipamentos de protecção individual».

Intervindo no debate consagrado, em segunda leitura, ao «Relatório Mattina» (sobre a equiparação das legislações dos Estados-membros relativas aos equipamentos de protecção individual), Barros Moura lamentou que o Conselho tenha abandonado a noção de «participação» dos trabalhadores na harmonização das referidas normas.

A disposição aprovada pelo Conselho — afirmou o deputado — que nem sequer utiliza a palavra participação, difere para 30 de Junho de 91 o momento de os Estados tomarem medidas para permitir que os parceiros sociais influam a nível nacional no processo de elaboração e acompanhamento das normas harmonizadas.

Ou seja, o Conselho, nesta posição tomada por unanimidade (o que responsabiliza os governos de todos os Estados-membros), nega aos parceiros sociais, e fundamentalmente aos trabalhadores, a possibilidade real de influírem no processo de harmonização durante um período que cobre praticamente todo o prazo previsto para a construção do mercado interno.

Como fez notar Barros Moura, tratando-se de equipamento de protecção no trabalho, constata-se bem que o social não acompanha o económico.

E isto, sublinhou, apesar de a participação dos trabalhadores ser indispensável, pois trata-se «de garantir que a harmonização dos equipamentos de protecção individual não se faça em prejuízo das prescrições indispensáveis para garantir a protecção da saúde e vida dos trabalhadores».

As propostas de alteração apresentadas por Barros Moura retomam os termos exactos do texto aprovado pelo Parlamento Europeu em primeira leitura e que o Conselho não aceitou, já que os comunistas **não abdicam de uma posição fundamental para defender os interesses dos trabalhadores na construção do mercado interno.**

Foi neste contexto que o deputado português apelou a todos os grupos, especialmente os que se reclamam do objectivo de uma dimensão social do mercado interno, para que votem favoravelmente a alteração que respeita a soberania do Parlamento e pretende acautelar uma efectiva dimensão social.

Assembleia da República

Oposição unânime na censura ao Governo

Ao fazerem funcionar a sua maioria no Parlamento, o PSD e o Governo obtiveram na passada semana, de um ponto de vista estritamente numérico, aquilo que já se esperava: impedir a aprovação da moção de censura apresentada pelo PS e votada favoravelmente pela totalidade dos restantes partidos com assento parlamentar.

Atendendo ao seu incondicional alinhamento com o Governo, postura a que nos habituaram desde o início da presente Legislatura e onde habitualmente parece não caber qualquer margem para juízos próprios, não constituiu assim propriamente uma surpresa para ninguém, a adopção de mais este gesto da maioria governamental.

Eventual surpresa, isso sim, poderá já ter causado a manifesta pobreza de argumentos aduzida pelos deputados do PSD, sempre que confrontados no decorrer das mais de dez horas de debate com as grandes questões avançadas pelos partidos da oposição.

É que, impotentes para refutar as severas críticas e acusações de que foram alvo, incapazes de se fixarem em torno dos grandes problemas propostas a debates pelos partidos da oposição, os deputados da maioria não encontraram outra forma de reagir que não fosse o refúgio no anticomunismo mais bafiento, no renovar de promessas e no elogio demagógico de indicadores macro-económicos, os quais, no entanto, como ficou amplamente demonstrado, ficam mais a dever-se aos favores da conjuntura internacional do que a eventuais méritos próprios da governação.

Permitindo identificar com nitidez algumas áreas nevrálgicas onde é patente a falência da política governamental, o debate ocorrido em torno da moção de censura revelou-se deste modo como extremamente significativo, pese os esforços do Primei-

ro-Ministro para o esvaziar em importância.

E se é certo que nem todos os partidos da oposição afinaram pelo mesmo diapasão quanto a certos aspectos da moção de censura, designadamente quanto à sua forma de anúncio, à sua fundamentação política e ao seu alcance, não é menos verdade que num aspecto nodal, todos eles estiveram de acordo: havia justificação política mais que suficiente para não deixar perder a oportunidade de exprimir de forma institucional a sua censura e oposição frontal ao Governo.

Terá sido esta justificação política que, de resto, terá estado na origem do nervosismo e da críspação patenteada por Cavaco Silva (apesar da sua aparente segurança), visível desde logo no discurso de abertura, verdadeira peça de receituário anticomunista.

Mas pouco mais. É que, retirada a diátribe anti-PCP e

as páginas de cansativo auto-elogio à governação, verifica-se que do discurso estiveram totalmente ausentes as grandes questões políticas — estas sim para as quais foi instado a pronunciar-se — que se prendem com um desenvolvimento estratégico conforme com o regime democrático-constitucional e coerente com os interesses nacionais.

Arredados dos discursos de Cavaco Silva e dos deputados da maioria estiveram

assim ao longo do debate as questões relacionadas com a sua estratégia determinante de reconstituição dos grupos económicos monopolistas, o agravamento das injustiças e desigualdades entre os portugueses, o seu desrespeito pelos direitos da oposição, a sua obsessão pelo controlo



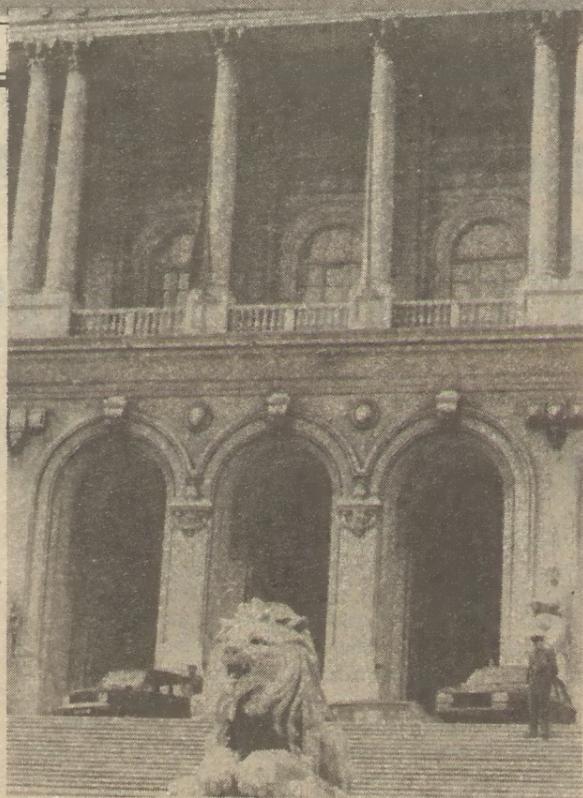
Octávio Teixeira:

«Não há publicidade paga a peso de ouro que possa iludir a permanência dos desequilíbrios estruturais da economia portuguesa, as dificuldades crescentes das unidades empresariais dominantes na actividade produtiva nacional, o agravamento das dificuldades sociais, a ameaça cada vez mais concreta da dominação estrangeira em centros de decisão fundamentais da economia nacional e a rápida subordinação do poder político ao poder económico».



Carlos Brito:

«...Estes dois anos de governação laranja representaram uma brutal desilusão para grande parte dos que se deixaram tentar pelos cantos de sereia das promessas eleitoralistas do PSD e do actual Primeiro-Ministro. As grandes movimentações de protesto e reivindicação que tem envolvido não só a classe operária e outros trabalhadores, mas praticamente todos os sectores profissionais mais representativos da nossa sociedade, ao longo destes dois anos e especialmente em 1989, exprime de forma muito viva esta desilusão e constituem um acto de censura popular à política do Governo repetida e largamente sustentada».



da comunicação social estatalizada, a utilização sistemática do aparelho do Estado para servir as suas clientelas parti-



Paula Coelho:

«Faltam condições de emprego estável para a maioria dos jovens, acentua-se a precariedade do emprego juvenil, continuam a verificar-se imensas situações de prestação de trabalho sem quaisquer direitos, prestado em condições indignas, e, em muitos casos, desumanas, que afectam ainda milhares de jovens e crianças».

dárias, a sua incapacidade para resolver os grandes problemas económicos e sociais do País, a sua submissão em aspectos centrais da política nacional aos interesses estrangeiros, a sua falta de transparência nos actos de Governo, o seu crescente autoritarismo e a sua incapacidade para o diálogo.

Mas ao refugiar-se num verdadeiro delírio anticomunista (mais de metade do seu discurso inicial foi dedicado ao Partido Comunista Português, citando a sua sigla aproximadamente quarenta vezes) Cavaco Silva acabou também, inadvertidamente, para lá do notório intuito de agitar fantasmas e de exercer chantagem sobre o PS, por denunciar aquela que é a obsessão que verdadeiramente o perturba: a queda da sua influência social e eleitoral e a perspectiva de se ver confrontado, já em Dezembro próximo, com desaires eleitorais, designadamente na cidade de Lisboa, que certamente tornarão mais sombrio o seu futuro político e cujas repercussões, em toda a sua extensão, são por ora ainda difíceis de avaliar.

Cinco razões para uma oposição frontal

Foram cinco as razões invocadas por Carlos Brito, líder parlamentar comunista, para justificar o sentido de voto da sua bancada. De acordo com as suas palavras, tratou-se sobretudo de aproveitar o ensejo para «dar expressão institucional» à frontal oposição que, no seu caso, o PCP vem desenvolvendo relativamente ao Governo do PSD.

A primeira dessas razões, explicou, radica no facto de o Executivo não pautar a sua actuação pela defesa dos interesses nacionais e da maioria da população, antes sim, pelos interesses de uma minoria de grandes capitalistas e latifundiários e das clientelas políticas da direita.

«A prática política confirmou que a estratégia determinante da presente acção governativa — sublinhou Carlos Brito — é a reconstituição dos grupos económicos monopolistas. No momento adquire particular relevo na concretização desta política a privatização das empresas públicas que dão maiores lucros (e não daquelas que são

pesadas para o Estado) e as novas e escandalosas propostas de lei das privatizações e de revogação da lei da Reforma Agrária através das quais o Governo pretende passar a uma nova fase qualitativa do esbulho dos bens do Estado em favor de grandes interesses privados».

Estado laranja

O desrespeito do Governo pelos direitos da oposição e pela legalidade democrática e, bem assim, a sua política de afrontamento do sistema político e das instituições, constituiu a segunda razão

invocada pelo dirigente do PCP, que não deixou de assinalar, ainda neste domínio, a tentativa de governamentalização e partidarização do aparelho do Estado, o centralismo que enforma a acção do Executivo, a instrumentalização a seu favor da comunicação social do sector público, os seus esforços para limitar as liberdades e direitos dos cidadãos e o seu autoritarismo e incapacidade de diálogo com a sociedade.

Fundamentando a sua afirmação, Carlos Brito lembrou a propósito as tentativas do Governo, com a ausência da sua maioria parlamentar, para se furtar à fiscalização da Assembleia, «pervertendo as Comissões Parlamentares de Inquérito, obstruindo toda a iniciativa parlamentar que não tenha proveniência governamental, paralisando ou entorpecendo as comissões especializadas permanentes».

Como terceira razão, se-

gundo o líder da bancada comunista, surge a «comprovada incapacidade deste Governo» para resolver o que considerou os grandes problemas económicos e sociais do País.

Desperdiçar a conjuntura

Em sua opinião, tais problemas não só não encontram resolução como inclusive, muitos deles, conhecem um significativo agravamento, facto que lamentou, porquanto, disse, não se está a aproveitar a conjuntura externa prolongada e excepcionalmente favorável que poderia assegurar o desenvolvimento do País.

Socorrendo-se de alguns exemplo que comprovam o seu ponto de vista, Carlos Brito lembrou o «estrondoso falhanço no controlo da infla-

ção», o aumento da dívida pública e o agravamento da balança comercial, enquanto, simultaneamente, a especialização produtiva não regista melhorias, piora a distribuição do rendimento nacional em detrimento do trabalho, baixam os salários (pelo duplo efeito da derrapagem da inflação e da fixação de tectos salariais), as reformas e pensões.

A crescente precarização no emprego a manutenção dos problemas no ensino e na habitação e a degradação dos cuidados de saúde, foram outros tantos aspectos para os quais Carlos Brito chamou também a atenção, antes de referir que a «sociedade portuguesa resultante da governação cavaquista exprime-se através da persistência e do alastramento das chocantes zonas de pobreza e de profunda miséria a par da crescente e revoltante ostentação do luxo desmedido e imoral».

«A comprovada incapacidade deste Governo para assegurar um projecto autónomo de desenvolvimento do País no quadro da integração na CEE», constituiu por sua vez a quarta razão apresentada pelo orador para a oposição frontal do PCP ao Governo, não deixando a propósito de recordar que este continua a submeter aspectos centrais da política portuguesa a interesses estrangeiros, com isso comprometendo a independência e soberanias nacionais.

«Lançando a náusea e o desrespeito ao que é público, tornando o apadrinhamento das clientelas e dos afilhados, o abuso do Poder e a irresponsabilidade em comportamentos comuns — estamos já a citar a quinta e última razão exposta pelo líder do Grupo Parlamentar do PCP — o Governo produz o caldo de cultura onde florescem as ilegalidades, as irregularidades, as arbitrariedades e a própria corrupção».

Assembleia da República

Em causa a transparência e a moralidade dos cargos políticos

Parlamento define novo quadro legal

O plenário da Assembleia da República apreciou terça-feira a definição do quadro legal respeitante às incompatibilidades dos titulares de cargos políticos, quadro que vinha constituindo uma exigência de todas as bancadas. Em causa, a moralidade e a necessária transparência do exercício de altas funções públicas.

O novo regime proposto fixa o elenco dos titulares de cargos políticos abrangidos pelas incompatibilidades, a saber: Primeiro-Ministro e membros do Governo, Governador e Vice-Governador Civil, presidente e vereador a tempo inteiro das câmaras municipais. Abrangidos são ainda outros altos cargos públicos como é o caso de gestor público, de presidente de Instituto Público, de director-geral e, através de equiparação legal, outros cargos relevantes.

Como salientou o deputado comunista José Manuel Maia, o novo Estatuto dos Titulares de Altas Funções que em princípio deverá ser aprovado por unanimidade, constitui assim um novo conjunto de regras moralizadoras, as quais, pese embora a não consagração de algumas soluções, vêm completar o quadro formado pela lei da Declaração dos Rendimentos e pela Lei dos Crimes de Responsabilidades.

Na perspectiva do PCP, o novo sistema comporta em todo o caso algumas limitações, uma das quais tem a ver com a rejeição de uma proposta apresentada pela oposição que estabelecia que os «membros do Governo não poderão conhecer e despachar sobre o assunto que interesse a empresa ou so-

ciidade cuja direcção ou administração tenham participado nos três anos anteriores à data da posse do cargo».

Referenciando outras limitações que do seu ponto de vista enfermam o novo quadro, José Manuel Maia, citou o facto de «os mecanismos criados para assegurar a fiscalização do cumprimento da lei estarem á quem das dificuldades que ao Ministério Público se suscitam», e de não serem fixadas, por outro lado, quaisquer incompatibilidades após o exercício de funções, circunstância esta que no entendimento do PCP constitui uma severa limitação do alcance moralizador do novo sistema, sobretudo num contexto em que «a efectivação de privatizações propicia que decisores políticos de uma privatização venham a poder assumir funções de gestão, em proveito próprio, na empresa entretanto privatizada».

Estatuto dos deputados

Quanto às alterações introduzidas ao Estatuto dos Deputados — alterações que alargam significativamente as suas incompatibilidades, tornando mais exigente, como lembrou o deputado comunista, as condições de suspen-

são obrigatória do mandato — elas prendem-se sobretudo com o novo impedimento de exercer o mandato judicial como autores nas acções cíveis contra o Estado e, bem assim, com a interdição de servir de perito ou árbitro a título remunerado em qualquer processo em que sejam parte o Estado e de mais pessoas colectivas de direito público.

De acordo com o novo texto, os deputados ficam igualmente impossibilitados de integrar a administração de sociedades concessionárias de serviços públicos e de participarem, no exercício de actividade de comércio ou indústria, em concursos públicos de fornecimento de bens ou serviços, bem como em contratos com o Estado e outras pessoas colectivas de direito público.

Associando-se a estas reformas moralizadoras do exercício de funções públicas, o PCP não deixou de fazer notar, contudo, que não é compatível com tal desígnio «a manutenção do actual quadro legal que determina aumentos automáticos e exorbitantes das remunerações dos titulares de cargos políticos».

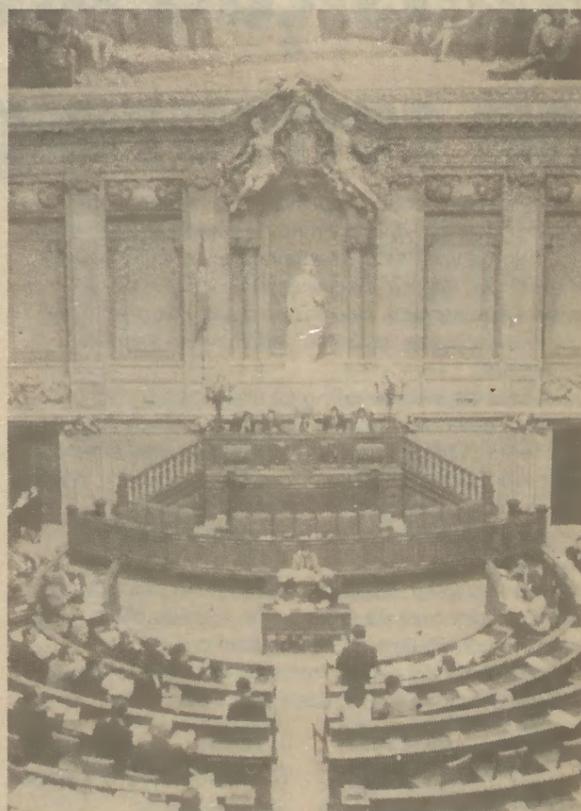
Detendo-se neste aspecto, José Manuel Maia referiu a propósito que a recente publicação da tabela salarial da função pública e o «disparo» de remunerações que originou, «cria uma situação inaceitável», que a Assembleia da República, a seu ver, «não pode deixar de corrigir».

Entretanto, no decorrer do

debate, o Grupo Parlamentar do PCP entregou na Mesa um projecto-de-lei que se inscreve numa acção moralizadora do sistema remuneratório, no qual se prevê que a actualização dos vencimentos dos titulares de cargos políticos passe a ser definido na Lei do Orçamento do Estado. No seu articulado, o diploma estabelece, por outro lado, a suspensão do efeito automático dos aumentos dos Directores-Gerais operado pela portaria n.º 904-B/89 de 16 de Outubro e, consequentemente, dos aumentos de 56 por cento dos cargos políticos, e ainda, a publicitação, através do Diário da República, das remunerações actualizadas, tendo em vista a total transparência dos vencimentos.

Os problemas da agricultura

Em destaque no período antes da ordem do dia esteve entretanto a situação actual da nossa agricultura com relevo para os problemas que afectam os homens do campo um pouco por todo o país e que ainda bem recentemente determinaram a deslocação a Lisboa de centenas de agricultores da região Oeste.



No que respeita ao Estatuto dos Deputados, o novo sistema regista um alargamento significativo das suas incompatibilidades tornando mais exigentes as condições de suspensão obrigatória do mandato

Coube ao deputado comunista Rogério de Brito proceder a um levantamento exaustivo desta situação e chamar a atenção para alguns desses problemas na origem dos quais continua a estar uma errada política que não tem em conta os interesses nacionais e os dos agricultores.

Rogério de Brito lembrou designadamente a progressiva desvalorização dos produtos agrícolas, as crescentes dificuldades de escoamento, a redução dos já baixos ren-

dimentos dos agricultores, a falta de apoios de toda a ordem e a ausência de uma política e de uma estratégia agro-alimentares.

Alvo de circunstanciada análise por parte do deputado do PCP foram ainda o agravamento da insuficiência produtiva (e com ela o enorme défice da balança comercial agro-alimentar) e o acentuar do fosso entre a rentabilidade dos nossos sistemas económicos produtivos e das explorações e os níveis médios comunitários.

Nacional

Carências na rede oficial de escolas O exemplo de Loures

Ainda que a maior parte das 30 escolas preparatórias e secundárias, do concelho de Loures, já estejam a funcionar, o panorama não é famoso para os cerca de 35 mil alunos que as frequentam.

Para além do anexo da Escola Secundária de Caneças, que vê a sua abertura adiada por falta de tudo, da preparatória de S.ª Iria de Azóia, que abre, devido a um louvável esforço/pressão feita pela Associação de Pais junto ao Ministério de Educação, e da secundária de S. João da Talha que, por falta de pessoal e de docentes, só abriu para o curso complementar, todas as demais escolas registam, não em tão grave escala, diversas dificuldades no seu funcionamento.

Segundo informação recolhida junto dos conselhos directivos, no começo do mês, estavam cerca de 250 professores por colocar e faltavam aproximadamente 220 funcionários da acção educativa e administrativos.

A nível de carências, quase que institucionalizadas, registam-se 9 escolas sem refeitório, quatro com este fechado e duas com o mesmo a traba-

lhar a 50 por cento. 23 escolas sem ginásio. Falta de salas de aulas, devido ao excesso de alunos e consequente desdobramento de turmas, obriga à transferência de elevado número de alunos para longe dos seus domicílios.

Escolas com instalações provisórias há 8 e 10 anos, com instalações degradadas, com oficinas fechadas, sem

balneários, com arrecadações transformadas em pequenas salas de trabalho e com bar, biblioteca e sala de convívio muitas vezes fechados por falta de pessoal, são mais alguns dos problemas a que os conselhos directivos têm que fazer face.

O insucesso escolar, no último ano lectivo chegou a atingir os 40% em algumas escolas. Para o corrente ano as perspectivas não são mais sorridentes, antes pelo contrário, o panorama apresenta-se bastante cinzento.

Camarada Falecido

José António Leandro

Natural de Montalvão (Nisa), faleceu o nosso camarada José António Leandro, de 46 anos, vítima de brutal acidente de trabalho ocorrido no passado dia 10. Participou no movimento unitário antes do 25 de Abril. Era membro do Partido desde 1974. Foi membro das organizações representativas dos trabalhadores da Sorefame. Integrou a Comissão de Freguesia do PCP da Brandoa (Amadora) e foi eleito na AF daquela localidade. Deveria ser candidato nas autárquicas do próximo mês de Dezembro. Aos familiares, amigos e companheiros do comunista falecido, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Aumento das reformas e pensões

PSD quis impedir o debate de hoje

O Secretariado do Grupo Parlamentar do PCP denunciou no início desta semana aquilo que classificou como o «manobristismo do PSD» destinado a impedir, pelo intermédio de um mal fundado artificio regimental, a discussão na sessão plenária de hoje do projecto-de-lei do PCP que prevê o aumento das reformas e pensões.

Agendado por iniciativa do PCP, ao abrigo do direito de reserva da ordem do dia do plenário, este projecto-de-lei visa o aumento significativo das reformas e pensões, através nomeadamente da actualização dos valores mínimos, da definição de uma mais justa forma de cálculo e de um aumento intercalar, com efeitos desde Julho de 1989.

Correspondendo a uma legítima aspiração sentida por milhares de reformados e

pensionistas, esta iniciativa do PCP, recorde-se, constitui uma resposta necessária e urgente à degradação do montante das pensões, designadamente das mínimas.

A este respeito não é de mais recordar que tanto a bancada da maioria como o Governo não só não tomaram qualquer iniciativa para aumentar as pensões, como procuram agora impedir que seja reposta a justiça aos que trabalharam uma vida inteira e recebem pensões de miséria.

Como assinala a nota distribuída pelo gabinete de imprensa do Grupo Parlamentar do PCP, esta postura é tanto mais escandalosa porquanto a maioria do PSD aprovou na Assembleia da República uma lei que permitiu agora um aumento de 56,3 por cento aos vencimentos dos ministros e restantes cargos po-

líticos.

Para os parlamentares comunistas, ao fazer uso de uma mesquinha artimanha, que não tem qualquer cobertura e viola mesmo o próprio regimento da Assembleia, o PSD vem mostrar aos reformados e ao País o seu «secretismo político, a sua posição de contínuo entrave à consagração de medidas socialmente justas».

«O PSD aparece assim apostado em anúncios e promessas demagógicas eleitoralistas, ao mesmo tempo que fuge a um debate profundo sobre a situação na Segurança Social», salienta ainda a nota, antes de concluir que o Grupo Parlamentar do PCP — ciente das razões sociais, políticas e constitucionais que lhe assistem — não desistirá de manter para hoje o agendamento do seu projecto de lei.

Internacional

Fiel ao plano de paz

Angola não aceita conversações directas com a UNITA

Angola continua a estar no centro de intensos contactos diplomáticos com vista a efectivar a reconciliação nacional e o processo de paz que, apesar de tudo, é já hoje considerado por todos como irreversível. Os recentes encontros mantidos na Riviera francesa por Mobutu, mediador que tem sido alvo de desenfreados ataques pelos rebeldes da UNITA, com Jonas Savimbi e os ministros dos Negócios Estrangeiros de Angola e da África do Sul, conduziram a um entendimento sobre o relançamento das negociações de paz em Angola, caídas no impasse após a UNITA ter rejeitado os acordos de Gbadolite, e o que não é menos importante, devolveram ao presidente do Zaire a confiança necessária para prosseguir a sua missão medianeira entre as partes envolvidas no conflito. Outros encontros, entretanto, se seguiram, como é o caso da reunião da Comissão Tripartida de Verificação dos Acordos de Nova Iorque, bem como as conversações do ministro angolano dos Negócios Estrangeiros Vanden Dunen com o seu homólogo sul-africano Pik Botha.

Este último encontro efectuado na capital moçambicana, quando ainda decorria na África do Sul a sessão da Comissão Tripartida, destinou-se à análise da situação decorrente dos acordos de Nova Iorque, os quais, recorda-se, referem-se à independência da Namíbia e à retirada das tropas cubanas de Angola. Em declarações à imprensa, Pik Botha afirmou que o seu país já não apoia os bandos da UNITA e, embora não escondendo que os Estados Unidos continuam a prestar assistência àquele

agrupamento, adiantou que o seu país mantém a fé nos esforços de mediação para a paz em Angola empreendidos pelo presidente Mobutu.

Este súbito interesse da África do Sul, aliás comum aos Estados Unidos, em encontrar as vias de uma regularização do conflito em Angola, obrigou já Savimbi a retomar as negociações, que foram por ele interrompidas anteriormente, e visa agora impor ao governo de Luanda a realização de conversações directas com os rebeldes da

UNITA, responsáveis por incontáveis crimes contra o seu próprio povo. Esta exigência, para além de atentar contra a soberania de um Estado, põe em causa o plano de paz apresentado pelo governo angolano e aprovado pela Organização de Unidade Africana a países não alinhados. A reacção angolana não se fez esperar, tendo o ministro dos Negócios Estrangeiros declarado com firmeza que o seu país é «soberano e independente reconhecido pela comunidade internacional e, quer os Estados Unidos queiram ou não, o povo angolano, no exercício da sua soberania, tem o direito de tomar as decisões que mais lhe convenham para garantir a sua independência e desenvolvimento».

Evidentemente que por detrás destas «conversações directas» se escondem intenções facilmente identificáveis com a tão apregoada «verdadeira reconciliação nacional», a qual não é mais do que o desejo de substituir o MPLA pela UNITA na chefia do país, assegurando-se desta forma um governo subserviente à vontade dos EUA e da África do Sul, num momento em que é difícil, para não dizer ilusório, conseguir

este objectivo através da luta armada.

Savimbi, por seu lado, há muito que deseja tal desfecho da situação. A boa vontade que actualmente demonstra para assinar mais um cessar-fogo, que certamente não hesitará violar caso as coisas não corram a seu favor, como aconteceu após Gbadolite, deriva exactamente da sua intenção de disfrutar no poder, hoje legitimamente nas mãos do MPLA.

Savimbi vê a sua posição reforçada pelo facto de muitos políticos ocidentais o apresentarem como campeão da democracia e fazerem crer que sem ele nunca poderá haver uma «verdadeira democracia» em Angola. Ainda recentemente o próprio Presidente do nosso país, Mário Soares, contribuiu para que tal imagem seja emprestada ao chefe dos rebeldes angolanos, ao receber, terça-feira da semana passada, em Paris, Jonas Savimbi. Queiramos ou não trata-se de um encontro com a figura máxima do Estado português, e embora tenham sido alegados pretextos de ordem pessoal nele foram abordados aspectos políticos da situação em Angola.

As propostas da URSS e as posições da NATO

A União Soviética está preparada para negociar a dissolução conjunta do Tratado de Varsóvia e da NATO, declarou Eduard Chevardnadze, ministro dos Negócios Estrangeiros soviético, no Soviete Supremo da URSS. Uma declaração que corresponde aos próprios termos da constituição do Tratado de Varsóvia, constituído enquanto resposta defensiva à criação da NATO, mas que naturalmente hoje, no quadro de uma grande ofensiva por parte da União Soviética, para um efectivo desarmamento — assume um carácter diferente. O de uma questão que se coloca na ordem do dia. E não apenas de uma posição de princípio.

O discurso de Chevard-

nadze, avança também outras análises e propostas no que à actual política externa soviética se refere.

Salienta-se, por exemplo, que actualmente «nem um único soldado soviético participa — e tenho a certeza que não participará — em acções militares em nenhuma parte do mundo». Acrescentando-se ainda que a URSS está preparada para desmantelar todas as suas bases no estrangeiro e retirar as suas forças militares de outros países, até ao ano 2000.

Por outro lado, o discurso de Chevardnadze tece críticas à decisão de envio de tropas para o Afeganistão, sublinhando que «uma decisão que teve sérias conse-

quências para a nossa nação foi tomada nas costas do partido e do povo».

Outra medida importante, anunciada por Chevardnadze no Soviete Supremo, é a decisão do governo soviético de desmantelar a estação de radas de Krasnoyarsk, na Sibéria Oriental.

Note-se que esta decisão corresponde a uma ideia há avançada, em Setembro, no encontro do ministro soviético dos Negócios Estrangeiros com o secretário de Estado norte-americano, James Baker. Então, como agora, a URSS colocou a questão de os Estados Unidos agirem também no sentido de dissipar as preocupações legítimas no que se refere aos ra-

dares da Groelândia e da Grã-Bretanha.

Todo este conjunto de análises e propostas soviéticas lança uma luz particular sobre a profunda ambiguidade da política externa da NATO e dos Estados Unidos. Política que se desenvolve, no fundamental, dentro dos mesmos esquemas — suicidas — do passado, com as mesmas ambições e pretensões de uso, ou ameaça, da força militar com fins políticos. E que simultaneamente não pode ignorar — é condicionada mesmo — pela ofensiva de paz da União Soviética e dos países do Tratado de Varsóvia.

Um contraste, e uma ambiguidade, uma vez mais patentes na reunião, que nestes dias decorreu no Algarve, do Grupo de Planeamento Nuclear da NATO. Reunião em que simultaneamente se continua a defender a opção nuclear, enquanto se não pode deixar de ter em conta as perspectivas de um acordo em Viena de redução das armas convencionais, e as próprias resistências no seio da Aliança a uma modernização do arsenal nuclear, no contexto de propostas da comunidade socialista para um zero nuclear na Europa.

Nova Constituição da Hungria proclama democracia burguesa

«Declaro solenemente que, segundo a nossa nova Constituição, a Hungria tem a partir de hoje, 23 de Outubro de 1989, o estatuto e o nome de República da Hungria». Foi com estas palavras que o Presidente húngaro em exercício, Matyas Szuros, proclamou em Budapeste a nova designação do país decorrente das emendas à Constituição aprovadas pelo Parlamento no passado dia 18. Anteriormente a Hungria tinha a designação de República Popular Socialista.

A nova Constituição, aprovada por 333 votos contra cinco, consagra que «a República da Hungria reconhecerá em pé de igualdade os valores da democracia burguesa e do socialismo democrático». No que respeita ao sistema económico, o novo texto estabelece que «assentará na economia de mercado, que conciliará as vantagens da economia planificada e da propriedade privada».

Também no plano político foram introduzidas diversas alterações. O Conselho da Presidência foi substituído por um Presidente da República, a eleger por sufrágio universal, directo e secreto, já no próximo mês de Novembro. Entretanto, as eleições legislativas estão previstas para o primeiro semestre do próximo ano.

De referir que a presente Constituição é considerada, pelo ministro da Justiça Kalman Kulksar (que preside também à Frente Patriótica), como «provisória», e destinada a permitir a modificação do sistema político húngaro. Uma nova Constituição deverá ser elaborada e aprovada pelo Parlamento a eleger em 1990.

No início da semana, Matyas Szuros, ao fazer a proclamação da República da Hungria, sublinhou a coincidência com o 33.º aniversário da «insurreição de 23 de Outubro de 1956, que classificou como «uma lição da História» que «preparou o caminho para ancorar a nova República».

Segundo Szuros, a Hungria é «a partir de agora um Estado de direito independente», baseado «nos valores da democracia burguesa e da social democracia», o que significa «o início de uma nova era histórica».

O Presidente húngaro interino declarou ainda que a Hungria pretende «ser o laço entre o Leste e o Oeste e contribuir para a unificação da Europa». Matyas Szuros, que segundo a imprensa ocidental discursou para dezenas de milhares de pessoas, terminou a sua proclamação com votos de que «a República da Hungria seja mais feliz que as suas predecessoras».

Entretanto, em vésperas de eleições presidenciais, a Hungria agita-se já na disputa eleitoral. Três dos actuais dirigentes húngaros declararam, até agora, a intenção de candidatar-se ao cargo: o ministro da Justiça, Kalman Kulksar; Imre Poszgay, ministro de Estado; e Lajos Fur, candidato do Fórum Democrático, a principal força da oposição não parlamentar.

De referir, como curiosidade, as recentes declarações de Imre Poszgay à revista norte-americana Newsweek, afirmando que «os húngaros estão fartos de política». Palavras insólitas num político que se afirma defensor da «liberdade e da democracia», num momento em que tantas alterações se registam sem auscultação popular e se entra num período eleitoral, por excelência de intervenção e expressão da vontade popular.

Na mesma entrevista Poszgay disse ainda que o futuro político da Hungria será uma «social-democracia semelhante às da Europa Ocidental», pelo que é fácil imaginar a sua «entrada na Comunidade Europeia».

Declarações que coincidem, muito a propósito, com o debate no Parlamento Europeu das propostas para elevar em cerca de mil milhões de Ecus (170 milhões de contos) o total das despesas previstas no projecto de Orçamento comunitário aprovado pelo Conselho, justamente destinado ao aumento das verbas a atribuir à Hungria e à Polónia.

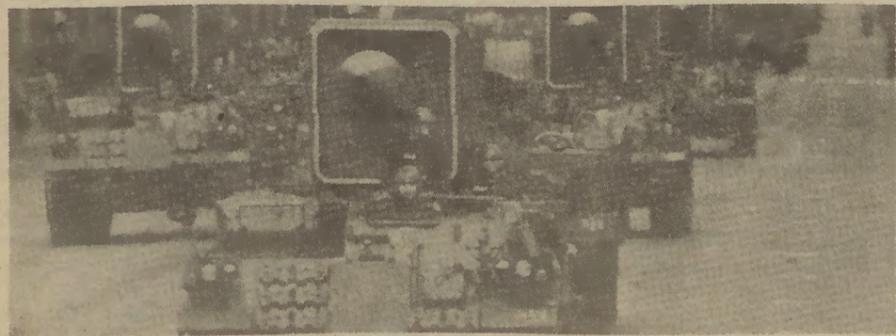
Entendimento nacional em perspectiva no Líbano

Os deputados libaneses reunidos em Taif, na Arábia Saudita, chegaram a acordo, no passado domingo, sobre um plano de reformas políticas e de retirada parcial das tropas sírias do país com vista a pôr termo à guerra civil que dilacera o Líbano há 14 anos.

O plano, aprovado por 58 dos 62 deputados, foi proposto pela Liga Árabe e visa estabelecer um reequilíbrio de poderes no interior do regime libanês e criar os necessários mecanismos que conduzam à normalidade institucional, designadamente através da eleição de um chefe de Estado e da formação de um governo.

O acordo de princípio prevê que dois anos após o início das reformas políticas preconizadas deverá verificar-se o começo da retirada das tropas sírias para leste do país.

Mal foi conhecido o resultado do encontro da Taif, o dirigente militar cristão, Michel Aoun, colocou as suas forças em estado de alerta, rejeitando a partilha do Poder. A imprensa do sector cristão libanês manifestou-se entretanto a favor do referido plano, considerando que «o único meio para recuperar a liberdade é o do restabelecimento da soberania do Estado».



A NATO continua a apostar no nuclear. Na foto, mísseis nucleares franceses (que não são contabilizados pela NATO), nos Campos Elísios

Internacional

RDA, na busca das melhores soluções para o aperfeiçoamento do socialismo

Profundas transformações se estão a desenvolver, em escassos dias, na República Democrática Alemã. No discurso do novo secretário-geral do PSUA, Egon Krenz, na IX sessão plenária do CC (a que voltaremos), fala-se mesmo numa «viragem». Entretanto, por todo o país, e entre os diferentes sectores de actividade e da população, o diálogo impera, levantam-se e debatem-se problemas. Tenta-se abrir novas perspectivas nos caminhos da construção do socialismo.

Logo após a sua eleição para secretário-geral do PSUA, Egon Krenz teve conversas com trabalhadores de uma importante empresa produtora de máquinas-ferramentas em Berlim e com representantes das Igrejas Evangélicas da RDA. De referir que na sequência deste encontro, o presidente da Conferência das direcções das igrejas evangélicas, Werner Leich, declarou, em entrevista à imprensa, que as igrejas evangélicas do país pretendem acompanhar, como interlocutores francos, o novo secretário-geral, na implementação das ideias programáticas entretanto avançadas pelo PSUA.

No quadro da política de diálogo desencadeada por todo o país, são avançadas as mais diversas iniciativas.

O primeiro-ministro, Willi Stoph, declarou no Conselho de Ministros, que é decisivo que este organismo aproveite plenamente as suas competências constitucionais como governo do poder dos trabalhadores e operários. O ministro do Interior foi incumbido de elaborar imediatamente um projecto de lei sobre viagens de cidadãos da RDA ao estrangeiro, questão, como se sabe, particularmente sentida no país. Para além disso, o Conselho de Ministros tomou medidas de realização imediata para a garantia da produção e o abastecimento da população.

Os dirigentes distritais do PSUA de Magdeburgo, Dresden, Suhl, Cottbus e Erfurt, participaram em debates com operários, camponeses e intelectuais, e em reuniões do PSUA, sobre as consequências e as perspectivas abertas pela última sessão plenária do CC do PSUA.

Dirigentes do Partido estão a participar em debates ao vivo, no próprio contexto de manifestações populares que entretanto prosseguem, exigindo uma nova política.

De todos os sectores surgem tomadas de posição, em geral de exigência e empenhamento na transformação

da realidade socioeconómica e política do país.

Os cientistas da Academia das Ciências exigem a discussão pública de materiais seus entretanto elaborados, sobre questões sociopolíticas e económicas.

A Associação dos jornalistas afirma-se empenhada



Um grande esforço de diálogo, em toda a parte, é nota dominante da iniciativa política assumida pelo PSUA

numa viragem da política de informação do país. Associações de artistas divulgam declarações em que manifestam a sua preocupação pela situação surgida, mas também a sua disposição de cooperar activamente na política de viragem esboçada nas suas grandes linhas pelo PSUA.

O empenhamento é muito grande. Naturalmente não será de esperar que os caminhos da viragem na construção do socialismo sejam fáceis. As bases entretanto estão lançadas.

«Iniciaremos uma viragem»

«Com a reunião de hoje, iniciaremos uma viragem e retomaremos o primeiro lugar na ofensiva política e ideológica» — afirma Egon Krenz, o novo secretário-geral do PSUA, da reunião plenária do CC de dia 18, que muito provavelmente marcará um momento histórico na vida da RDA.

Uma afirmação clara de iniciativa dos comunistas para resolver os problemas

que se tornaram candentes e até dramáticos, e avançar na «busca das melhores soluções para o posterior aperfeiçoamento do socialismo na RDA».

Na abordagem crítica aos problemas que se têm vindo a acumular, afirma o novo secretário-geral — «Todos se aperceberam nos últimos meses de que **somos testemunhas de uma agudização de contradições** no cumprimento do programa do nosso partido e dos acordos do nosso XI Congresso. Os problemas da **economia nacional**, no comércio interno e nos mercados internacionais, agravaram-se. Acumularam-

-se os problemas não resolvidos no abastecimento da população no que se refere à procura e à qualidade dos produtos. Aumentaram as incoerências na concretização do princípio de pagamento em função do rendimento. Discute-se actualmente, de forma muito viva, sobre a política salarial, as subvenções e os subsídios sociais. Preocupam-nos a protecção do meio-ambiente».

Uma abordagem dos problemas económicos, a que se soma a referência directa ao problema acutilante deste momento, que é a saída de milhares de jovens para a RFA: «Mais de cem mil pessoas — entre elas muitos jovens — abandonaram o nosso país. O que é mais um sintoma da complexa situação que se desenvolveu. Sentimos a sua saída como **uma grande sangria**. Qualquer de nós pode compreender as lágrimas de muitos pais. Perdemos recursos humanos, e sofremos perdas políticas e económicas. Esta ferida sangrará ainda durante muito tempo. Apesar de muitas declarações dos que saí-

ram do país, perante as câmaras dos canais de televisão ocidentais, terem ferido a dignidade e o orgulho dos pais, amigos, colegas e de muitos de nós, isso não liberta ninguém do dever de reflectir sobre si mesmo e sobre o que se passa à sua volta, e sobre a razão porque tantas pessoas nos viraram as costas».

Egon Krenz refere ainda a necessidade de **«aperfeiçoamento do Estado socialista de direito»**. «São parte do desenvolvimento do nosso Estado de direito — diz — o aperfeiçoamento do controlo sobre o cumprimento da Constituição, dando poderes mais amplos à comissão de assuntos constitucionais e jurídicos da Câmara do Povo. A combinação do diálogo popular e o debate profundo, e seguramente também polémico, sobre leis importantes no seio da Câmara do Povo. O incremento da responsabilidade das cidades e municípios. Assim como outras necessidades políticas que entretanto amadureceram».

«Segunda. A nossa República socialista alemã é e continuará a ser um país soberano. Nós mesmos resolvemos os nossos problemas. Desta tribuna me dirijo a Bona e aos meios de informação sob o seu controlo, exortando-os a não continuarem a ingerir-se de forma massiva nos problemas internos da RDA (...). Isto refere-se também à tentativa absurda de ordenar ao nosso partido a forma como deve conduzir o diálogo. O que devemos fazer na RDA, que re-

Fraternais saudações do PCP

Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, enviou a Egon Krenz, secretário-geral do Partido Socialista Unificado da Alemanha, a saudação que transcrevemos.

Querido camarada:

Por motivo da sua eleição para o cargo de Secretário-Geral do Partido Socialista Unificado da Alemanha transmito-lhe as nossas fraternais saudações e os votos dos melhores sucessos à actividade do PSUA em prol do reforço e aperfeiçoamento do socialismo na República Democrática Alemã e pela causa da paz na Europa e no mundo. Continuaremos a agir para o desenvolvimento das tradicionais relações de amizade, cooperação e solidariedade existentes entre o PCP e o PSUA, no interesse dos nossos dois povos e países e da causa comum do socialismo e da paz.

formas faremos, será determinado apenas e unicamente na RDA».

Palavras que levam directamente às **relações entre a RDA e a RFA**, e à questão da própria segurança e desanuviamento na Europa.

Egon Krenz denuncia, de acordo com a avaliação feita pelo Bureau Político do PSUA, que «a ingerência nos assuntos internos da RDA, realizada de forma agressiva e contrária ao direito internacional pelos políticos e meios de informação da RFA, deve ser encarada como algo que prejudica em grande medida a paz. Um Estado alemão que tenta minar a ordem estatal de outro Estado alemão, põe em perigo a segurança da Europa e socava a ideia da Casa Comum europeia».

Por seu lado a RDA avança com propostas construtivas. «Prosseguindo com o objectivo de aprofundar a responsabilidade conjunta assumida pelos Estados alemães em favor da convivência pacífica entre os diferentes sistemas sociais que se baseia em acordos e na igualdade de direitos — diz Krenz na sua intervenção no plenário, estamos dispostos a examinar as vias e as possibilidades adequadas para definir a mais longo prazo, de uma forma mais estreita e na base de acordos, as relações entre a RDA e a RFA, desenvolvendo simultaneamente formas permanentes de cooperação económica, ecológica, política, cultural, humanitária e turística».

Em conclusão, o secretário-geral do PSUA — agora também eleito presidente do Conselho de Estado e presidente do Conselho da defesa nacional — junta à nota crítica, uma afirmação de profunda confiança.

«Por muito que neste momento estejamos conscientes da gravidade da situação que levou às decisões de hoje — sentimos e afirmamos a grande perspectiva que abrimos a nós próprios para definir, na mais estreita unidade com o povo, no diálogo com todos os cidadãos do nosso país, numa atmosfera de sinceridade, de realismo e de acção conjunta dentro da sociedade, as posições no nosso rumo socialista que nos levará com segurança aos umbrais do próximo século».

«O prof. Cid dos Santos, catedrático da Faculdade de Medicina, director dos Serviços de Cirurgia do Hospital Escolar de Lisboa e conhecida figura de cientista nos meios internacionais, foi recentemente punido com três meses de suspensão, por uma desconhecida figura no campo da medicina — o ministro da Saúde — por «grave falta de respeito para com o seu superior hierárquico».

Que actos cometeu o prof. Cid dos Santos para desafiar a cólera deste títere?

As perguntas formuladas num inquérito pelo próprio ministro da Saúde, dirigido aos professores da Faculdade de Medicina, sobre as condições de funcionamento do Hospital Escolar de Lisboa, o prof. Cid dos Santos respondeu com a sua autoridade de médico e de catedrático: «o funcionamento do Hospital corresponde a um massacre da Medicina».

Três meses de suspensão do seu cargo de director dos Serviços de Cirurgia — esta foi a resposta do ministro.

O que irão fazer os professores da Faculdade de Medicina? O que irão fazer os médicos que com ele trabalhavam no Hospital Escolar? O que irão fazer os estudantes, que tantas vezes se têm manifestado contra os actos de violência do regime?

As aulas ainda não começaram. Mas nunca é tarde para marcar uma atitude de solidariedade para com o prof. Cid dos Santos, que não fez mais do que expressar com desassombro o que é um pensamento comum a médicos, estudantes e enfermeiros que trabalham naquele hospital.»

«O prof. Cid dos Santos foi punido» — **«Avante!», VI série, n.º 371, Outubro de 1966**

Saudação ao PC da Irlanda

Por ocasião do 20.º Congresso Nacional do Partido Comunista da Irlanda, que se realiza de 27 a 29, em Dublin, o CC do Partido Comunista Português enviou ao CC do Partido Comunista da Irlanda a mensagem que transcrevemos:

Queridos Camaradas, O Comité Central do Partido Comunista Português saúda calorosa e fraternalmente o 20.º Congresso Nacional do Partido Comunista da Irlanda e, por intermédio dos seus delegados, todos os comunistas irlandeses.

O PCP é solidário com a acção do PCI

em defesa dos interesses dos trabalhadores e do povo irlandês, contra a exploração capitalista e as nefastas consequências da integração do vosso país na CEE, pelo fim do domínio colonial britânico na Irlanda do Norte e por uma Irlanda reunificada.

Com os desejos do maior sucesso para os trabalhos do vosso Congresso, manifestamos a nossa vontade de manter e reforçar os laços de amizade e fraternidade entre os nossos dois partidos, em benefício dos interesses dos nossos povos e da nossa causa comum do socialismo e da paz.

AVANTE!

«Todos os anos deslocam-se para o centro do Ribatejo 1500 seareiros com as suas famílias a cultivar tomates por conta das fábricas de conserva que há nesta região. Os industriais arrendam terras aos proprietários para depois as arrendarem de novo aos seareiros em talhões e abonam-lhes as plantas, adubos, aluguer de motores de rega e 100\$00 por semana para a alimentação de cada família.

Durante os 6 a 7 meses que dura o cultivo, os seareiros esfalfam-se a trabalhar, passam toda a espécie de privações e dormem em cabanas de colmo. Mesmo assim, se a seara está fraca, o fiscal dos industriais corta-lhes nos 100\$00 para alimentação, deixando-os a passar fome.

Quando chega a colheita, o seareiro tem que vender toda a produção aos donos das fábricas, que lhe pagam a \$50 e \$45 o quilo, fora o que põem para refugio e que já não deixam o seareiro levantar... Depois de descontar a renda da terra, a despesa de plantas, adubos e motores e os abonos para alimentação, o seareiro regressa à sua terra com umas magras economias, se é que não vai ainda mais miserável do que veio. Entretanto, as fábricas fazem bons lucros à custa do seu trabalho.

A situação destas 1500 famílias ribatejanas é um exemplo da servidão a que estão reduzidos os camponeses pobres do nosso país, subjugados na engrenagem das grandes empresas capitalistas.»

«A exploração dos seareiros» — **«Avante!», VI série, n.º 322, Outubro de 1962**

AVANTE!

«O prof. Cid dos Santos, catedrático da Faculdade de Medicina, director dos Serviços de Cirurgia do Hospital Escolar de Lisboa e conhecida figura de cientista nos meios internacionais, foi recentemente punido com três meses de suspensão, por uma desconhecida figura no campo da medicina — o ministro da Saúde — por «grave falta de respeito para com o seu superior hierárquico».

Que actos cometeu o prof. Cid dos Santos para desafiar a cólera deste títere?

As perguntas formuladas num inquérito pelo próprio ministro da Saúde, dirigido aos professores da Faculdade de Medicina, sobre as condições de funcionamento do Hospital Escolar de Lisboa, o prof. Cid dos Santos respondeu com a sua autoridade de médico e de catedrático: «o funcionamento do Hospital corresponde a um massacre da Medicina».

Três meses de suspensão do seu cargo de director dos Serviços de Cirurgia — esta foi a resposta do ministro.

O que irão fazer os professores da Faculdade de Medicina? O que irão fazer os médicos que com ele trabalhavam no Hospital Escolar? O que irão fazer os estudantes, que tantas vezes se têm manifestado contra os actos de violência do regime?

As aulas ainda não começaram. Mas nunca é tarde para marcar uma atitude de solidariedade para com o prof. Cid dos Santos, que não fez mais do que expressar com desassombro o que é um pensamento comum a médicos, estudantes e enfermeiros que trabalham naquele hospital.»

«O prof. Cid dos Santos foi punido» — **«Avante!», VI série, n.º 371, Outubro de 1966**

BARREIRO a diferença entre ter e não ter

Barreiro situado no lado esquerdo do estuário do Tejo, tem 37 km² e 103 000 habitantes, o que faz deste município um dos mais pequenos e populosos do País. Era também, na altura do 25 de Abril, um dos mais carenciados e caóticos do pontos de vista urbanístico, num tempo em que a construção estava totalmente entregue aos interesses especulativos, sem qualquer planeamento camarário e ao dispor da ganância dos urbanizadores, erguendo uma cidade sem equipamentos sociais, espaços verdes ou zonas de lazer, sobre antigas quintas retalhadas a esmo e destruindo grosseiramente diverso património concelhio.

O Poder Local democrático transformou radicalmente esta situação, encetando um trabalho que começou por ser uma espécie de ordenamento do caos e hoje prossegue a tarefa, sempre em aberto, do desenvolvimento harmonioso do território, da defesa dos interesses das suas populações, da preservação do património, do melhoramento da qualidade de vida do Concelho e dos seus habitantes, o que já permite, a quem gostar de comparações, descobrir um Barreiro radicalmente diferente do que se conhecia há 15 anos; se essa diferença não é exactamente a que medeia entre o inferno e o paraíso, constitui, com menos prosápia romântica e mais rigor factual, a distinção entre ter ou não ter ruas, arruamentos e passeios, água, luz e esgotos, jardins, creches e escolas, saneamento básico, parques e polidesportivos, isto para citar apenas uma dúzia de exemplos do universo de alterações introduzido pelo Poder Local neste importantíssimo Concelho nos últimos 15 anos, em muitos casos partindo da estaca zero ou criando conceitos de infra-estruturas e equipamento social absolutamente novos na zona.

Para falar um pouco disto encontrámo-nos com **Helder Madeira** o homem que tem estado à frente do município do Barreiro desde praticamente o 25 de Abril (com breve hiato em 1975/76, para ocupar as funções de Governador Civil do Distrito de Setúbal) e com **Pedro Canário** o seu futuro substituto na presidência do município (caso a CDU revalide, como tudo indica, a sua maioria nas próximas eleições autárquicas).



Entrevista **Hélder Madeira**
com
e Pedro Canário

■ Henrique Custódio

BARREIRO

a diferença

entre ter e não ter

Quando chegámos ao Barreiro, Helder Madeira encontrava-se na Biblioteca Municipal a participar no «Encontro Escola/Autarquia 89/90», uma interessante iniciativa que o município promove todos os anos com o objectivo de facilitar a integração de professores e alunos na vida e realidade locais, além de, obviamente, estimular e desenvolver o necessário relacionamento escola/autarquia. Na altura o «veterano» presidente da Câmara estava reunido com os professores das escolas Preparatórias e Secundárias do Concelho (no dia seguinte encontrar-se-ia com os docentes do Ensino Primário), recebendo-nos com a sua habitual simpatia num intervalo da reunião e marcando aí, para a hora do almoço (a única que tinha disponível), a conversa com a nossa reportagem. Pedro Canário também estava disponível para essa hora, pelo que ficou tudo assim acertado. Entretanto aproveitámos para visitar a biblioteca, partindo do princípio que era uma obra do município tão boa como outra qualquer para tomarmos o pulso aos melhoramentos e actuação do Poder Local democrático no Barreiro.

A Biblioteca Municipal do Barreiro não foi construída pela autarquia, mas pelos responsáveis de uma urbanização como contrapartida à Câmara. Longe já ia o tempo em que os construtores civis amontoavam prédios sobre prédios sem cuidar, sequer, do espaço para passeios...

Trata-se de um magnífico equipamento situado numa zona sossegada da cidade e que fomos encontrar em pleno funcionamento. Ora veja-se: no salão principal decorria o encontro com os professores; ao lado, num bloco com vários salões,

ram-nos um pouco perplexos; pormenorizámos a pergunta explicando que gostávamos de saber como comparavam a situação de agora, com a biblioteca, com a de há anos atrás, sem a biblioteca.

Sorriram e responderam: «Para isso era preciso ficarmos sem ela!»

Ora toma! A cada um, a sua experiência. Se a fome ensina o valor da comida, a barriguinha cheia deve mostrar como é inadmissível passar fome...

... E passar fome foi o que não nos aconteceu, na entrevista com os

dois eleitos e candidatos da CDU à autarquia do Barreiro, já que a conversa se concretizou, como o combinado, à mesa do almoço. Helder Madeira chegou um pouco depois e partiu um pouco antes, sempre apressado entre duas tarefas (a que se seguia era recepção de municípios).

Renovação necessária

Foi ele que começou, explicando, a solicitação nossa, as razões por que não se recandidatava a um terceiro mandato à presidência da Câmara, encabeçando desta vez a lista para a Assembleia Municipal:

«Foi uma decisão que não teve a ver com limitações de ordem pessoal mas por entender que era chegado o momento de entrar gente mais jovem para este trabalho, opinião, aliás, que já tinha no anterior mandato; estou no Poder Local há 15 anos e entendo que nesta altura deve haver renovação, tal como entende que não se devem manter os quadros indefinidamente; é também verdade que este trabalho provoca um grande desgaste, o que mais acentuou esta noção de necessidade de renovação, «mudando-



Helder Madeira e Pedro Canário: o actual e o futuro presidente

-me» assim para Assembleia Municipal...»

Pedro Canário comentou (e cumprimentou):

«É um exemplo que todos nós temos de seguir; os cargos executivos exigem muito das pessoas pelo que, na altura certa, deve-se pensar na renovação; todos nós temos um período criativo e um período repetitivo — no primeiro deve-se estar à frente das acções e, no segundo, entrar-se num período de reflexão pedagógica, de transmissão de experiências. O Helder é uma enciclopédia viva da vida e da história do Poder Local e toda essa experiência pode, deve e vai ser extremamente útil!».

Interrompemos para constatar que o relacionamento entre os dois era bom; riram-se ambos e Pedro Canário repegou, rápido, na palavra:

«Não é bom, é ótimo! Ele vai ter uma melhor compreensão para os meus problemas, porque já os conhece, e eu para os dele, porque os vou conhecer!» E o riso continuou até à pergunta seguinte, com gracejos de oficiais do mesmo ofício.

«Estamos quase na indústria da celulose!»

Pedimos de seguida a Helder Madeira uma breve apreciação do que mudou, no Barreiro, nestes 15 anos de Poder Local democrático. A

resposta veio pronta, com a escolha inteligente de dois ou três exemplos significativos:

«O Barreiro, antes do 25 de Abril, era uma terra extremamente carenciada e caótica, do ponto de vista urbanístico. Na década de 70 resolveu-se uma infinidade de carencias básicas (tão 'básicas' como a falta de passeios, arruamentos e todo o género de equipamentos), uma pesada herança que ficou do tempo em que a especulação urbanística actuava sem qualquer controlo camarário, destruindo quintas e património. Para se fazer uma ideia do caos, nem sequer existia antes do 25 de Abril um traçado da rede de esgotos da cidade; houve que fazer o seu levantamento e, naturalmente, levar a rede aos (muitos) pontos onde não existia, estando hoje praticamente a 100%, quando antes andava pelos 50% de cobertura. Entretanto algumas infra-estruturas pura e simplesmente não existiam e foi o Poder Local democrático que as introduziu, a par de um conceito novo de gestão autárquica; estou a falar de creches e jardins, de parques ou polivalentes desportivos (destes, havia zero, hoje há 15 distribuídos pelo Concelho), só para dar alguns exemplos...»

Quisemos saber mais, solicitámos algum pormenor — o suficiente para caber no breve espaço da entrevista, o que subentendia uma contraditória exigência de concisão. Helder Madeira sorriu de novo e não se fez rogado:

«Bom, então passando as coisas pela rama podemos começar pelas árvores; estamos a plantar uma média de 3000 por ano (com uma perda de 15%) o que já dá uma ideia do que foi para resolver a ausência quase total de zonas verdes...»

«Estamos quase a entrar na Indústria da celulose!» riu Pedro Canário, enquanto Helder prosseguia:

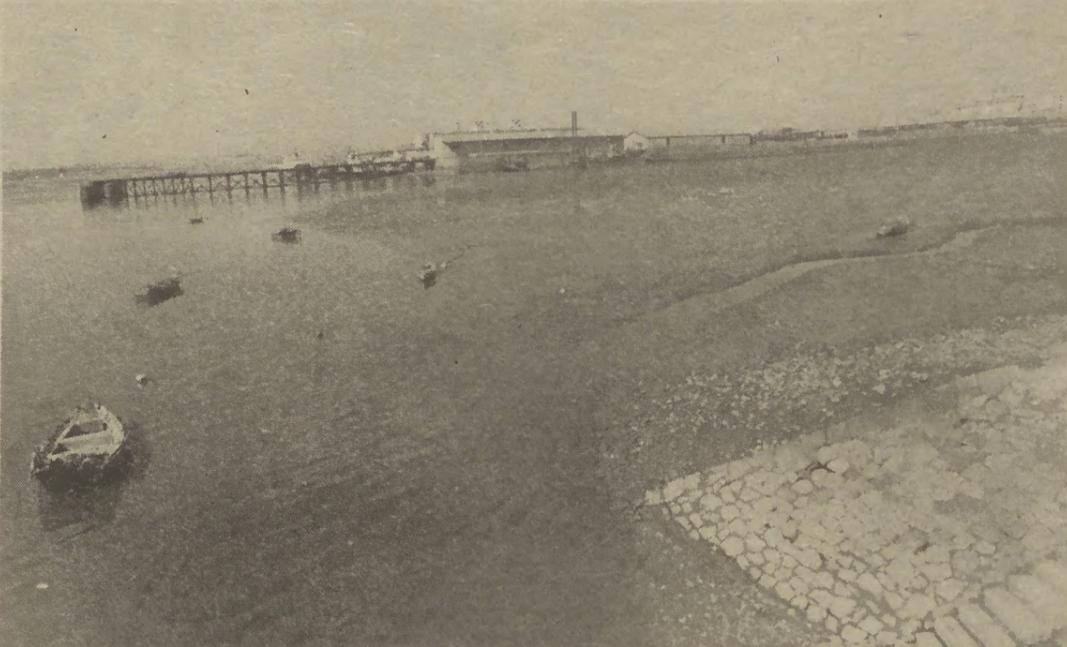
Os melhoramentos da rede viária são muito significativos e estão à vista, o trabalho no património tem como pontos altos as duas estações arqueológicas abertas no Concelho (uma na mata da Machada, com os tornos cerâmicos do século XV, outra em Coima com a descoberta da Real Fábrica de Vidros, criada por D. João V), enquanto o urbanismo mereceu, naturalmente, particular atenção, no sentido de se planear o desenvolvimento do Barreiro, o que resultou já no óbvio melhoramento da arquitectura e na definição adequada e completa de todo



Deste lado erguer-se-á a ponte Barreiro-Seixal, uma reivindicação das duas autarquias...

encontrámos uma exposição de aquarela de Eugénio da Silva, uma sala de estudo habitada por alguns grupos de estudantes, uma zona de leitura de jornais, outra sala dedicada às crianças com biblioteca adequada a uma dúzia de miúdos a saltitar de banda desenhada em banda desenhada e, finalmente, num vasto espaço onde se alinhavam volumosas estantes, a biblioteca principal que possui a originalidade de poder ser consultada directamente pelos utentes (que também lá estavam, compenetrados e estudiosos, vindos directamente das escolas para os seus trabalhos de grupo).

Em conversa rápida com os jovens que utilizavam o gabinete de leitura e o salão da biblioteca, recolhemos a informação de que todos procuravam ali duas coisas: o sossego e condições de trabalho que oferecem as instalações e, naturalmente, a possibilidade de uma consulta vasta e diversificada de livros e documentação. Inquiridos sobre as vantagens deste equipamento, olha-



... e neste, o terminal Rododromo, fortemente impulsionado pela Câmara e que parece ir agora ser iniciado



Fomos encontrar a Biblioteca Municipal em plena utilização, com um encontro entre a autarquia e os professores...

E rematando o raciocínio e a entrevista:

«Pensamos que a valorização desse património histórico/cultural deve influenciar o presente e perspectivar o futuro da nossa comunidade. Apostamos na formação integral do homem (nas suas componentes cultural, desportiva e física), pelo que nos propomos desenvolver e aprofundar

o tipo de equipamentos que devem acompanhar qualquer urbanização. Um bom exemplo disso é a Biblioteca Municipal que vocês, aliás, visitaram esta manhã. Hoje, quando se começa a construir, todas as regras estão definidas à partida.

Estou a ser suficientemente conciso?»

Estava. E podia continuar. Aliás tinha de continuar e bastante rapidamente, pois a hora do seu encontro com os municípios estava já a apertar.

«E agora entrego-vos aqui ao Pedro

«No desporto temos desenvolvido um trabalho profundo que já está a dar os seus frutos, particularmente neste último mandato onde, através do plano de desenvolvimento desportivo para o Concelho e acções dele decorrentes (fomento do desporto nas escolas, apoio aos clubes e às Jun-



... trabalhos de grupo na sala de estudos



... no salão da biblioteca



... e na biblioteca juvenil, com a rapaziada a saltar de banda desenhada em banda desenhada

pressupõe que não haja um crescimento desumanizado — que não assegure e acautele infra-estruturas e condições ambientais — mas que seja um desenvolvimento à dimensão e à escala do homem, seu principal protagonista e destinatário».

Definida a primeira batalha, abordou de imediato as outras com uma vivacidade contagiante. Passemo-las também de imediato para o outro lado do subtítulo.

ressados, isto porque temos de saber o que é que as pessoas querem, para depois as fazer».

Também atento à necessidade da concisão dada a exiguidade do texto disponível, Pedro Canário preparou-se para concluir:

«Finalmente a terceira batalha está na transformação do Barreiro numa cidade viva, activamente preocupada e de uma forma saudável com tudo o que se passa no domínio da cultura. Neste as-

todo o programa desportivo já iniciado pela autarquia. São facetas que, do nosso ponto de vista, têm amplas zonas de intersecção. E como levar a cabo tudo isto? Mais uma vez em estreita colaboração e diálogo permanente com os agentes culturais e desportivos e, fundamentalmente, com as escolas, aprofundado a ligação escola/meio, que é o terreno de eleição para formar cidadãos e assegurar o futuro. Neste quadro,

tas de Freguesia, acções de formação de professores de Educação Física nas escolas, tarefa, aliás, que deveria ser feita pelo Poder Central, etc, etc.) se deu um grande salto qualitativo e quantitativo. Na cultura criámos bolsas de música anuais para que alunos do Barreiro possam frequentar escolas médias e superiores e neste momento, com a colaboração da SEC, abrimos uma escola de instrumentistas de sopro, enquanto avançamos com uma iniciativa que julgo pioneira: a feitura de cassetes-vídeo «Barreiro/Magazine» que se colocam nos clubes vídeo para visionamento gratuito e que dá notícias não apenas da autarquia mas de qualquer actividade no Concelho. Uma referência ainda para o terminal rodo-ferro-fluvial, fortemente impulsionado pela Câmara e que parece ir agora ser iniciado, vindo resolver graves problemas de estrangulamento na estação fluvial».

Já quase a despedir-se, para ir ao encontro dos seus municípios, Helder Madeira acrescentou:

«Mas também temos tido as nossas dificuldades, nomeadamente com os transportes (em termos de viabilização financeira — esclareceu Pedro Canário — porque «em termos de serviço consideramo-los dos melhores do País») e também nas instalações municipais, onde são necessárias várias coisas: novos Paços do Concelho, instalações para os serviços administrativos e para oficinas, etc. Agora entrego-vos aqui ao Pedro!»

E lá foi, mais uma vez apressado, com uma simpatia que entretanto tem sempre tempo.

Três batalhas

«O primeiro balanço sobre o que foi feito no Concelho do Barreiro é que temos de que nos orgulhar», começou por dizer Pedro Canário, iniciando a conversa a «solo» que teve connosco e onde desenvolveu, fundamentalmente, as perspectivas de acção suas e da CDU no próximo mandato. E prosseguiu, ligando o passado ao futuro: «Tratou-se de um esforço notável e de um trabalho muito grande; entretanto o que há para fazer é também tão vasto e aliante que às tantas nem vale a pena lembrarmo-nos do passado».

Afirmando que «nós queremos vencer três batalhas no Barreiro», o nosso interlocutor explicou a seguir:

«A primeira batalha é a do desenvolvimento do Concelho nos mais variados vectores; na indústria e actividades económicas temos potencial humano, uma cultura industrial e empresarial infra-estruturas, «know-how» (passe a Inglesada) que deve ser aproveitado em toda a plenitude. Temos também uma situação geográfica invejável e, de um ponto de vista da autarquia, queremos participar activamente no desenvolvimento e reconversão do tecido industrial existente. Esse desenvolvimento



O Poder Local democrático trouxe ao Barreiro um novo conceito de equipamento social

Desde Álvaro Velho

«A segunda diz respeito às condições ambientais a todos os níveis: da poluição, higiene e limpeza, da estética quer na recuperação das zonas degradadas, quer na nova construção (e isto é um desafio às novas construções), da recuperação do património e da zona ribeirinha como espaço de lazer. Procuraremos chegar a este objectivo através de uma política integrada e de coordenação das diversas acções da autarquia, em diálogo directo com as populações e os vários agentes inte-

pecto a juventude deve ser provocada, criando-lhe condições mínimas para que possa desenvolver em plenitude as suas capacidades de criação e de crítica. Isto também tem a ver com a recuperação da memória/história do Barreiro, com as nossas origens e identidade. Convém recordar que a nossa comunidade, a nossa história e as nossas tradições vêm desde Álvaro Velho, o barreirense que foi cronista da viagem de Vasco da Gama, e passa pela riquíssima história da Industrialização do País, onde o Barreiro teve e tem um papel de muito relevo».

vamos equacionar todas as acções e ao nível de todos os departamentos, pondo-os ao serviço destes três objectivos. Isto conduzirá quer à melhoria da qualidade de vida das populações, quer à motivação e estímulo dos funcionários da autarquia e dos agentes locais».

E em gracejo final, apontando para o intenso trabalho que é necessário continuar a desenvolver na autarquia: «É preciso ver que nada vem por osmose nem cai do ar, nem está no travesseiro!».

Como aliás, o Barreiro o tem provado. ■

O PCP e as Eleições Autárquicas

Sessões de esclarecimento com Álvaro Cunhal em Barreiro e Chelas

Na noite de sexta-feira e na tarde de sábado passados o secretário-geral do PCP, **Álvaro Cunhal**, esteve presente em duas sessões de esclarecimento genericamente designadas «O PCP e as Eleições Autárquicas». A primeira, no Barreiro, encheu completamente a sala dos «Penicheiros» com uma assistência sempre atenta e a segunda, na Escola Primária 187, de Chelas, atraiu uma multidão onde as crianças e os jovens se fizeram notar.

Estas iniciativas integram-se no empenho do Partido no esclarecimento eleitoral indispensável, neste período de pré-campanha, para o escrutínio autárquico de Dezembro próximo, estando presentes em ambos os casos, nas mesas que presidiram às iniciativas, os principais candidatos do Partido às respectivas autarquias em questão — a Câmara Municipal do Barreiro, na primeira sessão, a Freguesia lisboeta do Beato, na segunda.

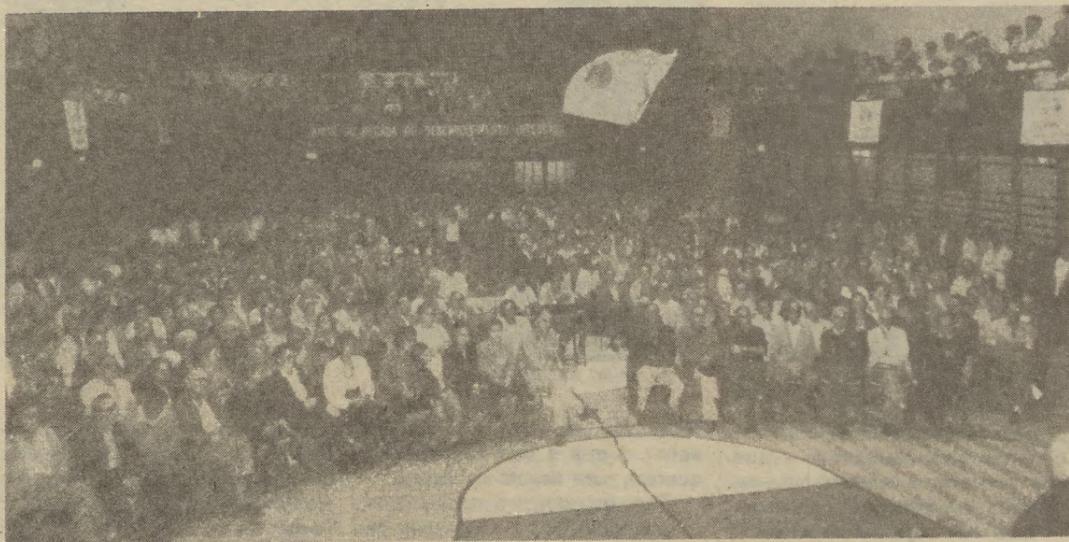
Como é habitual nas sessões de esclarecimento do Partido, Álvaro Cunhal começou sempre por uma breve introdução onde abordava alguns aspectos de política geral e outras relacionadas especificamente com as autarquias em questão, ficando depois ao dispor dos presentes para responder às perguntas que entendessem formular.

É uma súplica das intervenções do secretário-geral do PCP nessas duas

sessões de esclarecimento do passado fim-de-semana que apresentamos já de seguida.

Adiante-se, entretanto, que estiveram em foco questões tão significativas como a actuação (e o empenho) do PCP na unidade dos democratas para derrotar a direita, a importância dessa derrota no quadro de uma política desastrosa e devastadora dos interesses do País e dos trabalhadores prosseguida por um Governo há mui-

to divorciado da maioria eleitoral que conjuntamente o elegeu e, naturalmente, as boas perspectivas que se abrem — mau grado as dificuldades de unidade que continuam a verificar-se no seio da esquerda portuguesa — para uma alteração substancial do quadro político-eleitoral do País, com expressão concreta nas próximas eleições autárquicas e sublinhando acentuadamente o que já se registou nas eleições europeias deste ano.



BARREIRO

CDU «é o motor da convergência democrática»

«Camaradas e amigos, estamos aqui no Barreiro, uma terra de grande influência do Partido Comunista, uma terra operária de grandes tradições. Mas Portugal não é feito por muitos Barreiros. Há muitas terras onde a influência do nosso Partido é igual, mas há muitas onde não temos influência comparável. Há muitas terras do nosso país onde, na verdade, a direita tem mais influência que nós, há muitas terras onde temos pouca influência. (...)

Daí nós insistimos na necessidade da convergência dos democratas. Temos divergências! Muito bem, discutamos essas divergências e procuremos pontos comuns. É ou não é possível? É difícil para um Governo, é difícil para criar, já amanhã, uma alternativa na Assembleia da República. Mas essa convergência é mais fácil de conseguir em relação às autarquias.

Por isso fizemos o esforço conhecido junto do Partido Socialista, junto do PRD, junto de outros partidos democráticos. Um esforço no trabalho preparatório destas eleições que permitisse a formação de coligações formalizadas, ou acordos políticos que levassem à integração na CDU-Coligação Democrática Unitária, de democratas de outros partidos.

Não conseguimos o êxito completo desta nossa iniciativa, mas creio que conseguimos alguns êxitos. (...)

Convergência democrática

Em relação a Lisboa, há divergências, diferenças de opinião entre nós e os socialistas mas, e dissemo-lo publicamente: é bom não ofender, é bom não insultar, é bom não dizer aquilo que alguns dirigentes socialistas disseram em discursos e declarações públicas sobre o PCP, que pouco tinham a invejar às declarações de Cavaco Silva sobre nós.

Creio que esta situação está, de certa maneira, ultrapassada de momento, mas não completamente. Pensamos que só uma política unitária poderá levar à derrota da direita em Lisboa e a uma modificação na gestão da cidade.

Pensamos também que esta coligação em Lisboa deveria unir todos os democratas, todos os partidos democráticos: Nós, os «Verdes» (os partidos da CDU), o Partido Socialista, o PRD, e ganharmos também a UDP, o PSR, todos os democratas para esta grande coligação. Se isto não foi realizado, não foi por falta de esforços do PCP. Nós batalhamos, até ao último minuto, para encontrar uma solução que levasse o PRD a entrar na coligação «Por Lisboa».

Pensamos que, na verdade, com o conjunto das forças democráticas, teríamos uma muito maior dinâmica de vitória.

Batalhamos junto do Partido Socialista, conversámos com o PRD, e podemos dizer que em todo este processo interviemos procurando as mais variadas soluções. E lamentamos.

Lamentamos que apesar da disponibilidade do PRD, o PS não tenha considerado a importância que teria uma solução com a integração não formalizada (pois o PRD já não exigia formalizar uma coligação) de dirigentes do PRD nas listas da Coligação «Por Lisboa», onde há comunistas, socialistas, «Verdes» e MDP-CDE.

Lamentamos pois que o PRD acabe por apresentar uma lista em Lisboa. Apesar de considerarmos ser uma lista de um partido democrático, que até nem tem grande responsabilidade no desenvolvimento deste processo, teremos de, na nossa campanha eleitoral (já o dissemos publicamente e aos dirigentes do PRD), dizer às pessoas para não votarem no PRD, porque os votos que vão para o PRD podem dar a vitória à direita. É necessário votar na coligação «Por Lisboa».

Democratas em torno da CDU

Isto não vai certamente dificultar as nossas relações com o PRD, que são magníficas, que levaram a algumas coligações importantes no nosso país, e à integração em numerosos concelhos, de destacados militantes do PRD nas listas da CDU.

Foi possível também estabelecer coligações como a «Desenvolver Setúbal» ou a «Mãos à obra pela Covilhã», que são coligações formalizadas entre o PCP, Verdes e Partido Renovador Democrático.

No caso concreto de Setúbal, no que se refere ao concelho, satisfaz-nos bastante poder apresentar como cabeça de lista à Assembleia Municipal o destacado militante do PRD, Marques Júnior, que aparecerá ao lado de Odete Santos, candidata à presidência da Câmara, o que se mostra uma boa solução, constituiu uma boa lista que, pensamos, terá condições para ganhar as eleições na cidade de Setúbal.

Em relação a numerosos concelhos e freguesias do distrito, houve numerosos acordos, formalizados, entre o nosso partido e o PRD, que resultarão numa colaboração muito estreita, na grande maioria dos concelhos e freguesias do Distrito de Setúbal, entre o PCP e o PRD.

Também no Distrito de Beja, há um acordo em que o PRD aceita apoiar as listas da CDU-Coligação Democrática Unitária, participando vários militantes do PRD em numerosas listas de concelhos e freguesias. Um acordo distrital que se mostra bastante importante.

Um pouco por todo o país existem situações semelhantes. (...)

Em relação a outros partidos, concretamente em relação a UDP e ao PSR, procuramos também chegar a acordos e esses acordos conseguiram-se um pouco por toda a parte em que elementos desses dois partidos integram as listas da CDU

e fazem um apelo, nos concelhos e freguesias respectivos, ao voto na CDU. (...)

O «isolamento» do PCP

Coloco agora o seguinte problema, camaradas e amigos: o que é que não temos ouvido acerca do Partido Comunista Português estar num *gueto*, estar isolado, ser um partido que não tem a aceitação dos outros partidos? Cavaco Silva fez um discurso na Assembleia (que era relativo à moção de censura apresentada ao Governo pelo PS) que, de 33 páginas dactilografadas, em mais de metade, limitava-se a atacar o PCP. Quem apresentou a moção de censura foi o PS, mas o ataque foi contra o PCP... Diziam que o PCP era um Partido quase «maldito», «ninguém podia ter relações com eles»...

O que agora vemos é que o PS e o PRD não se entendem, entre os outros partidos democráticos não há relações e nós, neste momento, temos coligações com o PS, temos coligações com o PRD, temos militantes do PRD, do PS, da UDP, do PSR na CDU-Coligação Democrática Unitária... No fim de contas somos o único elemento de ligação, o único elemento motor da convergência democrática para derrotar a direita.

Quereria ainda, antes de terminar, referir um aspecto destas eleições. Estas eleições têm um fim imediato, sem dúvida: levar os órgãos autárquicos homens, mulheres e jovens capazes de defender os interesses das populações. É o nosso objectivo, é a nossa grande luta nestas eleições autárquicas.

Mas também é a defesa do Poder Local democrático, como parte integrante do regime democrático português e do seu sistema de Poder. É importante, na verdade que através de um reforço das posições democráticas, das posições da CDU nas diferentes autarquias, estejamos de facto em condições de defender esta grande conquista de Abril que é o Poder Local democrático, e de reagir contra as tendências centralizadoras do Governo, que pretende com a recente Lei da Tutela e outras medidas bem conhecidas daqueles que estão à frente das Câmaras Municipais e das Juntas de Freguesia, reduzir as possibilidades financeiras, e outras, de solução dos problemas pelos que exercem as suas funções nas autarquias, transferindo obrigações sem transferir os recursos necessários ao cumprimento dessas obrigações.

Esta e outras formas de actuação têm sido utilizadas pelo Governo para inutilizar esta grande conquista de Abril que é o Poder Local democrático.

Uma derrota da direita nestas eleições é uma grande vitória democrática, e uma vitória democrática surgida fundamentalmente de um progresso da CDU-Coligação Democrática Unitária, terá sem dúvida repercussões muito profundas na vida política nacional. (...)



SAFES

Acabar com o «reinado» do PSD e CDS

«(...) A composição da mesa que dirige os trabalhos deste encontro suscita-me uma reflexão. Está o camarada Romão Martins, presidente da Junta de Freguesia de Marvila. Cabe lembrar que a Junta de Freguesia de Marvila, depois do 25 de Abril, foi a certa altura dirigida pelo PS, depois passou a ser APU com maioria relativa e mais tarde APU com maioria absoluta. Isto quer dizer que houve um reconhecimento da população de que os eleitos da APU eram os homens, mulheres, jovens, capazes de na gestão autárquica resolver os problemas das populações. Foi através do seu trabalho, da sua honestidade e da sua competência que se ganhou um prestígio crescente, até uma vitória por maioria absoluta.

Aqui está também o camarada Augusto Pereira, que é o presidente da Junta de Freguesia do Beato. E também aqui esta Junta foi da APU, numa vitória que depois se confirmou em sucessivas eleições.

Estão aqui camaradas dos Olivais. Está a camarada Helena Mateus que faz parte da lista para a Assembleia de Freguesia dos Olivais. Aí sabemos que hoje a Junta de Freguesia é dirigida pelo PSD, através de uma vitória que resultou de entendimentos com o PS nas últimas eleições autárquicas.

Se vos digo isto não é, naturalmente, para testemunhar a natureza da coligação em que nos encontramos. As coligações APU a que me referi não tinham que ver com a coligação cujo motivo hoje nos reúne em Lisboa. Sabemos bem que nas coligações anteriores estivemos primeiro com o MDP-CDE, estivemos com os «Verdes». Com os «Verdes» estamos agora na CDU, em todo o país. Em Setúbal e na Covilhã estamos com uma coligação que para além de «Os Verdes» inclui também o PRD. Mas, em Lisboa, estamos numa coligação mais larga — é uma coligação com o Partido Comunista Português, como todos sabem, com o Partido Socialista, com o Partido Ecologista «Os Verdes» e o MDP-CDE. É pois um quadro unitário bastante mais largo, que a nosso ver nos permite encarar com confiança o resultado das eleições do próximo dia 17 de Dezembro, não apenas para prosseguirmos nas posições anteriormente já alcançadas com a CDU, mas para derrotarmos a direita, a sua gestão desastrosa e desastrosa na Câmara Municipal de Lisboa e impedirmos que essa direita, agora disfarçada com uma nova fachada, um novo homem, uma nova linguagem, vá prosseguir a mesma política do Abecasis e a mesma obra do Abecasis, que é o que Marcelo Rebelo de Sousa faria certamente se vencesse as eleições.

Conseguirmos na Câmara Municipal de Lisboa uma nova gestão, apesar das dificuldades que certamente existirão, que nos dê oportunidade para resolver muitos problemas da nossa cidade, da população de Lisboa.

Também nas freguesias, ao reforçarmos as posições democráticas, encontraremos forma de poder continuar a realizar obra positiva, como tem sucedido nas freguesias do Beato e de Marvila, enquanto em muitas outras pensamos que é possível afastar a direita e conseguir uma gestão democrática depois das eleições de 17 de Dezembro.

«Mudança de situação»

Temos de compreender a mudança de situação que esta coligação «Por Lisboa» representa. Todos se lembram que nas eleições de 85 houve numerosas coligações do PS com o PSD, que permitiram a esses dois partidos conseguir a maioria em câmaras municipais e freguesias onde não teriam conseguido a presidência se concorressem separados.

Também todos nos lembramos que tanto o PS como o PSD conduziram campanhas, até para evitar que nós pudessemos concorrer, com a entrega de sucessivos recursos nos tribunais, na tentativa de que a APU não fosse considerada legal.

A situação hoje é diferente da de então.

Pensamos que o passo que foi dado com a coligação «Por Lisboa» foi um importante passo. Um passo difícil, sem dúvida, porque continua a haver divergências entre nós e o Partido Socialista. Divergências sérias, de que podemos falar, divergências que os socialistas poderão falar também: em relação às privatizações, à Reforma Agrária, aos direitos dos trabalhadores, ao Poder Local democrático e até ao regime político, uma vez que o Partido Socialista contribuiu, juntamente com o PSD, para uma Revisão Constitucional que a nosso ver alterou preceitos fundamentais, e permitiu ao Governo desenvolver algumas das ofensivas que actualmente está a desencadear.

Mas, apesar dessas divergências, nós consideramos muito positivo que em relação à Câmara Municipal de Lisboa e em relação às freguesias da nossa capital, tenhamos conseguido uma convergência, passo muito sério na unidade, que levou à constituição da coligação «Por Lisboa», oferecendo perspectivas muito positivas no quadro político da capital e da gestão autárquica da cidade.

Uma derrota da direita

Estamos nesta batalha, e pensamos que esta batalha é necessária e que se apresenta com grandes perspectivas de aqui na capital acabar com o «reinado» Abecasis. Seria no entanto errado falar num «reinado» apenas de Abecasis.

Este é um «reinado» do PSD e do CDS, e por muito que eles agora estejam «à bulha» uns com os outros, Marcelo Rebelo de Sousa, apesar dos espectáculos que por aí dá (alguns mais de circo que de campanha), se ganhar as eleições dará continuidade à política do PSD e do CDS na Câmara Municipal de Lisboa. Daí a necessidade autárquica de nestas eleições conseguirmos uma vitória democrática. Este é o grande objectivo que prosseguimos aqui em Lisboa, mas também um pouco por todo o país.

Quero dizer-vos, camaradas e amigos, que por aquilo que conhecemos, por aquilo que dizem os nossos camaradas, há grandes perspectivas, pelo que vem de norte a sul do país, de avançarmos na votação, de aumentarmos a nossa influência, o número de Câmaras, de Juntas de Freguesias, assegurando com uma maioria democrática (com o Partido Comunista e todos os outros democratas da CDU), uma alternativa à direita ou às gestões de outros partidos que não têm resolvido os problemas das populações nas esferas das suas competências. (...)

Para além da defesa do Poder Local Democrático, outro aspecto da vida política portuguesa está também em jogo nestas eleições. Certamente não escapa a ninguém que uma vitória democrática nestas eleições, mais concretamente, a vitória da coligação «Por Lisboa», terá sem dúvida reflexos que excedem muito o campo das autárquicas.

Será uma grande derrota de Cavaco Silva, do seu governo, da sua política. Será uma grande derrota da direita. E mais: como em outros casos em que há efectivamente convergência entre vários democratas: Lisboa comprovará que essa convergência e unidade entre os democratas é o bom caminho (até poderemos dizer que é o único caminho) que pode levar à derrota efectiva da direita e depois a uma alternativa democrática não apenas nas autárquias, mas na Assembleia da República e no Governo (...)



URSS

NA HORA DA MUDANÇA

Vista por Carlos Carvalho e Octávio Teixeira

Os camaradas Carlos Carvalho, membro do CC e suplente da Comissão Política, e Octávio Teixeira, membro suplente do CC do PCP, estiveram recentemente na URSS, em visita de estudo. Tratando-se de dois economistas, trouxeram naturalmente muito que contar das reformas em curso no país dos soviéticos. O «Avante!» quis saber como foi para contar como é. O resultado aqui fica, com a chamada de atenção de que vale a pena ler tudo até ao fim, para compreender melhor o que se passa na «perestroika» de que tanta coisa se diz e tão pouco se explica.

«Avante!»: Vocês deslocaram-se recentemente à URSS. Qual foi o objectivo dessa viagem?

Carlos Carvalho: A nossa visita de uma semana à URSS resultou de um convite formulado pelo PCUS ao PCP, no quadro dos acordos de cooperação existentes entre os nossos dois partidos. O objectivo foi o de podermos obter uma informação directa sobre a reestruturação económica que se está a processar na União Soviética, conhecer as suas orientações fundamentais, os resultados já obtidos e as dificuldades que se deparam. Em suma, tratou-se de ouvir daqueles que vivem diariamente a «perestroika» uma informação objectiva sobre as alterações que, no âmbito económico, estão em curso na URSS.

AV: Mas que tipo de contactos se realizaram, ou melhor, os vossos encontros realizaram-se apenas com responsáveis de organismos do PCUS? Octávio Teixeira: Logicamente tivemos encontros com responsáveis a nível do PCUS, nomeadamente do Departamento Económico e Social e do Departamento das Relações Internacionais do CC do PCUS. Mas não só. Tivemos igualmente reuniões no Instituto de Economia da Academia de Ciências da URSS, no Instituto da Economia do Sistema Socialista Mundial, igualmente da Academia de Ciências, e bem assim com uma delegação dirigida por um dos Secretários do Conselho de Ajuda Mútua Económica (CAME).

Além disso tivemos ainda oportunidade de contactar com o director e trabalhadores de uma empresa de Moscovo a funcionar já no sistema de autofinanciamento. Em qualquer desses encontros, as conversações decorreram num ambiente de grande franqueza e abertura no debate e na exposição das situações e das experiências vividas.

As dificuldades

AV: Qual é então a apreciação que se faz da situação económica que presentemente se vive na União Soviética?

C.C.: A economia soviética debate-se com dificuldades. Registam-se problemas no abastecimento regular de alguns bens de largo consumo, fundamentalmente nos grandes centros urbanos como Moscovo, quer por insuficiência quantitativa ou qualitativa da produção, quer devido ao excesso de liquidez na posse da população.

O.T.: Como nos foi referido, estas dificuldades criam uma psicologia de carência no mercado, o que leva a que a população nos momentos em que o mercado é abastecido, adquire bastante mais do que o necessário, constituindo «stocks» em casa, desestabilizando ainda mais o regular abastecimento de alguns produtos. Isto fundamentalmente no que se refere a bens de consumo não duradouros. Porque no que res-

peita aos bens duradouros as faltas devem-se, no essencial, a insuficiência da produção ou a produção de insuficiente qualidade.

Acresce que esta situação de falhas no abastecimento tende a gerar um clima favorável à especulação e ao mercado paralelo, desenvolvendo



Carlos Carvalho



Octávio Teixeira

factores não sadios na sociedade e favorecendo a criminalidade que, aliás, estão a ser combatidos de forma determinada pelas autoridades soviéticas.

Esta situação criou também dificuldades em grupos populacionais em situação mais difícil (reformados, estudantes).

Por isso, apesar das dificuldades, foram aumentadas as pensões e reformas (o PCUS contribuiu mesmo da sua caixa) e tomadas outras medidas como a gratuidade nos transportes.

C.C.: Um segundo tipo de dificuldades, aliás com ligação ao que acabámos de referir, é o dos ritmos lentos a que se processam os necessários aumentos da produção agrícola. Estas dificuldades têm a ver quer com formas de gestão das unidades produtivas que não incentivam a obtenção de mais elevadas produtividades, quer com elevados níveis de desperdícios que se verificam nas colheitas e sobretudo na armazenagem e no transporte. Ao que se somam algumas insuficiências e deficiências na indústria transformadora de bens alimentares.

Uma terceira dificuldade que nos foi apontada é a dos elevados níveis do défice orçamental, já que limitam os recursos financeiros disponíveis para investimentos que se apresentam como necessários, e agravam o excesso de liquidez na economia pressionando tendências inflacionistas.

As causas

AV: Certamente que ao falarem sobre as dificuldades que se apresentam houve também uma explicação sobre as principais causas?

O.T.: As causas são múltiplas,

umas mais antigas outras mais recentes.

No âmbito das causas mais antigas podem referir-se, por exemplo, e independentemente dos juízos valorativos que a esse respeito possam fazer-se, o esforço que durante muitos anos foi feito no sentido de aumentar cada vez mais o investimento «extensivo», isto é, a preocupação de produzir quantidades sempre maiores, com especial incidência nos meios de produção e nos bens de consumo essenciais, sendo relegados para segundo plano a qualidade dos produtos, a poupança no consumo de matérias-primas e energia por unidade produzida (até porque, de um modo geral, estes bens abundavam na União Soviética), a produção de bens de consumo não considerados imprescindíveis, especialmente no que respeita a bens de consumo duradouros e a serviços.

Acresce que durante décadas a URSS se viu obrigada, por pressão da «guerra fria», a fazer um enorme esforço em despesas no âmbito da defesa, com prejuízos no nível dos investimentos produtivos e sociais.

C.C.: Aponta-se também o voluntarismo, os métodos administrativos e a metodologia de planificação utilizada que subestimou, por exemplo, o papel da moeda, gerando distorções na economia. Muitos preços de bens e serviços básicos e essenciais permaneceram imutáveis durante décadas, independentemente da evolução dos custos de produção e dos rendimentos da população.

Aliás, a «memória dos preços» que se verifica na URSS é uma coisa estranha para quem vive, por exemplo, em Portugal. As pessoas sabem, na prática, os preços de praticamente todos os bens, independentemente da frequência da sua utilização. Os preços dos bilhetes do metropolitano ou dos autocarros,

das rendas de habitação, da carne, do pão, etc., etc., são os mesmos de há 20, 30 ou 50 anos.

O.T.: Também as causas mais recentes, digamos de 1985 para cá, são de variada natureza. Como nos foi referido, com a «perestroika» na economia, abandonaram-se ou enfraqueceram-se mecanismos e métodos de gestão (administrativos) que, no entanto, não foram substituídos, ou não foram completamente substituídos, por novos métodos de gestão baseados nas leis económicas: porque a nova legislação publicada não foi a mais adequada, procurando-se o seu aperfeiçoamento com a experiência vivida, porque os novos mecanismos de gestão económica têm vindo a ser introduzidos parcelarmente, com dificuldades na sua articulação e coerência globais, ou ainda porque se verificam resistências à mudança em alguns sectores do aparelho administrativo, que se sentem feridos nos seus poderes e eventuais privilégios.

C.C.: Por outro lado, apesar dos passos positivos que se têm registado a nível do desarmamento e do desanuviamento, sob a iniciativa da URSS, ainda não foi possível reduzir as despesas militares tanto quanto os soviéticos desejam, de forma a libertar mais recursos financeiros e mais equipamentos fabris para produções civis. Acresce que a quebra dos preços internacionais do petróleo, e outros produtos energéticos, significou uma diminuição drástica das divisas obtidas com as exportações (as receitas das exportações reduziram-se em cerca de 40%), implicando restrições às importações.

Assim como o combate ao excessivo consumo de bebidas alcoólicas, em especial de vodka, teve efeitos substanciais na diminuição das receitas orçamentais, ao mesmo tempo que acontecimentos como o da central nuclear de Tchernobyl ou o do tremor de terra na Arménia têm implicado gastos orçamentais excepcionais muito elevados.

Por sua vez, os aumentos dos salários em geral, verificados nos últimos anos, acima da produtividade e do aumento de produção registada, contribuiu para agravar os problemas do abastecimento do mercado.

As complexas questões étnicas, religiosas, nacionalistas e autonómicas, tal como dessincronizações entre as reformas políticas e as reformas económicas, têm também actuado no âmbito económico, como factores suplementares de dificuldades.

As medidas

AV: Quando vocês referem, entre as causas recentes das dificuldades, inadequação de algumas medidas tomadas, quer isso significar que estão a ser postas em causa algumas dessas medidas?

O.T.: Algumas têm sido abandonadas ou alteradas. Por exemplo, a lei da empresa estatal aprovada há cerca de 2 anos, deverá ser profundamente alterada por um projecto que vai ser discutido e votado na

actual sessão do Soviete Supremo. A legislação sobre a eleição dos directores das empresas estatais também está em revisão, mantendo-se o princípio da eleição mas assegurando-se que os candidatos tenham efectiva capacidade de gestão para evitar a repetição de algumas experiências negativas. Assim como o sistema de controlo da qualidade da produção por entidades exteriores às empresas, igualmente implantado há dois anos, já não é considerado uma boa solução. Foi-nos admitido, ainda, que o chamado novo mecanismo de comércio externo venha a

ser alterado a breve prazo, quer porque nalguns casos não estará a incentivar as empresas para o aumento da produção com vista à exportação, mas tão só a desviar a produção do mercado interno (aumentando os problemas de abastecimento) para os mercados externos, quer porque a possibilidade actualmente concedida às empresas de utilizarem parte do valor exportado (até 20% desse valor) para adquirirem no exterior os bens de consumo que entendam, sem quaisquer condicionamentos, não será a mais adequada à actual situação cambial do país e

podrá gerar algumas distorções a nível social.

Aliás, a actual sessão do Soviete Supremo deverá apreciar e votar 19 diplomas legais de grande importância para a evolução da situação económica.

A questão das cooperativas

AV: Voltando à questão das dificuldades no abastecimento de bens de consumo. O aumento do número de cooperativas de consumo nos anos recentes não contribuiu para diminuir essas dificuldades?

C.C.: O que nos foi transmitido é que há cooperativas de consumo (isto é, cooperativas e comercialização) que têm dado a sua contribuição para um maior e melhor abastecimento do mercado mas fazem-no a preços muito elevados. Outras, porém, são objecto de grande polémica, sendo acusadas de não contribuírem para o aumento quantitativo do abastecimento, limitando-se, no essencial, a «desviar» produtos das empresas estatais e a aumentar-lhes os preços. É um ponto de grande controvérsia. No Soviete Supremo houve uma proposta para o encerramento das cooperativas de consumo, derrotada apenas por meia dúzia de votos, o que dá bem a ideia da sua controvérsia. Mas isto só para as cooperativas de comercialização, pois para as outras (produção, serviços, etc.) reconhece-se a sua eficácia e utilidade social.

Mas, mais uma vez, a questão de fundo é que a regularização do abastecimento de bens de consumo não é passível de ser conseguida com medidas isoladas. Exige uma coordenação de medidas que vão desde o aumento (quantitativo e qualitativo) da produção, à melhoria dos circuitos de comercialização, passando pelos sistemas de armazenagem e transporte, assim como implica alterações significativas no sistema de preços e na política monetária e cambial, etc.

Na verdade, esta questão da regularização do abastecimento de bens de consumo foi-nos colocada como uma complexidade de problemas que exige uma solução coordenada e, talvez, demorada.

AV: Há quem defenda uma importação massiva de bens de consumo de grande procura, de modo a saturar o mercado e a esterilizar a liquidez e o

poder de compra. O que é que acham disso?

O.T.: É uma via «fácil» de mais, delicada e perigosa. Embora a URSS tenha uma dívida relativamente modesta, há que ter em conta que uma elevação significativa da dívida é uma armadilha (veja-se os casos da Hungria, Polónia, Jugoslávia e Roménia). Depois passado um ano como é que a economia soviética iria «alimentar» a procura de novos bens de consumo, e de consumo de mais longa duração? O recurso a importações parece-nos que deverá ser pontual e com limitações. Há outras vias de esterilizar o poder excessivo de liquidez.

Leis económicas em debate

AV: Quais são as orientações básicas da reestruturação económica?

C.C.: De uma forma geral podemos dizer que as orientações estão voltadas para o aumento da eficácia, da produtividade e da qualidade da produção. Procura dar-se uma maior atenção e peso à produção de bens de consumo, combater o burocratismo, o igualitarismo excessivo, o voluntarismo e ampliar as relações monetário-mercantis.

Passar, de facto, de uma economia extensiva a uma economia intensiva e responder às necessidades da população. É paradoxal que numa economia com tão elevado potencial não se produza, por vezes, bens simples e elementares, mas que correspondem a necessidades objectivas ou que respondem a anseios gerais e elevam a qualidade de vida.

O.T.: Neste momento estão em discussão um conjunto importante de leis económicas que darão muito maiores poderes de intervenção e de orientação aos Soviéticos, aos trabalhadores e à sociedade em geral, procurando acentuar ainda mais o interesse pela vida pública, a politização, o dinamismo social e a eficácia na economia.

AV: E qual é o papel do consumidor?

O.T.: Considera-se que é necessário acabar com o «dictat» do produtor. A direcção centralizada da economia e a planificação, conseguiram que se criasse um elevado potencial produtivo e científico, pelo que tal orientação deve continuar, mas focada para os aspectos estratégicos do desenvolvimento económico, dado que, para os bens de consumo, o consumidor deve ser o

grande julgador, controlador e orientador.

AV: São abandonadas as metas quantitativas?

C.C.: Não. Por exemplo, há uma determinação em ultrapassar o programa quinquenal de construção de habitações, e tem havido êxitos significativos.

O aumento da produção continua a ser necessário, e até imperioso nalgumas áreas, mas quer-se produzir bens e serviços que vão ao encontro das necessidades actuais das pessoas.

AV: Podes dar um exemplo?

C.C.: Posso. A URSS produz 2,5 vezes mais calçado que os EUA, e no entanto há faltas e penúrias, dado que a qualidade é muitas vezes medíocre, ou com padrões antiquados, vendendo-se mal.

E isto verifica-se com outras mercadorias. Por outro lado torna-se necessário reduzir os consumos por unidade produzida. A economia soviética consome muitos metais, combustíveis e electricidade por unidade.

AV: Vai haver uma substancial redução da centralização na tomada de decisões?

C.C.: Vai.

Mas não só. Há uma grande preocupação para se criarem condições e medidas de modo a que deixe de haver alheamento da propriedade social. Julgo que foi Andropov quem afirmou que a identidade de atitudes perante o «meu» e o «nosso» é uma mentalidade que demora muito mais tempo a criar do que se julgava. Por isso estão a pôr em prática medidas de modo a ligar as pessoas não só aos resultados das empresas mas também à propriedade socialista, criando-se as condições para que os trabalhadores a sintam como sua e se mobilizem para a eficácia do trabalho.

AV: Com que orientações e meios?

C.C. A atribuição da independência económica e a responsabilidade do trabalho aos colectivos de trabalhadores, sem prejuízo da responsabilidade do Estado na área da protecção social, acentuação da incentivo material no trabalho — sem abandono dos esforços na motivação consciente — combatendo o igualitarismo, a inércia e o parasitismo, interligando as reformas económicas com as reformas políticas, conferindo ao mercado um papel mais activo e mais amplo.



A reestruturação em curso na URSS diz respeito a toda a sociedade soviética



... em entrevista ao «Avante!»

URSS

NA HORA DA MUDANÇA

Vista por Carlos Carvalhas e Octávio Teixeira



A questão da propriedade

AV: Que formas de propriedade é que estão previstas?

O.T.: O objectivo é a criação de uma economia mista, com multiplicidade de formas de propriedade: estatal (onde permanecerão sectores básicos e estratégicos); municipal; cooperativo (inclusive no sector bancário); arrendada (em praticamente todas as esferas da vida económica); a familiar; mista e individual.

Paralelamente procura-se introduzir a concorrência em todos os sectores e a criação do mercado de bens de equipamento.

Muitos economistas, consideram que a interpretação do conceito de propriedade social constitui uma questão crucial.

AV: Porquê?

O.T.: Segundo estes não se pode continuar a fazer confusão entre propriedade pública — que é a manifestação superior do carácter socialista da sociedade — e a propriedade do Estado.

Esta última transformou-se muitas vezes numa forma de propriedade que «não pertencia a ninguém» e sobre a qual recaía o desinteresse e a incúria. Com a autonomia de gestão e financeira das empresas, com o arrendamento aos colectivos de trabalhadores, as reformas pretendem contrariar e eliminar aquele fenómeno negativo. Mas uma coisa é clara, a questão social não está em causa.

AV: E no domínio da poupança de recursos do Estado?

C.C.: Está previsto e em curso a redução do número e das competências dos ministérios, a redução das despesas militares e a reconversão de indústrias militares para a produção de bens de equipamento e de consumo.

Há também o estímulo ao desenvolvimento das cooperativas na prestação de serviços substituindo ou completando os serviços prestados pelo Estado, de modo a satisfazer as necessidades neste domínio e a absorver mão-de-obra a libertar na indústria e no aparelho administrativo.

AV: E quanto aos preços?

C.C.: É um assunto complexo.

Está prevista uma reforma de preços procurando introduzir racionalidade económica. No entanto, embora seja reconhecido que é urgente, colhemos a ideia de que esta terá de ser cautelosa mesmo nos preços relativos.

AV: Dá um exemplo.

C.C.: Em vez da actual correlação: 2 rublos por quilo de carne, 50

rublos por um par de bons sapatos, 700 rublos por um televisor a cores e 8000 rublos por um carro de turismo, pensa-se estabelecer uma correlação mais realista. Por exemplo, o preço do pão é extremamente baixo o que leva a grandes desperdícios e até à sua utilização na alimentação de animais... E o mesmo se passa com o preço do gás, da água e da electricidade, e mesmo dos transportes.

A conversão do rublo

AV: Prevê-se reestruturar o sistema financeiro?

O.T.: Essa é também uma preocupação. Reestruturar o sistema monetário e financeiro, aumentar o papel da moeda na economia, e realizar também uma reforma do sistema fiscal. Por outro lado, pretende-se substituir as normas administrativas de origem ministerial por legislação aprovada pelo Soviete Supremo.

AV: Num processo tão profundo de reestruturação há com certeza questões que ainda estão em aberto ou à procura de solução ou de conceptualização?

O.T.: Sem dúvida. Por exemplo, a questão do mercado socialista e a amplitude ou os limites das leis económicas do mercado; as soluções

para o excesso de liquidez, tais como empréstimos, preços, salários, mercado de habitação, arrendamento da terra e de empresas, aumento das taxas de juro, redução de despesas (militares)...

AV: Como é que se interliga o plano com o mercado?

O.T.: É também matéria ainda em acerto. O plano será menos extenso, com muitos menos índices, mais flexível, procurando estimular os aspectos qualitativos. Exercerá os seus esforços sobre os ajustamentos estruturais, a política dos grandes investimentos, dos grandes programas científicos, dos bens de equipamento, procurando assegurar o equilíbrio macroeconómico e o funcionamento do sistema financeiro, de crédito e de moeda, de modo a criar as condições mais propícias à eficiência e aumento da produtividade das empresas e grupos de produtores. O plano vai continuar a existir, como peça fundamental da orientação do desenvolvimento económico-social, mas deixa de intervir na actividade corrente de cada uma das empresas.

AV: E a questão do rublo transferível?

C.C.: Também está em aberto. A sua necessidade é sentida e são apontadas várias soluções. Parece-nos que ganha terreno a ideia de criarem um rublo paralelo, convertível, na fase inicial, para as empresas, alargando mais tarde ao público — expulsando a outra moeda. A convertibilidade para efeitos externos avançaria primeiro na comunidade socialista — convertibilidade múltipla — e depois com os países capitalistas.

A causa do socialismo

AV: Segundo certos órgãos de comunicação, parece que a reestruturação só se faz de cima para baixo. O que pensas da greve dos mineiros?

C.C.: Não acho que a reestruturação esteja a ser feita assim. Por exemplo, o debate e a revisão de muitas das leis que se está a processar no Soviete Supremo foram suscitados pelos colectivos dos trabalhadores e pela sociedade em geral. A perestroika partiu da iniciativa do Partido, mas perpassa hoje por todas as esferas da vida na URSS. Não deveremos generalizar opiniões, movimentos ou grupúsculos marginais.

Quanto à greve dos mineiros, a informação de que disponho é que foi uma greve justa perante o impasse das autoridades locais. Mas o que é curioso é que a imprensa ocidental não tenha revelado que duas das suas principais reivindicações foram a divulgação pela televisão das suas condições de trabalho, para que a sociedade não pensasse que estavam a pedir privilégios e a reafirmação pública do seu comprometimento com a causa do socialismo, para evitar quaisquer aproveitamentos.

AV: Há um retorno aos métodos leninistas?

C.C.: Há essa procura. Para Lênine o socialismo é um processo vivo, transformador e em transformação. Houve grandes mutações e é reconhecido que é necessário continuar com uma grande reflexão crítica, aprofundando os traços fundamentais do socialismo, tendo em conta as realidades do fim do século.

Vadim Medvédev diz num pequeno opúsculo a propósito da situação na URSS, que não se saberá elaborar uma concepção moderna de socialismo sem se confrontar os ideais e objectivos dos comunistas com a prática social, em primeiro lugar, com a perestroika.

Com os novos métodos o PCUS procura modificar a organização da sociedade aprofundando o socialismo — entregar as terras aos camponeses, as fábricas aos operários, o poder aos soviets —, e «conferir

ao socialismo uma nova qualidade, uma sociedade com possantes forças produtivas, com elevada produtividade do trabalho e eficácia, em que o homem não se encontre isolado, nem dos meios de produção, nem do poder; uma sociedade em que se reforce o lugar central reservado ao homem e à satisfação das suas necessidades materiais e espirituais».

AV: Há quem afirme que estamos a assistir à morte do socialismo e à pujança do capitalismo.

C.C.: Já são muitos e em várias épocas os que passaram a certidão de óbito ao socialismo. Tomam os desejos pela realidade.

O socialismo determinou este século e comporta em si todas as potencialidades de realização dos sonhos e das esperanças mais generosas da humanidade. Muitas das libertações nacionais e conquistas que os trabalhadores obtiveram nas economias capitalistas, devem-se ou foram facilitadas pela existência do sistema socialista mundial.

A difusão da ideia da falência e morte do socialismo, é hoje a primeira linha da propaganda ocidental. Mas o socialismo é necessário e insubstituível e continuará a determinar o curso da humanidade.

A ilusão do capitalismo

O.T.: Quanto ao capitalismo não basta olhar para um terço ou dois terços da sociedade dos países capitalistas desenvolvidos. Nova Iorque não é só Manhattan é também o Harlem. Lisboa não são só as torres das Amoreiras é também o Casal Ventoso e o Bairro Chinês... Grande parte da riqueza acumulada pelos um ou dois terços dessas sociedades vem da troca desigual, da rapina e da exploração dos povos do Terceiro Mundo, que vive numa situação explosiva. Veja-se a dívida externa.

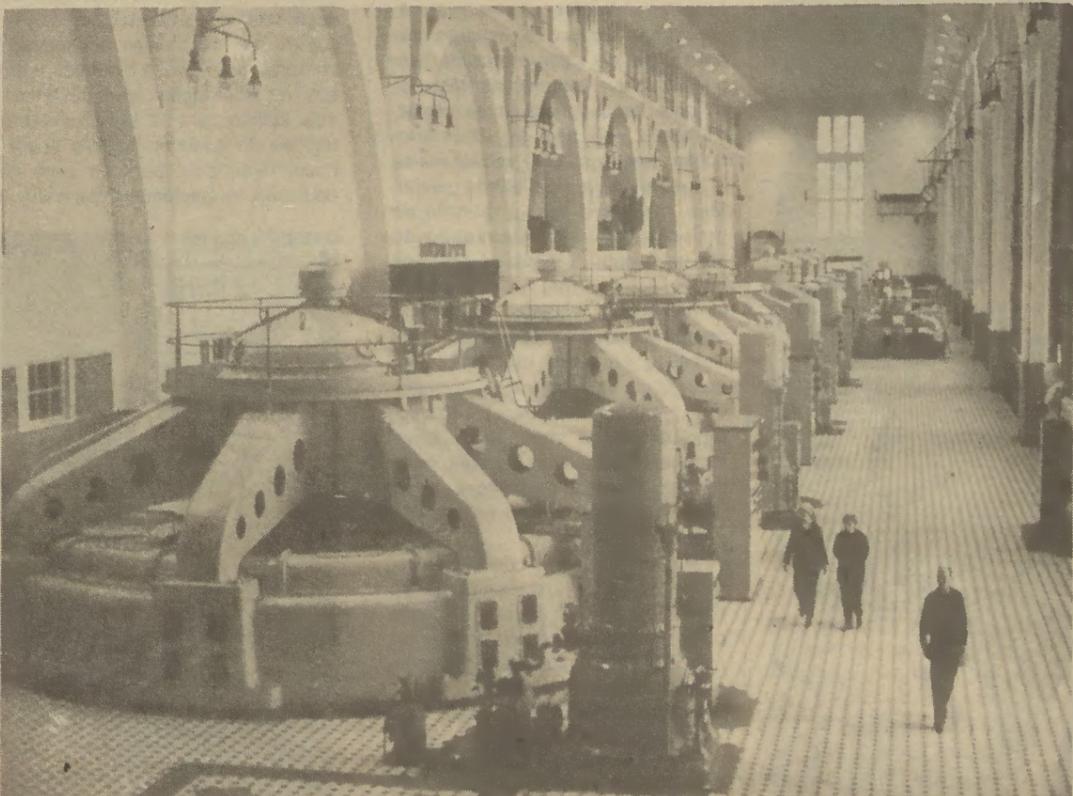
C.C.: O mundo capitalista é um todo, não é só a asséptica Suíça, é também a realidade de cerca de 200 milhões de crianças que são obrigadas a trabalhar, em idade de brincar; é a polarização da riqueza ao «Norte» e a pobreza ao «Sul».

O capitalismo segue com as suas «taras» e contradições, com as suas crises cíclicas e estruturais, económicas e financeiras

AV: Estão a referir-se à recente crise bolsista?

C.C.: Não só. A recente crise bolsista é apenas um aspecto revelador da economia de casino, da desenfreada especulação bolsista, mas que ao contrário de 1987 decorre num quadro em que, segundo muitos economistas, o espectro da recessão nos Estados Unidos é uma realidade. E uma recessão nos Estados Unidos será actualmente muito mais grave dado que este país conhece um endividamento sem paralelo na sua história, endividamento das empresas e endividamento externo. Se isto se verificar, não deixará de ter sérias consequências na Europa.

Aliás os Estados Unidos só fugirão à recessão se passarem os cus-



Desenvolver a indústria é uma preocupação e uma necessidade do desenvolvimento económico

tos para terceiros. Mas não temos só a especulação bolsista, temos também a especulação cambial, pelo que não seria de admirar que se viesse a assistir à «dança das moedas» — desvalorizações e revalorizações (dólar, marco, peseta, franco, libra, coroa dinamarquesa, etc.).

AV: Mas o socialismo também utiliza métodos e instrumentos do capitalismo.

O.T. O que é importante é verificar-se quais são as relações de produção determinantes e qual o sentido da evolução da sociedade.

O socialismo é uma sociedade em transição que, por definição, usará por muito tempo certos métodos e instrumentos utilizados pelo sistema capitalista, que contém elementos mistos, mas que visa a criação gradual de uma sociedade superior fundada sobre os interesses sociais das populações, e não no capital especulativo privado.

Experiências em vez de modelos

AV: No debate de ideias têm aparecido alguns autores que têm mostrado simpatias pelos denominados «Novos Países Industrializados»...

C.C.: Há de facto quem tenha sido tocado pela «graça» neoliberal e cite a Coreia do Sul, o Brasil e até a Turquia, como exemplos de países que conseguiram elevados níveis de crescimento económico. É uma visão deformada da realidade capitalista, que olvida a dimensão social do desenvolvimento, a exploração desenfreada, as desigualdades abissais, os ritmos e a duração de trabalho, os desequilíbrios externos e o facto de grande parte da produção nesses países estar nas mãos das multinacionais que estarão sempre dispostas a realocar as suas empresas se as condições se alterarem. Não basta olhar para a taxa do PIB e das exportações para se tirar conclusões sobre o nível de desenvolvimento e o bem-estar social.

AV: Mas pensas que esses factores são esquecidos?

C.C.: São. Embora haja também quem cite alguns destes países e outros como o Japão e a Suécia não como «modelos» a imitar mas como experiências a estudar no plano sectorial ou nesta ou naquela área — organização, protecção social, ligação da ciência à produção, etc. — com vista a eventuais aplicações e adaptações no quadro socialista. Isto é uma posição bem diferente. O socialismo é um degrau superior do desenvolvimento da civilização, e a perspectiva socialista não pode ficar à margem da experiência histórica mundial.

O.T.: É esta aliás a posição da direcção do PCUS expressa com clareza por Gorbatchov no encontro com Marchais...

AV: Há quem advogue soluções capitalistas e a ajuda do Ocidente, sob a capa da construção da «Casa Comum»...

O.T.: É uma minoria e tende a distorcer a proposta da «Casa Comum». Como sempre acontece nas épocas de grandes transformações também há agora quem se meta no comboio da *perestroika* para que esta saia do quadro dos valores e conquistas socialistas.

C.C.: Há fascinações neoliberais mas sem grande expressão.



A construção de habitações tem vindo a aumentar, apesar das dificuldades

Quanto à ajuda, o que os soviéticos querem é a cooperação mutuamente vantajosa, a liquidação do COCOM (Comissão Coordenadora das exportações para os países socialistas, uma criação da guerra fria, que proíbe as exportações de alta tecnologia) e não «ajudas».

Tenho aqui, na pasta, uma revista francesa, o n.º 9 do «Século XX e a Paz» e pode-se ler na página 89: «A ajuda à URSS deve servir a estratégia e a tática das desnacionalizações»...

Esta opinião é também partilhada, embora com outros cambiantes, pela Comissão da Trilateral que apela a uma estratégia comum de «ajuda condicional a Gorbatchov».

Outros são mais cautelosos. Por exemplo, M. Chevènement (Le Monde, 20/10/89) afirma que com as «ajudas» não se devem colocar exigências explícitas.

A Casa Comum Europeia

AV: Há economistas ocidentais que se têm servido do conceito de «Casa Comum» para emprestarem convicção à teoria de convergência entre sistemas. O que pensam disto?

O.T.: É um empréstimo abusivo.

C.C.: uma coisa é a convergência e a cooperação de Estados com sistemas socioeconómicos opostos, mas com interesses comuns na resolução dos problemas do desarmamento, na paz, na resolução das questões ecológicas, no desenvolvimento...

Outra, é o reconhecimento de que existem similitudes em algumas sociedades com sistemas socioeconómicos diferentes: elevada protecção social, certos graus de socialização da produção, planificação nas empresas.

Outra ainda e bem diferente é a teorização de que os dois sistemas com o seu processo de desenvolvimento se vão encontrar paulatinamente. Aqui, a partir de uma tese preconcebida, escolhem-se dados para comprovar a dita... Não são as vontades ou as fantasias de homens que fazem a história, nem o espírito hegeliano sobrenatural; a fonte do seu desenvolvimento é a contradi-

ção bem terrestre e real da existência social (modo de produção, relações de propriedade...).

AV: O conceito de «Casa Comum» está a materializar-se?

C.C.: Ganha terreno, mas como é sábio, uma nova concepção move-se sempre na dialéctica das contradições. A «Casa Comum» avança num mundo contraditório, num mundo com questões bipolares e multipolares, num mundo interdependente mas simultaneamente com largas zonas de dependência e dominação.

AV: Há quem oponha grande resistência à «Casa Comum»?

C.C.: Há. Mas o socialismo continua a dirigir a luta das ideias e o movimento ideológico em favor das transformações sociais, da paz, da democracia e do humanismo, e é sem dúvida a «mais importante teoria social transformadora do nosso século».

AV: Vocês estiveram no CAME, como vêem o actual modelo de desenvolvimento e qual é a vossa apreciação global da visita?

C.C.: Nós há muito recusamos os modelos. Há traços fundamentais mas não modelos e muito menos modelos acabados. O sistema socialista mundial repousa sobre uma diversidade de formas, de tendências, de tradições culturais e processos históricos, mais a mais na nossa época onde um número crescente de povos, de níveis de desenvolvimento diferentes, escolheram a via socialista.

Por isso terá de haver necessariamente a multiplicidade na vida social e a diferenciação no leque de soluções.

Os fatos por medida não se ajustam a corpos diferentes como a experiência o demonstra.

Confiança na perestroika

O.T.: O CAME tem em mãos um plano complexo de grande envergadura, nomeadamente no domínio da cooperação científica e técnica. Há também uma procura de solução para problemas surgidos, partindo da ideia de que a cooperação estreita entre países socialistas é necessária ao desenvolvimento de todos e

de cada um. No domínio comercial há também grandes reformas em curso.

Quanto à *perestroika* o que nós pensamos é que esta correspondia e corresponde a uma necessidade objectiva — dado o esgotamento e o funcionamento do sistema produtivo face a novas situações, bem como à acumulação de vícios e deformações.

Não é um recuo ao capitalismo. A *perestroika* tem por objectivo dar um novo impulso ao socialismo. Substituir os métodos administrativos pelos métodos económicos e por uma maior intervenção dos trabalhadores.

É um processo revolucionário, complexo, com as dificuldades inerentes à passagem de um sistema de gestão para outro, agravado pelos problemas financeiros e orçamentais, pelas questões interétnicas e autonómicas, pelas resistências de aparelhos administrativos, por impaciências, mas também pela precipitação de medidas ou eventual voluntarismo ou insuficiente ponderação.

C.C.: As lacunas e os erros estão hoje focalizadas no desequilíbrio do mercado. A *perestroika* abarca todas as esferas da vida soviética, o Estado, o Partido, o quadro institucional, o sistema de gestão, as esferas científica e cultural e tem por objectivo dar um salto qualitativo, dar um novo impulso à «criação viva das massas» (para retomar uma expressão de Lênine) em que os valores universais da liberdade, da democracia e da justiça social tenham completa realização. Isto não significa que não se questionem certas medidas, e ritmos, alguns criticismos negativistas ou certos processos. É aliás Gorbatchov quem afirma que a

situação na economia está também ligada às próprias acções e à própria inacção verificada já no decorrer da *perestroika*.

Apesar da situação aguda em abastecimentos e o decorrente descontentamento, apesar da situação tensa em matéria de recursos, os investimentos em ramos prioritários (aonde há atrasos) das construções mecânicas e electrónica praticamente duplicaram. Fizeram-se recentemente grandes descobertas no âmbito dos trabalhos espaciais que em breve poderão ser aplicados na produção. Cresceu o ritmo e o volume de construção de habitações. A esfera dos serviços tem crescido à taxa de 15 por cento ao ano, duas vezes mais rápida do que em anos precedentes, etc.

A URSS já venceu outras dificuldades, é hoje uma grande potência com uma das maiores capacidades científicas do mundo, ocupando o lugar cimeiro em muitos domínios.

Encaramos a *perestroika* com confiança. Tivemos aliás a oportunidade de a exprimir e de formular, em nome do nosso Partido, votos de maiores êxitos ao PCUS para a reestruturação em curso. ■



NICARÁGUA

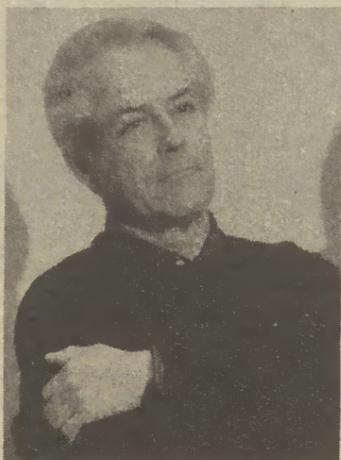
Da vitória militar

à batalha política

Ganhámos a paz. E agora vamos para diante. Esta, em poucas palavras, uma síntese do ponto da realidade política da Nicarágua de hoje, na perspectiva da Nicarágua revolucionária, e do grande movimento no poder — os sandinistas.

Mas como é que se chegou a este ponto, 10 anos depois do derrubamento de Somoza? E o que é que está pela frente? Que problemas, que perspectivas?

Interrogações e factos que foram a base da nossa conversa com Aurélio Santos, do CC do PCP, que teve recentemente a oportunidade de viver algumas semanas na Nicarágua. Num momento particularmente importante da vida do país. Charneira entre a paz que ainda se impõe consolidar, e a preparação de eleições, através das quais se pretende também reafirmar e reforçar a legitimidade democrática do poder actual.



Entrevista com
Aurélio Santos

Isto, num momento de profundas dificuldades no plano económico, a que se tenta dar resposta através de uma política que para já representa também sérios sacrifícios para a população.

Como aqui se chegou

Os traços mais característicos da actual realidade política nicaraguense, comportam em si elementos fundamentais do percurso percorrido.

E foi por aí que começou a nossa conversa.

Nas palavras de Aurélio Santos, «o primeiro elemento» que caracteriza o actual quadro político, «é a derrota militar da contra-revolução». Factor decisivo entre as duas eleições».

Derrota que é estratégica. Pois embora sobrevivam bolsas da contra-revolução, o «banditismo perdeu a capacidade de proceder a operações conjuntas», facto particularmente ligado à desagregação das bases militares, principalmente nas Honduras.

Nesta derrota militar da contra-revolução, cabe peso decisivo à «capacidade de resistência da revolução sandinista, a criação de um Exército moderno com o equipamento necessário, graças ao apoio da URSS, a preparação militar, o alto espírito revolucionário dos seus soldados».

Outro factor — «a solidariedade Internacional (também dentro dos Estados Unidos), e a evolução do quadro político internacional, que impediu uma intervenção directa dos Estados Unidos e tornou possível colocar na ordem do dia o processo de paz na América Central».

Neste contexto, Aurélio Santos sublinhou o impacto da própria transformação da realidade na América Central (transformação estreita-

mente interligada também com a evolução internacional).

«Registou-se uma efectiva «alteração do quadro político da América Central. Estados cuja política externa era ditada pelos Estados Unidos; desenvolvem hoje uma política independente». Disso mesmo são testemunho «os encontros de Fevereiro, entre os presidentes da América Central. O plano de paz para a zona. O fim do apoio externo às forças em confronto».

Uma evolução que tem as suas raízes próprias.

Na opinião de Aurélio Santos, resulta de «uma pressão cada vez maior dos povos da América Central, pela sua independência, com efeitos sobre os governos desses países. Um movimento aliás também estimulado pela própria realidade da Nicarágua», no que podemos considerar como «um contributo histórico» da revolução sandinista.

Processos deste género, verificam-se «no Panamá, Costa Rica, Honduras, Guatemala, Salvador» e assumem o carácter de «um movimento popular pela soberania nacional e pela alteração das condições políticas e sociais».

E agora?

Assim se foram abrindo os caminhos para a paz e os novos processos em curso na Nicarágua. E agora? Em que direcções se avança?

Trata-se, antes do mais, «da reconstrução do país, no plano económico, e ainda, o próprio desenvolvimento da organização da sua vida política». O que no imediato

tem a sua expressão na realização das eleições de 25 de Fevereiro de 1990, que o governo sandinista considera como um passo no «aperfeiçoamento da democracia».

O que está actualmente na ordem do dia é uma «transferência da confrontação entre as forças revolucionárias e a contra-revolução, para a frente política».

O que significa também a realização de eleições, a existência e acção legal de partidos políticos os mais diversos, alguns directamente

ligados à contra-revolução, um trabalho quotidiano de esclarecimento e de convencimento.

Aurélio Santos esboçou um breve panorama do actual quadro político.

«Hoje há mais de 20 partidos, para além da Frente Sandinista. 14 destes partidos uniram-se num bloco de direita, abertamente contra-revolucionário, ligado aos projectos do imperialismo — UNO.

«Agarram-se à situação económica difícil, acusam os sandinistas

de incapacidade de gestão e... fazem promessas que correspondem ao programa da Frente Sandinista, pois no fundo é essa a única forma de conseguir a adesão popular».

Uma tática que significa que «as forças reaccionárias não podem deixar de ter em conta as alterações radicais que a revolução trouxe consigo: os direitos políticos e sociais, a participação popular na vida política, a saúde, a educação, a independência nacional».

E que testemunha ainda da «sua





incapacidade de elaborar um programa próprio». São partidos formados por políticos do tempo de Somoza.

Para Aurélio Santos, «a única força com base popular e forte implantação (em particular entre a juventude e as camadas mais activas da população) — é a Frente». Este é um dos dados mais importantes da situação.

E Aurélio sublinha: «A confiança é tal que mesmo em situação pré-eleitoral avança com profundas — e dolorosas — reformas para resolver os problemas económicos».

A nova política económica

As destruições da guerra, a herança dos tempos de Somoza, o boicote imperialista, a lógica dos preços internacionais, em que dominam os interesses das multinacionais, e as próprias dificuldades e deficiências que nascem no processo revolucionário — geraram uma situação económica difícil, com uma elevada inflação.

É neste quadro, e apesar de se viver uma situação pré-eleitoral, que o governo sandinista lança a nova política económica.

«A nova política económica, — diz-nos Aurélio Santos — foi implementada no início deste ano. Visa deter a inflação e aumentar a produção, e passa por uma reforma monetária, pela racionalização dos preços, medidas de redução do aparelho de Estado, e outras, que abalam alguns sectores da sociedade».

Como exemplo das repercussões sociais negativas, temos, aumento de preços (que eram subsidiados); a mudança de ocupação de alguns sectores de trabalhadores, e mesmo situações provisórias de desemprego, que se tenta resolver, nomeadamente pelo maior desenvolvimento da agricultura, sector chave do desenvolvimento económico, e uma orientação do investimento na indústria, preferencialmente para os ramos de mais rápida rentabilização».

A dureza das medidas da nova política económica, terá que ser entretanto apreciada no quadro das «garantias sociais que a revolução lançou na Nicarágua, em particular no que respeita à saúde e ao ensino».

«Nestes domínios — salienta Aurélio Santos — um enorme progresso foi conseguido nos primeiros anos da Revolução. Com a guerra registaram-se depois alguns recuos, que hoje se está a tentar recuperar, nomeadamente no que se refere à alfabetização».

A paz poderá trazer um novo fôlego — também no plano económico — ao povo da Nicarágua. «Pensa-se, com a redução das despesas militares, proceder a uma reconversão do orçamento».

A questão da democracia

A guerra deixou traços tão profundos e dolorosos na sociedade, em cada família, que qualquer ameaça da sua continuação é sentida como problema maior, e com angustiada inquietação. E assim, tal ameaça é utilizada, pela contra-revolução.

Em pleno processo eleitoral, a

contra-revolução mantém viva a perspectiva de continuidade da guerra, em caso de derrota eleitoral. O que corresponde a manter um instrumento de pressão claramente externo, pois são os EUA que mantêm e alimentam os «contra», e com eles, a guerra.

Uma muito particular concepção de democracia... imperialista.

Bem outra é a concepção de democracia dos sandinistas.

Aurélio Santos falou-nos, por exemplo, da rádio aberta.

Durante uma ou duas horas por dia, a Rádio Sandino tem microfones abertos à população, com debates públicos sobre todo e qualquer problema, desde os preços, às bichas, ou queixas referentes a serviços ou medidas políticas.

Um facto do quotidiano, que se articula perfeitamente com as mais vastas iniciativas políticas que a Frente sandinista tem vindo a assumir.

A Frente «lançou o diálogo nacional com todas as forças políticas.

Diálogo que se realizou numa mesa redonda com o presidente da Nicarágua, transmitida em directo pela TV, e onde foram apresentadas e discutidas propostas de concertação e assinado um acordo político.

«Esse acordo, assinado em 4 de Agosto, define as formas de participação de todos na vida política da Nicarágua».

das eleições, para que estas sejam incontestáveis».

As perspectivas

«Tudo indica que a Frente verá expresso no plano eleitoral o apoio popular de que goza, apesar da intervenção imperialista, que se manifesta também nos apoios canalizados para a oposição», diz-nos Aurélio Santos, que valoriza em particular, «a ligação da Frente às massas. A capacidade de continuar sendo a força que exprime as aspirações populares. A capacidade de espírito crítico e de diálogo permanente, apesar de serem poder».

Uma realidade muito rica e politicamente significativa que impõe «solidariedade internacional e apoio ao processo em curso, para pôr fim à guerra e reforçar o desenvolvimento da democracia». ■



Da imprensa

Matérias de «Barricada» (Agosto/89)

• «O comportamento da maioria do povo face aos sacrifícios e custos sociais impostos pela dura situação económica que atravessamos, é a melhor resposta (...). A estabilidade social que deriva da confiança do povo no Governo revolucionário constitui uma falta fundamental noutros países latino-americanos, onde as tentativas de aplicar programas de ajustamento, a partir de uma situação económica infinitamente mais favorável que a nossa, terminaram em sangrentas explosões de violência social».

• «Paradoxalmente, a Nicarágua conta a médio prazo com algumas vantagens sobre a maioria dos países do continente. A independência política conquistada e defendida pela revolução durante dez anos, a ampla gama de relações internacionais do nosso país, a associação vantajosa com muitos países socialistas, e o interesse de alguns países desenvolvidos da Europa em apoiar este projecto original de revolução que encerra o potencial de ser, talvez, a única alternativa viável para muitos países do continente, são algumas das nossas vantagens. Por outro lado contamos com a possibilidade inexistente no resto do continente de mobilizar a imensa maioria das forças económicas e sociais do país para a concretização de objectivos de Interesse Nacional».

• «Hoje as perspectivas são melhores que há pouco tempo

atrás. A guerra, ainda que não tenha desaparecido, diminuiu consideravelmente de intensidade, a política norte-americana de agressão militar está em avançado processo de derrocada total, e a realização das próximas eleições abre a oportunidade de transferir a solução das contradições políticas e sociais do campo militar para o campo político-ideológico, no quadro de uma democracia em processo de permanente aperfeiçoamento».

• «Claro está que as eleições não esgotam a democracia política, mas acabaram por se converter numa prova de fogo para a legitimidade e o consenso dentro da cultura ocidental, incluindo nos países revolucionários e socialistas. Sem a legitimidade ou consenso não se pode governar democraticamente. Quando falamos de eleições não nos estamos a referir apenas à possibilidade de eleger um presidente, mas à possibilidade de conhecer abertamente, sem segredos, como está o país a ser governado; discutir e optar por diferentes alternativas políticas e sociais; possibilidade de se organizar de acordo com os interesses de cada indivíduo, grupo ou classe social; criticar e exigir transparência em todos os assuntos que nos dizem respeito. Isto só se pode colocar em presença de diversas organizações e ideologias políticas e só se pode concretizar real e potencialmente dentro de um regime revolucionário. Veja-se como a prática democrática da perestroika e do sandinismo está longe de todos os regimes políticos contemporâneos».

Para uns há muito para outros...

Em 16 de Outubro uma portaria assinada conjuntamente por Cavaco Silva e Miguel Cadilhe estipulava o aumento do vencimento do Director-Geral da Administração Pública. Este inocente e bem intencionado documento, coitado do sr. director, sabemos lá nós com que dificuldades ele vivia, não parecia, aos olhos de um leigo, ter grandes repercussões. Mas era uma engano...

Quem o concebeu e assinou, conhecedor de leis, sabia à partida que o decreto vigente iria aumentar automaticamente na mesma percentagem o ordenado do Presidente da República, seguindo-se em cadeia e igualmente na mesma proporção os modestos salários dos restantes titulares dos cargos políticos. Seria uma verdadeira festa se esta espécie de epidemia se transmitisse ao comum dos cidadãos. Mas nada disso! Infelizmente não é possível. E sabem porquê? simplesmente porque é «inconstitucional»! Pois é um remédio bestial para este

género de doenças. De facto, tal foi o termo empregado pelo PSD para qualificar um projecto de lei do PCP sobre o aumento das reformas e pensões, certamente bem mais modesto que os chourudos 56 por cento. Inconstitucional diziam porque o referido projecto iria aumentar as despesas do já tão empobrecido Estado...

Tirar à UCP para dar à Torralta

Por simples telegrama e desrespeitando os mais elementares direitos humanos, sem qualquer proposta de alternativa, o Governo ordenou de forma violenta que fossem retirados às UCP Pedro Soares em favor da Torralta-Clube Internacional de Férias, 1174,7 hectares correspondente à totalidade das Herdades de Água Todo o Ano e Chaminé. Além da terra foram retirados 721 cabeças de gado e diversas máquinas, alfaias e outro equipamento.

A notícia chegou aos órgãos de Comunicação Social através dum telex do Secretariado das UCPs/Cooperativas Agrícolas

Pontos Cardeais

do Concelho de Montemor-o-Novo.

Obviamente, não mereceu grande atenção.

Assim se vai escondendo uma das múltiplas manifestações da política antinacional do Governo Cavaco...

Puro e simples ódio contra a Reforma Agrária está na base da ofensiva, que prossegue nos campos do Sul. Uma ofensiva que no caso concreto da «Pedro Soares» significa inviabilizar «a principal empresa empregadora numa localidade, que assim fica reduzida em 36% da sua área de actividade, com inevitáveis consequências para os 90 trabalhadores e para a população local». No «dicionário» do Governo cavaquista **progresso** quer dizer **destruição**. Os factos comprovam-no

«É nossa»...

O homem atirou-se ao Tejo. Guiou um táxi. Faz visitas e

promessas em série. Prática e promete espectáculo ao vivo. Agora vai mais longe: prometeu pôr «os alfacinhas de cabeça no ar» por causa dum fogo de artifício e garante: «Lisboa é nossa». A propósito deste ridículo episódio (ver anúncios na Imprensa desta semana) é caso para perguntar se Marcelo não desejaria enfiar uns tantos capacetes colonistas nas cabeças de alguns lisboetas. É que já os outros diziam «Angola é nossa»... Cuidado, Marcelo.

Corruptos

Freitas convocou uma conferência de Imprensa, Atacou Abecasis. Disse que não havia «crise» no CDS. E foi mais longe: garantiu que a estratégia eleitoral do PSD é de **corrupção política**. Os eleitores do CDS no concelho de Lisboa ficam esclarecidos: quando votarem Marcelo/PSD em 17 de Dezembro já sabem o que estão a apoiar...

Gazetilha

por Ignotus Sum

O (des)graça

O Graça tem graça? Grassa grassa nele a confusão. Quando o Graça passa, passa passa a cavaqueação...

Graça-dente-podre enlaça enlaça a mentira, e tira a mentira da desgraça na desgraça da mentira...

Gama, no longe que encobre, descobre céu, mar e ventos enquanto o Graça descobre descobre os... descobrimentos.

O seu anticomunismo já tem «canudo». Ora toma! Já o analfabetismo tem o direito... ao diploma...

Os que saem e os que entram...

Sai milhão após milhão sai milhão para a CEE Tambalalão... O que pensa disto o Zé?

Responde o Zé com os seus botões, tostão a tostão: — Milhões que saem, são meus os milhões que entram não são...

Assim é na CEE tambalalão!

Epigrama

— Temo que vá, neste dia, dar a alma ao Criador... Assim, D. Economia chama Cavaco, o doutor.

— Estou quase a dar o fora... diz. E o doutor com virtude: — Não pense nisso! A senhora agora vende saúde...

Os salários e a inflação

Nem tudo são males muitos e vários. Hoje todos sabemos que os salários crescem segundo a inflação. Pois se isto acontecer o povo lá se amanha.

Ah, esquecia-me de dizer que isso é assim — mas em Espanha...

Qual?

Assim aconteceu: o défice cresceu.

Vale bem menos o dinheiro se mais devemos ao estrangeiro

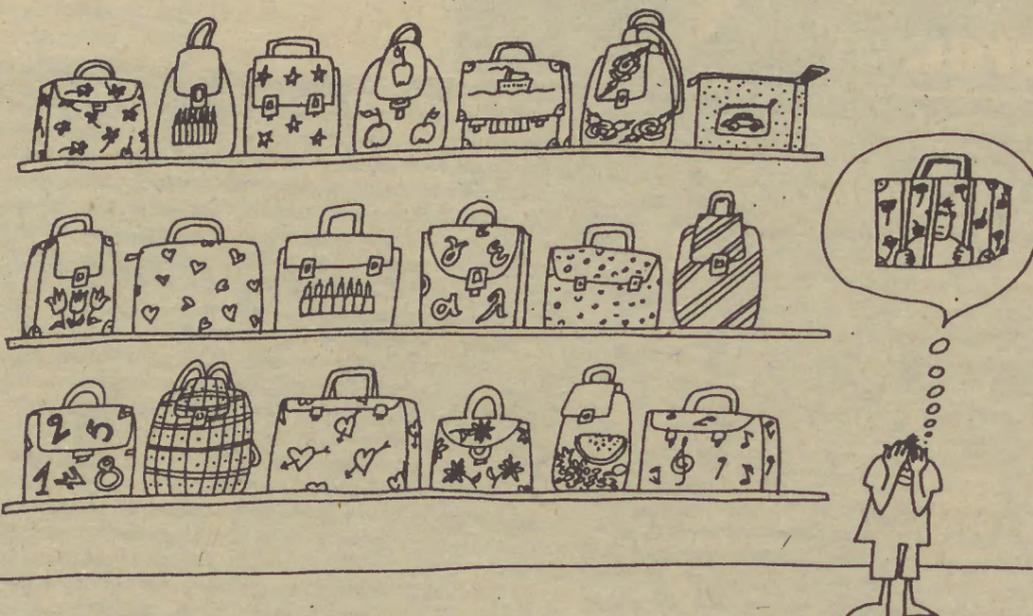
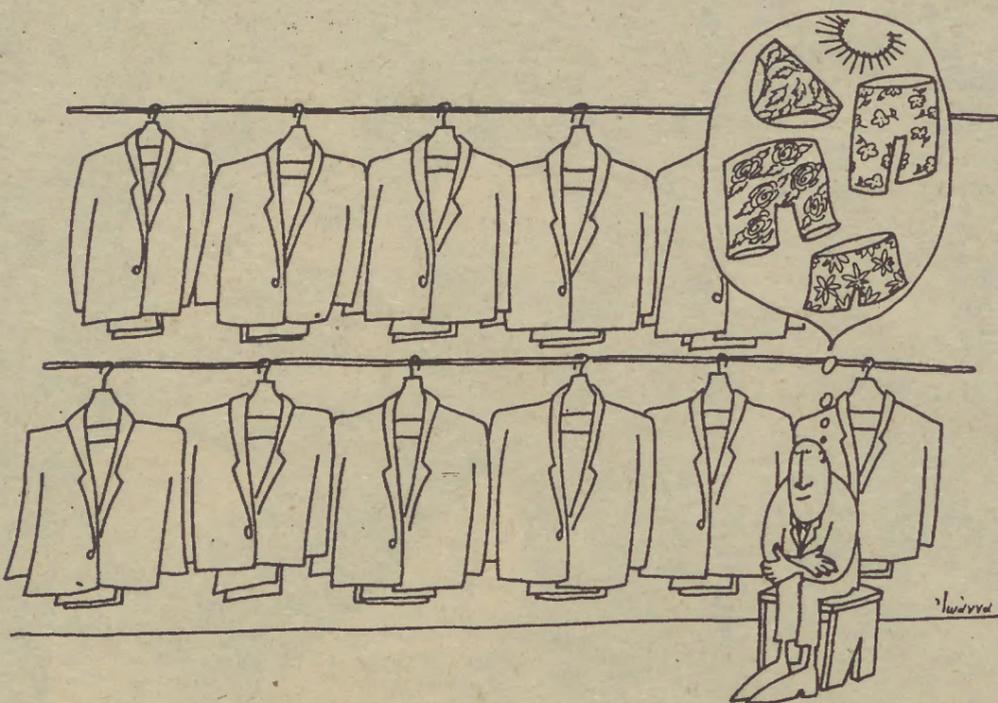
Governo diz diz que afinal isto é bom para o País.

Para o País? Mas qual?...

Consequência lógica

Ter casa, neste momento custa mais vinte por cento. E aqui se vê a atenção com que Cavaco isto encara: sendo a habitação mais cara mais ajuda a habitação...

Com Cavaco no Poder tempos hão-de acontecer fazendo ele mais das suas que o povo, ante as altas rendas, tenha de dormir em tendas ou na valeta das ruas...



Agenda

Avante!

Ano 59 — Série VII
N.º 826

26 de Outubro e 1989

4.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

Quinta 26

LISBOA

Encontro de Álvaro Cunhal com os trabalhadores da cidade de Lisboa sob o tema «O PCP e as eleições autárquicas». A partir das 18.30 no Fórum Picoas, Av. Fontes Pereira de Melo.

— às 21.30 no salão da Junta de Freguesia.

MOSCAVIDE

Sessão de apresentação de candidatos — na Casa da Cultura, às 21.30.

ALMADA

Com participação de Álvaro Cunhal, sessão de esclarecimento promovida pelo PCP sobre as eleições autárquicas — no Ginásio Cine da SFUAP (Cova da Piedade) às 21.30.

Sexta 27

SANTA IRIA DA AZÓIA

Sessão para apresentação dos candidatos aos órgãos da freguesia — às 21.30 na Sociedade 1.º de Agosto.

PRIOR VELHO

Sessão de apresentação de candidatos

LISBOA

Sessões de apresentação dos candidatos às respectivas freguesias, promovidas pela coligação Por Lisboa:

— freguesia da Sé — às 21.00 na Escola Primária N.º 51;

— freguesia de Marvila — às 21.00, na Comissão de Moradores da Zona I (Chelas);

— freguesia do Beato — às 21.00 na Comissão de Moradores do Alto dos Toucinheiros;

— freguesia de St.ª Engrácia — às 21.30 na colectividade «Sempre Unidos».

Sábado 28

PORTO

Reunião geral de militantes das células de empresa do PCP do Porto — a partir das 15.30 no Centro de Trabalho da Boavista.

LISBOA

Sessões de apresentação dos candidatos às respectivas freguesias, promovidas pela coligação Por Lisboa:

V. FRANCA DE XIRA

Com a participação de Álvaro Cunhal, comício da CDU para apresentação dos candidatos aos órgãos autárquicos do concelho: às 16.30 no Cine-Teatro de V.F. de Xira.

PONTINHA

Comício da CDU para apresentação de candidatos, com a participação de Álvaro Cunhal: às 21.30 na Escola Primária do Falcão.

LISBOA

Sessão promovida pela coligação Por Lisboa para apresentação dos candidatos à freguesia de Alcântara — no salão da Junta de Freguesia, às 16.00.

Outras acções de esclarecimento promovidas pela coligação Por Lisboa: porta a porta na freguesia de Sta. Engrácia a partir das 15.00; visita guiada à freguesia de Marvila — a partir das 10.00; visita e encontros com a população do Casal Ventoso — a partir das 14.30.

Concerto para a Juventude — no Jardim da Parada (Campo de Ourique), às 21.00, com o grupo Linha Geral.

COSTA DA CAPARICA

Sessão de apresentação dos candidatos da CDU à freguesia — com início às 15.00, na colectividade «Amigos da Costa», com a participação do camarada José Manuel Mendes.

CHARNECA DA CAPARICA

Sessão promovida pela CDU para apresentação dos candidatos à freguesia — às 16.00, no Centro de Dia de reformados.

MONTIJO

Sessão pública de apresentação dos candidatos aos órgãos autárquicos do concelho — às 15.30, nas antigas instalações dos Bombeiros Voluntários (junto à Câmara Municipal).

Sessão de apresentação de candidatos da freguesia de Atalaia — às 21.00 na Sociedade Recreativa Atalaiense.

SESIMBRA

Plenário de militantes da Quinta do Conde — às 21.30 no Centro de Trabalho do Partido; plenário conjunto dos militantes das freguesias de Santiago e Castelo — às 15.00 no Externato Sta. Joana.

S. BRÁS DE ALPORTEL

Jantar de candidatos e apoiantes da CDU — às 19.30, no café-restaurant «A Lareira» (Rua da Fonte da Teilha, junto às piscinas municipais).

CAMPO MAIOR

Sessão de apresentação dos candidatos da CDU aos órgãos autárquicos do concelho e debate sobre o programa eleitoral — às 21.00, na Casa do Povo, com a participação do camarada Diamantino Dias.

TORRES VEDRAS

Almoço de apoiantes da CDU para apresentação dos candidatos aos órgãos autárquicos do concelho.

Domingo 29

AMADORA

Encontro nacional da Juventude CDU sobre as eleições autárquicas — a partir das 10 e até às 19.00, no pavilhão da Académica da Amadora, com a participação de jovens activistas de todo o país e designadamente dos candidatos, e também de Álvaro Cunhal, que intervirá no encerramento do encontro.

No final, convívio musical com o grupo «Peace Maker».

FARO

Plenário distrital de candidatos e activistas da CDU para preparar a intervenção da CDU em cada concelho, na perspectiva das eleições autárquicas — a partir das 10.00, nas instalações da Escola Secundária de Oihão.

LOURES

Sessão de apresentação de candidatos à freguesia de Louisa — às 17.30 na colectividade.

AFONSOEIRO

Inauguração da sede da CDU e sessão de apresentação dos candidatos à freguesia — às 16.00.

LISBOA

Almoço convívio promovido pelas organizações de freguesia do PCP de Sta. Engrácia e Penha de França — a partir das 13.00 na Voz do Operário.

SOBRAL DE MONTE AGRÃO

Almoço-convívio e de apresentação dos candidatos da CDU, com a participação do camarada José Casanova.

Quarta

OEIRAS

Encontro concelhio da CDU

MOITA

Encontro CDU para apresentação dos cabeças de lista aos vários órgãos autárquicos concelhios e aprovação do programa eleitoral — às 15.00 na colectividade «Estrela Moitense».

Espaço Jovem Projecto de Futuro

Encontro nacional da Juventude CDU sobre as eleições autárquicas

Domingo das 10.30 às 19
no Pavilhão da Académica da Amadora

Intervenção de encerramento por Álvaro Cunhal

No final convívio musical com os «Peace Maker»

O PCP e as Eleições Autárquicas

ENCONTRO DE
ÁLVARO CUNHAL
COM OS TRABALHADORES
DA CIDADE DE LISBOA



Hoje

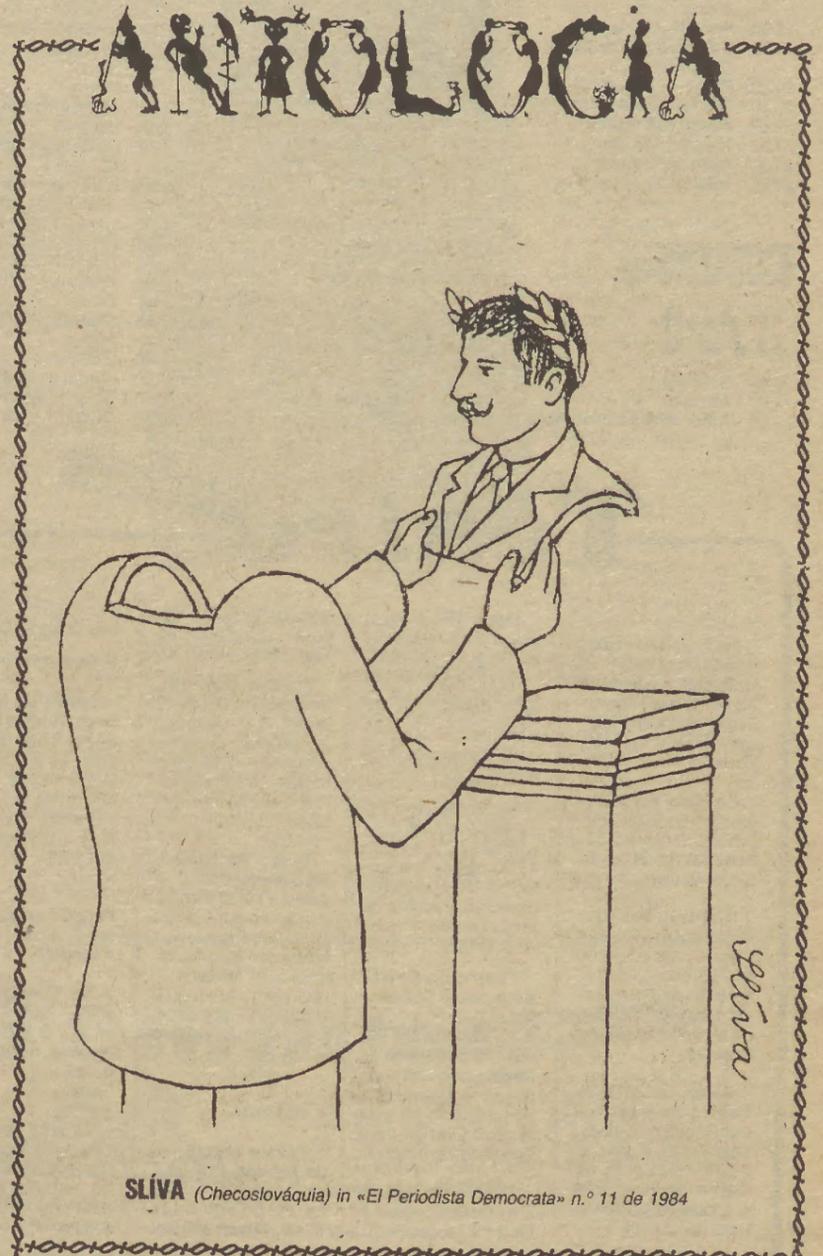
26 de Outubro de 1989
18.30 horas
Forum Picoas

O secretário-geral do PCP participa ainda nas seguintes iniciativas:

• Amanhã, às 21.30, na sessão de esclarecimento promovida pelo PCP em Almada (Ginásio-Cine da SFUAP)

• No sábado em dois comícios promovidos pela CDU: em Vila Franca de Xira (no Cine-teatro às 16.00) e na Pontinha (na Escola primária do Falcão, às 21.30)

• No domingo no Encontro Nacional da Juventude CDU (Académica da Amadora).



SLÍVA (Checoslováquia) in «El Periodista Democrata» n.º 11 de 1984

TV **O Programa**

Quinta ²⁶

RTP1

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - À Dez
- 12.05 - Amor com Amor de Paga (64.º epis.)
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Um Anjo na Terra (16.º epis.)
- 14.15 - Chuva na Areia (57.º e 58.º epis.)
- 15.05 - Com Edmund Hillary nos Himalaias (5.º epis.)
- 16.40 - Hospital Central (14.º epis.)
- 17.25 - Brinca brincando
- 18.20 - Bairros Populares de Lisboa - Saldanha
- 18.50 - Jogo de Cartas Concurso, 11.ª sessão)
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.15 - Sassaricando (156.º epis.)



- 21.05 - Capricho dos Deuses (série, 1.º epis.)
- 22.05 - Histórias do Incrível e do Bizarro
- 22.55 - 24 horas
- 23.25 - Remate

RTP2

- 15.00 - Filhos e Filhas (331.º epis.)
- 15.25 - Agora escolha
- 16.55 - O Rapaz do Campo (3.º epis.)
- 17.20 - Trinta Minutos Com...
- 17.50 - Pacto de Sangue (16.º epis.)
- 18.30 - Anna (2.º epis.)
- 19.20 - O Reverso da Medalha (20.º epis.)
- 20.20 - Primeiro Andamento
- 20.50 - Obras-Primas da Pintura
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Maude (129.º epis.)
- 21.55 - Hora da Verdade
- 23.00 - Hitchcock Apresenta...

Sexta ²⁷

RTP1

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - Às Dez
- 12.05 - Amor com Amor se Paga

- 13.00 - Jornal da tarde
- 13.30 - Gloss (20.º epis.)
- 14.15 - Chuva na Areia
- 15.10 - Com Edmund Hillary nos Himalaias 10.º epis.)
- 15.45 - Ponto por Ponto
- 16.40 - Hospital Central (15.º epis.)
- 17.25 - Brinca brincando
- 18.20 - Bairros Populares de Lisboa - Rato
- 18.50 - Espectacular Recordes Guinness
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim meteorológico
- 20.15 - Sassaricando
- 21.05 - Nova Missão Impossível (6.º epis.)
- 22.05 - Telemundo
- 22.35 - Chefe, mas pouco (15.º epis.)
- 23.05 - 24 Horas
- 23.35 - Remate
- 23.45 - Pela Noite Dentro - «Mistério das Caraíbas», real. Robert Lewis (EUA/1983, 93 min)

RTP2

- 15.00 - Filhos e Filhas
- 15.25 - Agora, Escolha
- 16.55 - 3, 2, 1 Contact (5.º epis.)
- 18.30 - Haja música



- 19.30 - O Reverso da Medalha (8.º epis.)
- 20.30 - As Cidades e as Terras
- 20.50 - Obras-Primas da Pintura
- 21.00 - Jornal das Nove



- 21.30 - À Beira do Fim (3.º epis.)
- 22.20 - Acerto de Contas
- 22.50 - A Era Nuclear (6.º epis.)
- 23.50 - Rotações

Sábado ²⁸

RTP1

- 09.00 - Juventude e Família
- 12.00 - Histórias de Ópera (2.º progr.)

- 13.00 - Notícias
- 13.10 - Oito e Basta! (5.º epis.)
- 14.05 - Parlamento
- 14.30 - Crime, Disse Ela (18.º epis.)
- 15.30 - Cousteau - A Redescoberta do Planeta (6.º epis.)



- 16.30 - Sessão da Tarde - «Em Busca dos Deuses», real. Jud Taylor (EUA/1975, 94 min.)
- 18.00 - ViváMúsica
- 18.45 - O Ser e o Não Ser (6.º epis.)
- 19.15 - Sete Folhas
- 19.45 - Totoloto
- 20.00 - Jornal de Sábado
- 21.15 - Boletim Meteorológico
- 21.30 - Esta Noite Sonhei com Bruegel - série, adapt. do romance homónimo de Fernanda Botelho, real. de Artur Ramos (1.º epis.)
- 22.35 - Pisca, Pisca (3.º progr.)
- 23.35 - Cinema da Meia-Noite: «O Parente Mais Próximo», real. Sidney Lumet (EUA/1969, 105 min.)

RTP2

- 09.00 - Via Rápida
- 10.00 - TV 101 (6.º epis.)
- 10.50 - A Aventura do Impossível (7.º epis.)
- 12.00 - Compacto «Amor com Amor se Paga»
- 16.00 - Estádio
- 19.30 - Music Box Especial
- 20.10 - Fanny e Alexandre (6.º epis.)
- 21.15 - Estádio

Domingo ²⁹

RTP1

- 09.00 - Juventude e Família
- 10.15 - TV Rural
- 10.45 - 70x7
- 11.15 - Missa
- 12.00 - Juventude e Família
- 13.00 - Notícias
- 13.10 - Os Últimos Marinheiros (2.º epis.)
- 14.05 - A Última Ordem (longa-metragem, real. Delmer Daves, EUA/1954)
- 16.00 - Primeira Matiné - «A Colina da Saudade», real. Henry King (EUA/1955, 98 min.)
- 17.45 - Ricardina e Marta (6.º epis.)
- 18.50 - McGyver (6.º epis.)
- 20.00 - Jornal de Domingo
- 20.30 - Boletim Meteorológico
- 20.35 - Querido John (6.º epis.)



- 20.45 - Artes e Letras: «Retrato de Richard Burton (1.ª parte)
- 21.50 - Cineclub - «A Justiça de Jesse James», real. Nicholas Ray (EUA/1956, 91 min.)
- 21.10 - Depois da Guerra (5.º epis.)
- 22.10 - Domingo Desportivo

RTP2

- 9.00 - Music Box Especial
- 10.00 - Troféu
- 13.00 - Caminhos
- 13.30 - Novos Horizontes
- 14.00 - Troféu
- 17.00 - Sobrevivência (6.º epis.)
- 18.30 - Imagem e Imagens
- 19.00 - Café Central (3.º progr.)
- 20.00 - Os Trintões (5.º epis.)

Segunda ³⁰

RTP1

- 09.00 - Bom dia
- 10.00 - À dez
- 12.05 - Amor com Amor se Paga
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - A Rota de Howard
- 14.15 - Chuva na Areia
- 15.10 - Com Edmund Hillary nos Himalaias
- 15.45 - Ponto por ponto
- 16.45 - O Hospital Central
- 17.25 - Brinca brincando
- 18.30 - Bairros Populares de Lisboa - Estrela
- 18.50 - Jogo de Cartas
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim meteorológico
- 20.15 - Sassaricando
- 21.05 - Ladrões na Noite (série, 1.º epis.)
- 23.05 - 24 Horas
- 23.35 - Remate.

RTP2

- 15.00 - Filhos e Filhas
- 15.25 - Agora Escolha
- 16.55 - Os Cinco
- 17.25 - Trinta Minutos Com...
- 17.50 - Pacto de Sangue
- 18.30 - A Jangada da Aventura
- 19.30 - O Reverso da Medalha
- 20.20 - Elogio da Leitura
- 20.45 - Obras Primas da Pintura
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Teatro «Gertrude Stein e a sua companheira»
- 23.00 - Memória Audiovisual.

Terça ³¹

RTP1

- 09.00 - Bom dia
- 10.00 - Às Dez
- 12.05 - Amor com Amor se Paga
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Dallas
- 14.15 - Chuva na Areia
- 15.15 - Com Edmund Hillary nos Himalaias
- 15.45 - Ponto por Ponto
- 16.45 - O Hospital Central
- 17.30 - Brinca brincando
- 18.30 - Bairros Populares de Lisboa
- 18.50 - Jogo de Cartas
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim meteorológico
- 20.15 - Primeira Página
- 22.05 - Crónica do Crime
- 23.05 - 24 horas
- 23.35 - Remate.

RTP2

- 15.00 - Filhos e Filhas
- 15.25 - Agora Escolha
- 16.55 - Os Filhos dos Flistones
- 17.20 - Trinta Minutos Com
- 17.50 - Pacto de Sangue
- 18.30 - Music Box Via rápida
- 19.25 - O Reverso da Medalha
- 20.20 - Magazine Cinema
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Cinema Dois «Repulsa», real. Roman Polanski (1965)

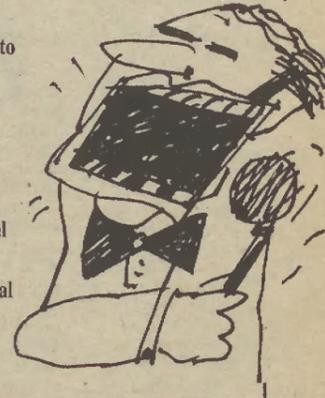


Filmes

- «Mistério das Caraíbas» - 6.ª, 23.45 - RTP-1
- «Em Busca dos Deuses» - sáb., 16.30, RTP-1
- «O Parente Mais Próximo» - sáb., 23.35, RTP-1
- «A Última Ordem» - dom., 14.05, RTP-1
- «A Colina da Saudade» - dom., 16.00, RTP-2
- «A Justiça de Jesse James» - dom., 21.50, RTP-1
- «Repulsa» - 3.ª, 21.30, RTP-2
- «A Mulher Que Viveu Duas Vezes» - 4.ª, 21.20, RTP-1

Música

- Quinta
- 20.20, RTP-2: Primeiro Andamento
- Sexta
- 18.30, RTP-2: Haja música
- Sábado
- 09.00, RTP-2: Via Rápida
- 18.00, RTP-1: Vivamúsica
- 19.30, RTP-2 Music Box Especial
- Domingo
- 09.00, RTP-2: Music Box Especial
- Quarta
- 23.35, RTP-2: Som da Surpresa



Desporto

- Remate - RTP-1, 5.ª (23.25), 6.ª (23.45), 2.ª (23.35), 3.ª (23.35) e 4.ª (23.40).
- Rotações - RTP-2, 6.ª, 23.50
- Estádio - RTP-2, sáb. 16.00 e 21.15
- Troféu - RTP-2, dom. 10.00 e 14.00
- Domingo desportivo RTP-1, 22.10

Quarta ¹

RTP1

- 09.00 - Bom dia
- 10.00 - Às dez
- 11.00 - Missa
- 12.30 - Amor com Amor se Paga
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Feriados Nacionais
- 13.40 - Colt em Acção
- 14.15 - Chuva na Areia
- 15.15 - Com Edmund Hillary nos Himalaias
- 15.45 - Ponto por Ponto
- 16.45 - Hospital Central
- 17.25 - Brinca brincando
- 18.20 - Bairros Populares de Lisboa
- 19.00 - Jogo de Cartas
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim meteorológico

- 20.15 - Sassaricando
- 21.05 - Vamos jogar no Totobola
- 21.20 - Lotação esgotada «A Mulher Que Viveu Duas Vezes» («Vertigo»), real. Alfred Hitchcock (EUA/1958, 100 min.)
- 23.10 - 24 Horas
- 23.40 - Remate.

RTP2

- 15.00 - Filhos e Filhas
- 15.25 - Agora, escolha
- 16.55 - Os Campbells
- 17.30 - Trinta Minutos Com...
- 18.00 - Pacto de Sangue
- 19.00 - Aventura da Vida
- 19.30 - O Reverso da Medalha
- 20.30 - Lusitânia Expresso
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Dona Beija
- 23.00 - Som da Surpresa

Teatro **O Cartaz**

• LISBOA

Casa da Comédia, Rua S. Francisco Borja, 24. De 3.ª a dom., às 22.00. **What Happened to Madalena Iglésias?**, de Filipe La Féria.

Comuna, Pç. de Espanha, **Café-Teatro**. 6.ª e sáb. às 23.30. **Festival da Otite**, de Carlos Paulo.

Instituto Franco-Português - Av. Luís Bivar, 91. De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16 h. **Boulevard Boulevard**, de Georges Feydeau, enc. Carlos Quevedo.

Palco Oriental - **Teatro do Beato** - Cç. Duque de Lafões, 78. 6.ª, sáb. e dom. às 22.00. **Navalha na Carne**, de Plínio Marcos, pelo Teatro Os Patolas (até 29/10).

Teatro ABC, Parque Mayer. De 3.ª a dom. às 20.30 e 22.45, dom. também às 16.00. **Al Cavaquinho**, de E. Damas, C. Oliveira, M. Simões e P. César, enc. Camilo de Oliveira.

Teatro Aberto, Pç. de Espanha. De 5.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **Happy end**, textos de Dorothy Lane/Bertold Brecht, enc. de João Lourenço, pelo Novo Grupo.

Teatro do Balro Alto, Rua Tenente Raúl Cascais, 1-A. De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **Céu de Papel**, montagem de textos de Pirandello e Beckett, enc. de Luís Miguel Cintra, pelo Teatro da Cornucópia.

Teatro da Graça, Trav. de S. Vicente, 11. De 3.ª a sáb. às 21.00,

dom. às 16.00. **O Filho do Ar**, pelo Grupo de Teatro Hoje. Até dia 29.

Teatro Maizum, Rua dos Poiais de S. Bento, 75-B (Casa dos tabuenses). De 5.ª a sáb. às 21.30. **Um Demónio na Vitrine**, de Fialho de Almeida, enc. Silvína Pereira.

Teatro Variedades, Parque Mayer. De 3.ª a dom. às 20.30 e 22.45, dom. também às 16.00. **A Prova dos Números Novos**, revista de H. Santana, F. Nicholson, A. Fraga e Nazareth Fernandes, enc. Maria Helena Matos.

• ALMADA

Teatro Municipal de Almada, Rua Conde Ferreira, 6.ª e sáb. às 21.00, dom. às 16.00. **Marco Milhão**,

de Eugene O'Neill, enc. Joaquim Benite.

• PORTO

Teatro Sá da Bandeira, Rua Sá da Bandeira, 108. De 3.ª a dom. às 21.30, dom. também às 16. **O Leitinho do Néné**, de Alfonso Paso, adapt. H. Santana, enc. F. Nicholson (até 30/9).

Para Crianças

• LISBOA

TIL, Rua Leão de Oliveira, 1. Sáb. e dom. às 16.00. **O Sabor dos Sonhos**, texto e encenação de Carlos Correia.

Teatro Maizum, Casa dos Tabuenses (S. Bento). Sáb e dom. às 16.00. **A Linguagem dos Animais**, de António Boto.

Novo lançamento



A GREVE

Realização: SERGEI EISENSTEIN

Pedidos a CRAC SERVIÇOS
Avenida Gen. Humberto Delgado, Lote 13, CZ n.º 3
Queluz Ocidental - 2745 QUELUZ

Cinema

A selecção

		David Lopes	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A	Pedro o Louco	★★★★★	★★★★★	★★★★★	★★★★
B	Indiana Jones e a Grande Cruzada	★★★	★★★	★★★	★★★★
C	Fuga Sem Fim	★★★★	★★★	—	★★★
D	Mulheres à Beira de Um Ataque de Nervos	★★★	★★★★	★★★	★★★
E	Não Dês Bronca	★★★★	—	—	★★★★
F	Batman	★★★	★★★	—	—

Classificação de ★ a ★★★★★

A—Real. Jean Luc Godard — Quarteto/1 (15.00, 17.00, 19.00, 22.00, 24.00; 6.ª e sáb. às 14.00, 16.00, 18.00, 20.00, 22.00 e 24.00) — Lisboa.
 B—Real. Steven Spielberg — Alfa/3 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), — Amoreiras/1 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15), Apolo 70 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), Berna (15.15, 18.00, 21.30), Império (15.30, 18.30, 21.30), Las Vegas (de 2.ª a 6.ª: 15.15, 18.30, 21.30), (sáb. e dom.: 14.00, 16.15, 18.45, 21.30), Mundial/2 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45), Plaza/2 (14.15, 16.45, 19.00, 21.45), S. Jorge/2 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), Star (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), Lisboa.
 C—Real. Sydney Lumet — Amoreiras/5 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00) — Lisboa.
 D—Real. Pedro Almodovar Estúdio (14.30, 16.45, 19.00, 21.30), Quarteto/2 (14.30, 16.30, 18.15, 20.00, 22.00, 24.00), Lisboa.
 E—Real. Spike Lee — Amoreiras/7 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), Lisboa.
 F—Real. Tim Burton Alfa/4 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15), Amoreiras (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), Condes (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), Las Vegas (de 2.ª a 6.ª: 14.00, 16.15, 18.45, 21.30; sáb. e dom.: 14.00, 16.15, 18.45, 21.30), Londres (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), Mundial (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), Nimas (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) Plaza (14.00, 16.30, 18.45, 21.45, 23.45), S. Jorge (15.15, 18.15, 21.15), Sétima Arte (14.45, 17.00, 19.00, 21.45) Star (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) Lisboa.

...e ainda

Música, debates, etc.

O AMANHÃ É O SONHO DE HOJE

Pioneiros de Portugal

LISBOA 29 OUT. 15 H.

AULA MAGNA REITORIA DA UNIVERSIDADE

Dança com grupo de Mira-Sintra. Palhaços Elisabetha e Ilusionismo com Bénarim e Rebolinha. Parabéns a Charliot com filmes. Vitorino, canções de encantar. Apresentador surpresa — um grande amigo dos miúdos. Entrada gratuita às crianças. Adultos — 300\$00

Festa dos Pioneiros

Para assinalar o 30.º Aniversário da Declaração Universal

dos Direitos da Criança os Pioneiros de Portugal promovem no próximo domingo na Aula Magna da Reitoria da Universidade de Lisboa uma

feira que promete ser muito bonita e divertida. Para animar, haverá música, dança, palhaços e ilusionistas, filmes de Charliot, tudo apresentado por

um grande amigo das crianças — uma grande surpresa! Os adultos terão que pagar um bilhete de 300\$00, mas as crianças têm entrada absolutamente livre.

Exposições

• LISBOA

Amália Rodrigues — 50 Anos — A carreira de Amália Rodrigues através de fotografias, cartazes, pinturas, vestidos, jóias, discos. Museu Nacional do Teatro, Estrada do Lumiar, 10. De 3.ª a sáb. das 10 às 13 e das 14.30 às 17, dom. até às 18 (até Dezembro).

Antão Almada — Pintura. Galeria Icaro, rua Presidente Arraiga, 70. De 3.ª a sáb. das 14.30 às 19 (até 4/11).

Artefactos Melanésios — Reflexões Pós-Modernistas — Museu de Etnologia, Av. Ilha da Madeira. Das 10 às 12.30 e das 14 às 17 (até Dezembro).

Bartolomeu Cid dos Santos — Retrospectiva de gravura. Centro de Arte

Moderna da Fundação Gulbenkian.

Bernard Faucon, fotografia, e Madalena Coelho, serigrafia e gravura. Gal. Módulo, Calçada dos Mestres, 34 de 2.ª a sáb. das 16 às 20. Até (31/10).

Colectiva de pintura (Manuel Botelho, Pedro Casqueiro, Gil Heitor Cortesão, Pedro Maia, João Jacinto, Pedro Sousa Vieira, Marta Wengorvius). Gal. Módulo, Calçada dos Mestres, 34-A.

Colectiva de tapeçaria. Gal. Tapeçarias de Portalegre (Rua Acad. das Ciências, 2-J). De 2.ª a 6.ª, das 10 às 13 e das 15 às 19.30.

«Crise de L'Object» — colectiva de escultura. Galeria Cómicos, R. Ten. Raül Cascais, 1-B. De 2.ª a sáb. das 15 às 20 (até 25/11).

De Manet a Chagall — Pintura (Baque, Bonnard, Cezanne, Chagall, Degas, Dufuy, Modigliani, Lachaise, Manet, Matisse, Monet, Picasso, Seurat, Soutine, Utrillo, Van Gogh, entre outros). Fundação Gulbenkian, 3.ª, 5.ª, 6.ª e dom. das 10 às 17, 4.ª e sáb. das 14 às 17.30 (até 29/10).

David de Almeida — Pintura. Galeria 111, Campo Grande, 113. De 2.ª a 6.ª das 10 às 13 e das 15 às 19.30, sáb. das 10 às 13 (até 4/11).

Goya — Gravuras (das séries «Caprichos», «Desastres da Guerra», «Tauromaquia», «Disparates», «Provérbios»). Galeria de Pintura Rei D. Luís, Palácio Nacional da Ajuda.

José Luís Tinoco — Pintura. Gal. Triângulo 48, R. D. Vasco da Gama, 48-A.

Malangatana — Retrospectiva de pintura. Sociedade Nacional de Belas Artes. De 3.ª a dom. das 14 às 20.

Manuel Costa Cabral — Pintura 1984-89. Galeria Diferença, R. S. Filipe Nery, 42. De 3.ª a 6.ª das 15 às 20, sáb. e dom. das 16 às 19 (até 5/11).

Manuel Vilarinho — Pintura. Galeria Leo, Trav. da Quelmada, 48. De 3.ª a sáb. das 14.30 às 19.30 (até 2/11).

Maria Keil — Azulejos. Museu Nacional do Azulejo, Rua da Madre Deus, 4. De 3.ª a dom. das 10 às 17.

Miguel Alarcão — Desenho. Galeria de Arte dos-CTT, Forum Picoas (Av. Fontes Pereira de Melo). De 2.ª a 6.ª das 11 às 13.30 e das 14.30 às 19 (até 3/11).

Miguel Palma — Escultura. Galeria Fluxus, Rua do Rosário, 125. De 2.ª a sáb. das 15 às 19 (até 14/11).

Arquitecturas de Chicago e Desenhos de Bernardo Marques. Casa de Serralves, Rua de Serralves, 977. De 3.ª a dom. das 14 às 20 (até 5/11).

Arte Portuguesa Contemporânea — Pintura, escultura e desenho de Ângelo de Sousa, António Cruz, Cargaleiro, Lanhãs, Cutileiro, Guimarães, Pomar, Resende, Dourdil, Nadir Afonso. Galeria Quadrado Azul, Rua Costa Cabral, 777.



Aquarelas de Eugénio Silva no Barreiro

• PORTO

Alberto Carneiro — Escultura. Gal. Nasoni, Rua Galeria de Paris. Das 10 às 12.30 e das 15 às 19.30 (até 20/11).

Anthony Caro — Escultura. Galeria Fluxus, Rua do Rosário, 125. De 2.ª a sáb. das 15 às 19 (até 14/11).

Arquitecturas de Chicago e Desenhos de Bernardo Marques. Casa de Serralves, Rua de Serralves, 977. De 3.ª a dom. das 14 às 20 (até 5/11).

Arte Portuguesa Contemporânea — Pintura, escultura e desenho de Ângelo de Sousa, António Cruz, Cargaleiro, Lanhãs, Cutileiro, Guimarães, Pomar, Resende, Dourdil, Nadir Afonso. Galeria Quadrado Azul, Rua Costa Cabral, 777.

• OUTRAS LOCALIDADES

Artur Bual — Pintura. Nova Galeria, Rua Alfredo Figueiras, 1. De 2.ª a sáb. das 16 às 20. Até 31/10. BARREIRO.

Eugénio Silva — Aquarelas. Até 29/10, na Biblioteca Municipal do BARREIRO.

Salão de Arte 89 — Pintura, cerâmica, escultura, fotografia e tapeçarias de Artur Bual, Augusto Cabrita (filho), Chico Beja, Guta de Carvalho, Isabel Seruca, João Hogan, João Nabais, José Viana, Kira, Pedro Silva, Aline da Silva, Zita e outros. Até 29/10, de 3.ª a

dom., das 16 às 22, na Galeria de Arte da Paiva (antiga comissão de moradores do Bairro 7), Rua Calouste Gulbenkian, 8-A. BARREIRO.

Colectiva de pintura (portuguesa) de homenagem a Jean Cocteau. Galeria de arte Chris-Shop, C. C. Girassolum. Das 10.30 às 22.30, COIMBRA.

Rui Anahory e outros (pintura, desenho e escultura) e **Teixeira Bernardes** («O Bambino», pintura). De 3.ª a dom. das 14.30 às 20, na Galeria Múltiplo, C. C. Solmar, ESPINHO.

Carybé (Brasil) — Pintura, desenho, gravura. Até 12/11, Galeria de Arte do Csinio ESTORIL.

Azulejos do Concelho de Loures (Sécs. XVI a XX). Casa do Adro, Rua Fria. De 3.ª a dom. das 9.30 às 12.30 e das 14 às 17.30 LOURES.

Arqueologia Industrial — A Indústria Conservadora e a industrialização do concelho de Matosinhos. Cave dos Paços do Concelho. De 2.ª a 6.ª das 14 às 17.30, sáb. e dom. das 15 às 18 MATOSINHOS.

Pintura Portuguesa 1842-1979 (da colecção do Museu Nac. de Arte Contemporânea). Galeria de Exposições Temporárias do Palácio Nacional de Queluz. De 4.ª a 2.ª das 10 às 13 e



Carybé no Estoril

das 14 às 17 QUELUZ.

Luís Andrade — Pintura. Gal. O Outro Lado do Espelho, R. Dr. Alfredo Costa, 14, SINTRA.
Maria Carmo Graça e Luís Martins — cerâmica. Casa da Juventude e da Cultura (junto do cinema). Das 15 às 22, até 29/10. VILA FRANCA DE XIRA.

dos Paços do Concelho. De 2.ª a 6.ª das 14 às 17.30, sáb. e dom. das 15 às 18 MATOSINHOS.

Pintura Portuguesa 1842-1979 (da colecção do Museu Nac. de Arte Contemporânea). Galeria de Exposições Temporárias do Palácio Nacional de Queluz. De 4.ª a 2.ª das 10 às 13 e

das 14 às 17 QUELUZ.
Luís Andrade — Pintura. Gal. O Outro Lado do Espelho, R. Dr. Alfredo Costa, 14, SINTRA.
Maria Carmo Graça e Luís Martins — cerâmica. Casa da Juventude e da Cultura (junto do cinema). Das 15 às 22, até 29/10. VILA FRANCA DE XIRA.

Música

Na Gulbenkian prossegue esta semana a temporada de música recém-iniciada.

Hoje mesmo, às 21.30, e também amanhã, às 18.30, no Grande Auditório, concertos integralmente preenchidos com obras de Brahms para violino e orquestra. Solista **Cho-Liang** e Orquestra Gulbenkian sob a direcção do actual maestro titular, **Muhal Tang**.

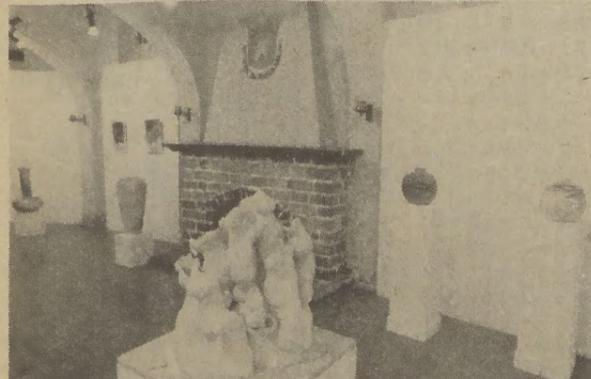
Na segunda-feira, às 18.30, na mesma sala, concerto por **Raphael Wallfisch** (violoncelo) e **Peter Wallfisch**, que interpretam obras de Prokofiev, Martiní, Bach/Kodaly e Brahms.

E finalmente, na terça-feira às 18.30, ainda no Grande Auditório, um recital aguçado com grande expectativa: a soprano norte-americana **Barbara Hendricks** interpreta canções de Mozart e Schubert acompanhada, nem mais nem menos, pela pianista **María João Pires**.

Para este último concerto (como para os de hoje e amanhã) os bilhetes são a 600\$00, 750\$00 e 900\$00; para o de segunda-feira: de 450\$00 a 750\$00.

Teatro do Porto

No Teatro da Trindade prossegue a curta temporada que companhias de teatro do Porto cumprem em Lisboa. De hoje a domingo, com espectáculos às 22.00, apresenta-se a **Seiva Trupe** com a peça **Gota de Água**, de Chico Buarque e Paulo Pontes; de 2 a 5 de Novembro, no mesmo horário, será a vez de **Os Comediantes**, que levam à cena, **Dança de Roda**, de Artur Schitzler.



Cerâmicas de Carmo Graça e Luís Martins em V. F. de Xira

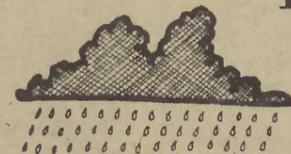


Malangatana na SNBA

Tempo Fim de Semana

Sábado: céu geralmente muito nublado, vento moderado de sudoeste, por vezes forte nas regiões do Norte e do Centro, onde se prevêem períodos de chuva.
Domingo: céu geralmente nublado e descida da temperatura mínima.

(Previsão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica)



a TV

É muito feio!

Jornal de Sábado relata a actividade de pré-campanha dos concorrentes à Câmara de Lisboa. Muito bem. Mas foi escandaloso. Tempo de antena concedido a ambos os concorrentes, assim: desenvolvida, directa, promocional, a de Marcelo; mortífera, irrelevante, despercebida a da coligação **Por Lisboa**...

Na primeira, assistimos a um passeio de estudo, ao Castelo de S. Jorge. Rebelo de Sousa falava a um grupo de crianças — e os telespectadores, não sendo embora crianças nem participantes do passeio, ouviram-no dissertar sobre a História. Na segunda, vimos representantes da coligação **Por Lisboa** em visita a zonas degradadas da cidade. Não sabemos que zonas eram nem o que, a respeito, pensaram Rui Godinho ou Vasco Franco. Não ouvimos nada...

Pois. Rebelo mete as crianças na campanha. É feio. Muito feio. Que se sirva dos adultos, enfim. Mas das crianças, senhor?...

O processo é condenável inclusive na publicidade. Quanto mais na política. Teriam os pais das crianças sabido da manobra? Deram autorização? Quem assume a responsabilidade?

Perguntas pertinentes. Que, decerto, ficarão sem resposta.

Os trabalhadores são indispensáveis. Mas...

Primeira Página inflecte, mais perigosamente do que nunca, para a área governamental. O clima na RTP está a tornar-se cada vez mais irrespirável.

A última edição foi dedicada à indústria têxtil. Presente, o ministro Mira Amaral, em posição leonina; do outro lado, representantes dos industriais. Foi uma gigantesca operação de propaganda, com o ministro a lançar para a mesa milhões sobre milhões, promessas sobre promessas. Seja dito que os industriais presentes não comungaram do seu optimismo. Choveram os reparos, as críticas, as emendas. Houve mesmo quem dissesse: «Isto está pior do que nunca!»

Curiosamente, o ministro achou que a solução para os graves problemas do sector terá de ser encontrada «na base do entendimento entre o patronato e os sindicatos». Outro grande industrial defendeu a opinião de que é indispensável a colaboração do Governo, do patronato e dos sindicatos.

Pronto. Compreendido. Sem os trabalhadores, nada feito. Aqui está uma coisa em que, pelos vistos, todos estamos de acordo.

Mas sucede que, na **Primeira Página** não estiveram representados os trabalhadores. Das três partes consideradas essenciais no processo, só lá estiveram o Governo e o patronato. Conclusão: os trabalhadores são indispensáveis para a resolução dos problemas; mas são dispensáveis na discussão...

Como dizia o poeta: «Estranha forma de vida...»

Para a RTP, o comunismo está moribundo — mas os comunistas estão mais fortes do que nunca...

Todos os dias, a todas as horas, toneladas de informação sobre os países de Leste são lançadas sobre a audiência da Televisão. Não somos informados: somos soterrados.

Nem sempre, diga-se, a RTP deverá ser responsabilizada pela origem das catadupas de desinformação e de intoxicação: o «trabalhinho» começa nas agências de notícias e depois a «informação» da RTP faz o resto.

É gritantemente notória a falta de informação contrastada. Isto tornou-se particularmente claro, por excepção, durante a intervenção de Miguel Urbano Rodrigues no **Frente a Frente** com Franco Nogueira em **Jornal de Sábado**.

Tornou-se evidente que Miguel Urbano Rodrigues trazia consigo (ele que esteve presente, ao vivo, nos diversos quadros reais) um caudal precioso de informações. De grande utilidade a denúncia que fez do projecto de reunificação, apregoado pela República Federal Alemã. Aqui está um ovo cheio de serpentes que a loucura quer chocar. E para cujos perigos também Franco Nogueira alertou a audiência.

A seriedade que Miguel Urbano Rodrigues demonstrou na análise dos diversos problemas é a única maneira de corresponder à gravidade desses problemas. Ao nível do mais elementar bom-senso se deve condenar a leviandade da RTP — para quem o tratamento das questões internacionais mais não é do que pretexto para retirar dividendos de consumo interno. Como é seu hábito, aliás, nos períodos eleitorais. O que é preciso é dizer, dizer mil vezes, que os comunistas são maus, são perigosos e são fortes. Isto ao mesmo tempo em que se apregoa que o comunismo está morto... Vão lá entendê-los...

■ **Ulisses**

Síntese semanal da IMPRENSA

CDS PUM PUM—PIM!

É partido

«*Há nesta casa um síndrome de loucura pela uma da manhã*», comentava um dirigente centrista. O pior ia começar. Acaba a Comissão Política e Freitas do Amaral pede uma reunião da Comissão Directiva. Freitas, Basílio, Narana, Beiroco e Ferreira de Lemos vão ao andar de cima. Depois das noites das facas longas que culminaram nas crises Lucas Pires e Nuno Abecasis, chegava a vez de Basílio Horta. Não há duas sem três.

O número dois centrista levava uma carta escrita. Era a declaração de renúncia à liderança da Assembleia Municipal. Entrega-a a Freitas. Este não liga ao texto. Sugere de novo a Basílio que parta para Pretória ou suspenda o mandato. «*A minha posição está tomada e não a mudo*». Os ânimos aquecem. «*Isto é um partido!*», disse Freitas, exigindo disciplina.

O tom de voz volta a subir. É o próprio líder centrista quem já fala alto. «*Estou sozinho e abandonado por todos. Primeiro o Pires. Depois o Abecasis. Agora você. Todos os que me pediram para voltar ao CDS!*» Basílio lança: «*Peço-lhe o favor de não gritar*». Explica — «*Não estou habituado*». Freitas hesita. «*Toda a gente põe os in-*

teresses pessoais acima dos do partido». Basílio afasta-se — «*Você não tem o direito de me dizer isso, você é que tem sido um menino mimado*». É o toque final. Freitas não continua a discussão, levanta-se, abandona a sala e retira-se. Os barões centristas ficam entregues a si próprios. Quando sai, Freitas ameaça: «*Vamos marcar um congresso extraordinário*». «*Pois seja*» ainda diz Basílio.

O CDS podia ter acabado ali Freitas descansa uns minutos e volta. Beiroco considera a situação insustentável. A renúncia de Basílio levará o PSD a romper a coligação, de modo que é preciso estar preparado, fazer lista autónomas e entregá-las segunda-feira. A discussão parece surrealista. *Isso já tem coerência, votam a favor da moção de censura e rompem a coligação*, alega Basílio Horta. Beiroco tenta o argumento final — «*O protocolo diz que Basílio é o cabeça de lista, qualquer renúncia é uma violação do protocolo*». Nada mais há a fazer. Eram altas horas da madrugada quando a ruptura estava consumada. Freitas e Basílio, os dois fundadores vivos do CDS, aliados de «*toda a vida*», seguiam caminhos separados.»

(O «Independente», 20 de Outubro)

É morto

«Marcelo altera então a estratégia que tinha delineado. Fala com Freitas do Amaral e pergunta-lhe quem é o substituto definitivo de Basílio. Freitas ainda não tem a certeza. Sá Machado, dadas a suas funções na Gulbenkian, não poderá ser o cabeça-de-lista. Nogueira de Brito também não estará em condições de entrar activamente na campanha. Quanto a Moraes Leitão, está retirado da política activa.

O líder centrista adianta outros dois nomes: Francisco Oliveira Dias, recém-regressado ao CDS (tal como Sá Machado) e Rui Pena. O nome de Rui Pena é mal aceite pelo PSD. Assenta-se, em princípio, em Oliveira Dias.

Ao fim da tarde de quinta-feira, Marcelo difunde um comunicado em que aceita a demissão de Basílio Horta e pede que o CDS indique rapidamente um substituto porque «*as listas estão prontas para serem entregues*».

Tempo antes, na conversa com Freitas do Amaral, este confidenciara-lhe: «*Está toda a gente maluca. Ou então quem está maluco sou eu*»

Marcelo ainda lhe perguntara se não havia hipótese de o CDS reconsiderar na sua atitude e acordo com os centristas para o município da Amadora e a Comissão Directiva dos democratas-cristãos «*deixou cair*» o nome de um dirigente nacional do partido, Maria Celeste Cardona, contra o presidente da concelhia, no município de Oeiras.

(«Expresso», 21 de Outubro)

É outro

«Na próxima semana a distrital de Lisboa do CDS deverá tomar uma posição sobre os últimos «acontecimentos autárquicos» no distrito. Nem só o caso Basílio Horta está em discussão. Esta semana, o PSD denunciou o acordo com os centristas para o município da Amadora e a Comissão Directiva dos democratas-cristãos «*deixou cair*» o nome de um dirigente nacional do partido, Maria Celeste Cardona, contra o presidente da concelhia, no município de Oeiras.

A distrital tinha escolhido por unanimidade Maria Celeste Cardona como opositora a Isaltino de Moraes e Marcelo Curto, em Oeiras. O presidente da concelhia, Luís Simões, apresentou-se como candidato e a estrutura local apoia-o, embora seis membros da concelhia se tenham demitido na sequência da sua pré-candidatura à Câmara. A distrital não homologou a escolha e o «caso de Oeiras» subiu a decisão final da Directiva que preferiu o dirigente local à figura nacional.

Luís Simões, apesar de parecer contrário da distrital, é o candidato do CDS. Maria Celeste Cardona já ameaçou demitir-se e deverá concretizar a ameaça na próxima semana se a direcção nacional do CDS não lhe der explicações. Uma fonte bem informada disse ao nosso jornal que também Luís Queiró poderá propor, numa próxima reunião, a demissão em bloco da distrital de Lisboa.»

(«Semanário», 21 de Outubro)

É o quê?

Abecasis quer um processo

“Freitas chamou-me filho da puta!”

Com as hostes da direita já bem divididas, que se fartam, Nuno Abecasis não hesita em partir a loiça toda. Em entrevista exclusiva a «O Jornal», nega qualquer hipótese de reconciliação com Freitas do Amaral, a quem ameaça com um processo. E não foge às palavras: «*Não posso voltar a olhar para quem me chamou filho da puta ao telefone!*»



(«O jornal», 20 de Outubro)

É isto!



«**A LÍNGUA PORTUGUESA É BESTIAL, MAS NÃO CABE NELA A PALAVRA MERDA. QUANDO SE METE MERDA, FICA TUDO ESTRAGADO. FICA NA BOCA DE QUEM O DIZ.**»

Eng.º Krus Abecasis (Dos jornais)



(«O Diabo», 24 de Outubro)

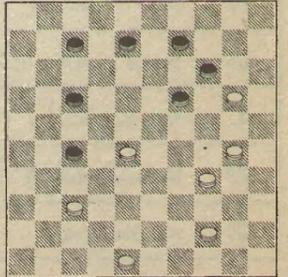
Damas

CCXXV — 26 de Outubro de 1989

PROPOSIÇÃO N.º 225

Por: A.A. Poman

Pr.: [7]: 7-8-9-14-17-19-27
Br.: [7]: 20-28-30-34-37-44-48



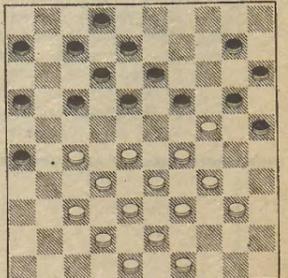
Jogam as brancas e ganham

GOLPE N.º 225

Por: Daniel Issalène
Match França-Holanda, 1978
(contra: Van der Borst)

Pr.: [15]: 2-6-7-8-10-12-13-15-16-17-18-19-20-25-26

Br.: [15]: 24-27-28-29-32-33-34-37-38-39-40-42-43-48-49



Brancas jogam e ganham

SOLUÇÕES DO N.º CCXXV

Miniatura n.º 225 (A.A.P.): 37-32 (27x38*) 28-23 (19x28*) 48-43 (38-29) 30-24 e 24x4 = D+
Golpe n.º 225 (D.I.): 29-23 (19x30*) 23-19 (13x24) 28-22 (17-28) 33x13 (8x19) 39-33 (30x28) 32x5 = D+

A. de M.M.

Xadrez

CCXXV — 26 de Outubro de 1989

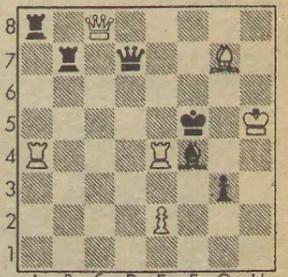
Proposição N.º 225/A

Por: Rui C. Nascimento

«Revista Portuguesa de Xadrez», 1941

Pr. [6]: Pg3-Bf4-Ts.a8, b7-Dd7-Rf5

Br. [6]: P62-Bg7-Ts.a4, 64-Bd8-Rh5



Mate em 2 lances

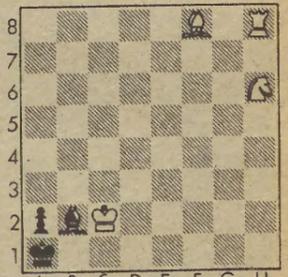
Proposição N.º 225/B

Por: André Chéron

«Hamburgischer Correspondant», 13.VII-1930

Pr. [3]: Pa2-Bb2-Ra1

Br. [4]: Ch6-Bf8-Th8-Rc2.



Mate em 3 lances

Soluções do N.º CCXXV

N.º 225/A (R.C.N.): Chave:
1. T6 7 (Ameaça: 2. 64++)
1. Bd6; 2. Dc2++
1. B65; 2. T:e5++
1. Bc7; 2. D:d7++
1. Bb8; 2. Df8++
N.º 225/B (A.C.): 1. Cf5 (Ameaça: 2. Th1... seguido de ++), B:h8; 2. Cg7, Bxg7; 3. B:Bg7++

A. de M.M.